

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RAQUELLI NATALE

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA
A MULHER NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA

2015

RAQUELLI NATALE

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA
A MULHER NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Orientadora: Prof^a Dr^a Micheline Mattedi Tomazi.

VITÓRIA

2015

RAQUELLI NATALE

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A
MULHER NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística na área de concentração Estudos Sobre Texto e Discurso.

Aprovada em 12 de agosto de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Micheline Mattedi Tomazi
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a Dr^a Lúcia Helena Peyroton da Rocha
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Teun Adrianus van Dijk
Universidade Pompeu Fabra

*Dedico este trabalho à minha mãe, que me ensinou o amor e
me ensinou a amar.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, fiel e amigo, que guiou os meus passos durante toda esta caminhada.

À minha orientadora, Dra. Micheline Mattedi Tomazi, por ter sido um ponto de apoio neste caminho, dedicando-se com carinho, amor e atenção não só a esta pesquisa, mas a mim, desde o início.

Ao Dr. Teun A. van Dijk, por me acolher carinhosamente em meu estágio em Barcelona e me orientar a construir este trabalho que, antes de tudo, é resultado de suas obras.

Às valiosas contribuições das Professoras Dra. Lúcia Helena Peyroton da Rocha e Dra. Janayna Bertollo Cozer Casotti, no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por participarem e colaborarem para a minha formação acadêmica.

A Excelentíssima Senhora Juíza Clésia dos Santos Barros, da 11ª Vara Criminal de Vitória- ES Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, por me autorizar a realizar uma pesquisa de campo que contribuiu muito para a construção deste estudo e, especialmente, para o meu amadurecimento como pesquisadora.

Aos representantes das instituições jornalísticas A Gazeta e A Tribuna, por aceitarem estabelecer esse diálogo com a academia, permitindo-me utilizar as notícias como *corpus* de estudo e se colocarem à disposição para conhecerem o resultado de uma pesquisa que leva em conta o cenário da representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio, por meio da bolsa de fomento à pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pelo apoio concedido para a realização de Estágio Técnico Científico na Universidade Pompeu Fabra, Barcelona/Espanha, sob supervisão do Prof. Dr. Teun van Dijk.

Aos meus pais, Joclem e Ilídia, a quem devo tudo o que sou.

Aos meus irmãos, Danielle e Ricardo, pelo apoio, amor e palavras de amparo em todos os momentos.

Ao meu companheiro, Maiqui, que esteve ao meu lado o tempo todo. Sem o seu apoio, amor e compreensão, nada disso seria possível.

Ao meu amigo, Victor Vago Fernandes, com quem compartilho ideias, desejos e inquietações. Com ele, a alegria é cotidiana.

“Mestre não é quem ensina, mas aquele que, de repente, aprende”.

Guimarães Rosa

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é analisar como os meios de comunicação ajudam a construir a representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo, que lidera o *ranking* nacional de feminicídios, com taxa de 9,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Elegemos como *corpus* de pesquisa notícias sobre violência de gênero no ES, veiculadas no ano de 2013, nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. Em hipótese, acreditamos que essas notícias ajudam a construir representações sociais acerca da violência de gênero a partir da apresentação de estereótipos de vítima e agressor na sociedade, da individualização do problema da violência, da associação desse problema às classes sociais menos privilegiadas e da apresentação do crime de violência de gênero como crime passionai. O estudo dessas notícias apresenta-se como algo complexo, do qual não participam apenas informações de ordem linguística, mas também de carácter social, histórico, cultural e cognitivo, uma vez que a análise discursiva não pode ser dissociada do contexto, dos atores sociais e das instituições envolvidas na produção da notícia, bem como das ideologias presentes nesse processo. Por esse motivo, assumimos como base teórica de nossa investigação uma proposta multidisciplinar: a Teoria Sociocognitiva de Teun A. van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b). Ademais, contamos com as contribuições dos estudos sobre gênero e discurso de Cameron (1985, 1997), Wodak (1997), West, Lazar e Kramarae (2000), Fernández Díaz (2003), Lazar (1993, 2005, 2007), Magalhães (2005; 2009), Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006). Além das análises discursivo-analíticas, também utilizamos o programa de linguística de *corpus WordSmith Tools* para realizar análises quantitativas. Os resultados das análises nos levaram à confirmação das hipóteses iniciais: o discurso das notícias reforça estereótipos de vítima e agressor, típicos de uma estrutura social patriarcal, na qual é atribuída à vítima ou aos vícios (álcool e drogas) a responsabilidade da violência sofrida; além disso, a violência de gênero é apresentada como um problema individual e associada às classes sociais menos favorecidas; e, por último, o discurso das notícias apresenta grande parte dos crimes de violência de gênero como crimes passionais.

Palavras-chave: Violência de Gênero. Notícias Jornalísticas. Teoria Sociocognitiva de Estudos Críticos do Discurso. Representação Social.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze how the media help to build the social representation of gender violence in the Espírito Santo, the state that leads the national ranking of femicide, with 9.8 homicide rate for every hundred thousand women. Elected as corpus research news on gender violence in ES, aired in 2013, in the newspapers *A Gazeta* and *A Tribuna*. Under no circumstances, we believe that this news helps to build social representations of gender violence from the presentation of victim and perpetrator stereotypes in society, the individualization of the problem of violence, this problem Association to less privileged social classes and presentation of crime of gender violence as a crime of passion. The study of this news comes as something complex, which not only participate in information, language problems, but also social, historical, cultural and cognitive, since the discursive analysis cannot be dissociated from the context of social actors and institutions involved in the production of news, and of these ideologies in the process. For this reason, we assume as theoretical basis of our research a multidisciplinary proposal: a Sociocognitive Theory from Teun A. van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b). In addition, we rely on the contributions of studies on gender and discourse from Cameron (1985, 1997), Wodak (1997), West, Lazar and Kramarae (2000), Fernández Díaz (2003), Lazar (1993, 2005, 2007), Magellan (2005; 2009), Heberle, Ostermann and Figueiredo (2006). Also we used the corpus linguistics program WordSmith Tools to perform quantitative analysis. The results of the analysis led us to the confirmation of the initial hypothesis: the discourse of news reinforces stereotypes victim and aggressor, typical of a patriarchal social structure, which is attributed to the victim or vices (alcohol and drugs) the responsibility of the violence suffered; moreover, gender violence is presented as an individual problem and associated to lower social classes; and, finally, the discourse of the news has much of crimes of gender violence as crimes of passion.

Keywords: Gender Violence. News Reporters. Sociocognitive theory of Critical Discourse Studies. Social Representation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição geral das notícias sobre violência de gênero no ano de 2013	92
Tabela 2 - Distribuição geral das notícias sobre violência de gênero perpetrada por companheiros e ex-companheiros no ano de 2013.....	93
Tabela 3 - Lista de palavras conteúdo com <i>WordList</i> – <i>A Gazeta</i>	95
Tabela 4 - Lista de palavras conteúdo com <i>WordList</i> – <i>A Tribuna</i>	96
Tabela 5 - Itens lexicais que representam o agressor nas notícias de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013.....	102
Tabela 6 - Linhas de concordância do item lexical “marido” em <i>A Gazeta</i>	104
Tabela 7 - Linhas de concordância do item lexical “marido” em <i>A Tribuna</i>	104
Tabela 8 - Linhas de concordância do item lexical “suspeito” em <i>A Gazeta</i>	108
Tabela 9 - Linhas de concordância do item lexical “acusado” em <i>A Tribuna</i>	109
Tabela 10 - Linhas de concordância do item lexical “homem” em <i>A Gazeta</i>	113
Tabela 11 - Linhas de concordância do item lexical “namorado” em <i>A Tribuna</i>	114
Tabela 12 - Itens lexicais que representam a vítima nas notícias de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013.....	122
Tabela 13 - Linhas de concordância do item lexical “mulher” em <i>A Gazeta</i>	123
Tabela 14 - Linhas de concordância do item lexical “mulher” em <i>A Tribuna</i>	126
Tabela 15 - Linhas de concordância do item lexical “vítima” em <i>A Gazeta</i>	128
Tabela 16 - Linhas de concordância do item lexical “vítima” em <i>A Tribuna</i>	129
Tabela 17 - A vítima “grávida” nas manchetes de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013.	133
Tabela 18 - Profissão como representação social da “vítima” e do “agressor” nas manchetes de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013.....	134
Tabela 19 - Autoapresentação positiva e outro-apresentação negativa do “agressor” e da “vítima” nas notícias de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013	143
Tabela 20 - Representação dos “agressores” e “não-agressores” nas notícias de <i>A Tribuna</i> e <i>A Gazeta</i> no ano de 2013	146

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

CPMIVCM – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência Contra a Mulher

CID - Classificação Internacional de Doenças

DEAMS - Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

GEDIM – Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

RS – Representações sociais

SIM – Sistema de Informações de Mortalidade

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA.....	12
1.2 O <i>CORPUS</i> DE NOSSO ESTUDO.....	14
1.3 DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO.....	15
1.4 OBJETIVOS DO TRABALHO.....	17
1.5 PERCURSO DE ANÁLISE.....	17
2 MULHER, VIOLÊNCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO	19
2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: DO QUE ESTAMOS FALANDO?.....	19
2.2.1 Lei Maria da Penha (11.340/2006)	23
2.2 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO.....	29
2.3 SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	36
2.3.1 A notícia como discurso	43
3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRECEITOS BÁSICOS DO MARCO TEÓRICO	51
3.1 A TEORIA SOCIOCOGNITIVA DE TEUN VAN DIJK: A TRÍADE DISCURSO-COGNIÇÃO-SOCIEDADE.....	54
3.1.1 Modelos mentais e contexto	63
3.1.2 A Representação social (RS)	70
3.1.3 Ideologia e poder	75
3.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO.....	81
4 DESCRIÇÃO DO <i>CORPUS</i> E METODOLOGIA	89
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA COM <i>WORDSMITH TOOLS</i>	90
4.1.1 Análise de dados com <i>WordList</i>	95
4.2 CATEGORIAS PARA ANÁLISE SOCIOCOGNITIVA.....	98
5 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO	101

5.1 DESCRIÇÃO DE ATORES SOCIAIS: ANÁLISE LEXICAL.....	101
5.1.1 Representação do agressor nas notícias.....	102
5.1.2 Representação da vítima nas notícias.....	122
5.1.3 A profissão como forma de representação social.....	134
5.1.4 Agentividade: estratégia discursiva na representação dos atores sociais	137
5.2 ESTRATÉGIAS DE POLARIZAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ALTERIDADE.....	141
5.3 CRIME PASSIONAL: QUAIS SÃO OS MOTIVADORES E OS DESENCADEADORES DESSA VIOLÊNCIA?.....	147
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
7 CONSIDERAÇÕES PARA UMA MELHOR REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS NOTÍCIAS.....	154
8 REFERÊNCIAS.....	156
ANEXOS.....	164
APÊNDICES.....	172

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O interesse em estudar a representação social da violência de gênero contra a mulher na mídia capixaba surgiu em 2012, a partir de nossa participação nos encontros e nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos sobre Discurso da Mídia, na Universidade Federal do Espírito Santo (GEDIM/UFES). Essas pesquisas nos permitiram refletir sobre a presença de estereótipos e preconceitos nos textos jornalísticos veiculados pelos jornais locais e, ao mesmo tempo, questionar como esses textos ajudam a construir interpretações acerca da violência de gênero e que consequências essas interpretações podem causar, por exemplo, na afirmação do machismo ou da ideologia patriarcal em nossa sociedade. Além disso, constatamos, durante essas pesquisas, que o Espírito Santo (ES) é o estado que lidera o *ranking* nacional de homicídios de mulheres, com taxa de 9,8 para cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2012).

Diante desse contexto, reconhecemos a necessidade de desenvolver uma pesquisa linguístico-discursiva que problematize essa realidade e que possa dar conta da representação social da violência de gênero contra a mulher no discurso jornalístico capixaba em geral e da notícia em particular. A partir disso, compilamos um *corpus* das notícias impressas sobre casos de violência de gênero no Espírito Santo, publicadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*¹ no ano de 2013. Esses periódicos são representativos da imprensa jornalística do ES, pois são os jornais impressos de maior tiragem, circulação e abrangência no estado. Logo, acreditamos que essa escolha nos possibilita uma visão panorâmica sobre o tema na imprensa escrita capixaba.

É importante ressaltar que iremos analisar somente notícias que tratam de casos de violência de gênero contra a mulher perpetrada pelo companheiro ou ex-companheiro. Essa escolha é decorrente de dois motivos: primeiro, porque, durante

¹ Não temos o intuito de realizar uma comparação entre esses jornais, apenas os elegemos por serem os jornais de maior circulação no Espírito Santo.

a coleta do *corpus*, observamos que a maioria das notícias relatava casos de agressão e homicídio praticados pelo companheiro ou ex-companheiro; segundo, porque, de acordo com o Mapa da Violência de 2012, 27,7% dos crimes contra a mulher no Brasil são perpetrados pelo companheiro da vítima.

Nessa perspectiva, o objetivo principal desta dissertação é analisar como as notícias jornalísticas, veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*, em 2013, ajudam a construir a representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo.

Em hipótese, acreditamos que os jornais constroem representações sociais acerca da violência de gênero contra a mulher a partir da apresentação de estereótipos de vítima e agressor na sociedade, da individualização do problema da violência, da associação desse problema às classes sociais menos prestigiadas e da apresentação do crime como passional e não de violência de gênero.

Embora saibamos que os maus tratos contra as mulheres são apresentados de diversas maneiras pelos meios de comunicação, como nos discursos falados na televisão, a intenção nesta pesquisa é nos deter, especificamente, na análise de notícias de jornais impressos. Nossa escolha encontra respaldo em van Dijk (2010), que afirma que “ao contrário da crença popular e do senso comum entre os estudiosos, as notícias na imprensa são geralmente mais bem lembradas do que as notícias na televisão e são percebidas qualitativamente superiores, o que pode ampliar sua influência persuasiva e, portanto, seu poder” (VAN DIJK, 2010, p. 73). Além disso, dentre todas as formas de texto impresso, as dos meios de comunicação de massa são os mais penetrantes, a julgar pelo critério de poder baseado no número de receptores.

Nesse sentido, segundo o autor, as notícias têm o poder de influenciar a opinião pública e determinar a agenda dos debates sociais, já que pode destacar determinadas questões junto à sociedade e, ao mesmo tempo, preterir ou omitir outras.

A justificativa para esta dissertação é a possibilidade de contribuir, a partir da análise de práticas discursivas, com dados que apresentem como os meios de comunicação

atuam na promoção de representações estereotipadas acerca da violência de gênero contra a mulher no ES e, ainda, com sugestões de como os jornais podem contribuir com o enfrentamento desse problema. Sendo a violência contra a mulher um problema social de extrema gravidade no ES, é urgente discutir suas diversas formas de manifestação.

Em virtude das considerações realizadas, buscamos obter respostas para as seguintes questões: (1) As notícias jornalísticas veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* constroem estereótipos de vítima e agressor? (2) Esses jornais individualizam o problema social da violência de gênero contra a mulher no ES? (3) Os jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* utilizam estratégias discursivas para apresentarem os crimes de violência de gênero contra a mulher como crimes passionais? (4) Qual o papel dos meios de comunicação na construção da representação social da violência de gênero contra a mulher no ES?

Esses são alguns questionamentos que orientam o nosso estudo e que procuramos responder durante todo o trabalho. A seguir, descrevemos o *corpus*, o quadro teórico e os objetivos deste estudo, com intuito de fornecer uma primeira apresentação das motivações para a elaboração desta dissertação.

1.2 O CORPUS DE NOSSO ESTUDO

O *corpus* de nosso trabalho é composto por seiscentas e quatro (604) notícias sobre violência de gênero contra a mulher no ES veiculadas no ano de 2013 pelos periódicos capixabas *A Gazeta* e *A Tribuna*. Dessas notícias, selecionamos quatrocentas e cinquenta e oito (458) que tratam de violências perpetradas por companheiros e ex-companheiros para realizarmos análises quantitativas e qualitativas.

A razão para a escolha desses jornais reside no fato de serem periódicos de grande circulação no ES e também por atenderem públicos de diferentes classes sociais, sendo o jornal *A Gazeta* de maior abrangência para as classes A e B e o jornal *A Tribuna* para a classe C.

No capítulo 4, descrevemos com mais detalhes a compilação do *corpus* e a metodologia adotada.

1.3 DEFINIÇÃO DO QUADRO TEÓRICO

O estudo das notícias sobre violência de gênero contra a mulher nos jornais do Espírito Santo apresenta-se como algo complexo do qual participam não apenas informações de ordem linguística, mas também de carácter social, histórico, cultural e cognitivo, uma vez que a análise discursiva não pode ser dissociada do contexto, dos atores sociais e das instituições envolvidas na produção da notícia, bem como das ideologias presentes nesse processo. Por isso, o analista deve dispor de um aparato teórico que forneça instrumentos necessários para o estudo das informações linguísticas, sociais e cognitivas presentes na produção dos textos jornalísticos que tratam desse tipo de violência.

Em vista dessas exigências para a composição de um quadro teórico, as abordagens desenvolvidas dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD)² constituem noções teóricas importantes, capazes de fornecer instrumentos necessários para o desenvolvimento do nosso trabalho, uma vez que esses estudos são de natureza multidisciplinar. Por esse motivo, assumimos como base teórica para a nossa investigação a Teoria Sociocognitiva de Teun A. Van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b). A escolha desse enfoque ocorre por dois motivos:

a) a teoria sociocognitiva é uma proposta multidisciplinar que propõe dar conta das complexas relações estabelecidas entre as estruturas discursivas e as estruturas sociais a partir de uma interface cognitiva. Entendendo que as notícias sobre violência de gênero contra a mulher mobilizam questões não só de ordem linguística, mas também de natureza social, histórica, cultural e cognitiva,

² O termo Análise Crítica do Discurso (ACD) é uma tradução de *Critical Discourse Analysis* (CDA) (PEDRO, 1997). Neste estudo, adotamos essa nomenclatura, ACD, que é a mais difundida e utilizada no Brasil, embora, alguns autores adotem a expressão Análise de Discurso Crítica (RESENDE; RAMALHO, 2006). Contudo, cabe ressaltar, que van Dijk (2010, 2014b) defende o uso da expressão *Critical Discourse Studies* (CDS) ou, em português, Estudos Críticos do Discurso (ECD), pelo fato da ACD não configurar um método de análise do discurso, mas, antes, um domínio de práticas acadêmicas ou uma disciplina transversal no qual uma grande variedade de métodos qualitativos e quantitativos é usada, além, é claro, dos métodos usuais de análise gramatical ou linguística.

acreditamos que essa proposta nos dará embasamento teórico para o alcance de nossos objetivos;

b) van Dijk possui importantes estudos sobre minorias sociais e meios de comunicação de massa, como as pesquisas desenvolvidas na década de 80, acerca da reprodução dos preconceitos étnicos e racismo no discurso e na comunicação (1980) e depois sobre como falavam os holandeses e os californianos acerca das minorias (1984 e 1987). Além disso, van Dijk (1991) também examinou o papel dos noticiários na reprodução do racismo, a partir da análise de milhares de notícias da imprensa britânica e holandesa, e concluiu que os temas mais frequentes nos jornais correspondiam a preconceitos étnicos predominantes nas conversas cotidianas como: a imigração como invasão, o crime, a violência, etc. Em seu livro de 1993, *Discourse and Elite Racism*, o autor investigou a hipótese, cada vez mais evidente, de que as elites desempenham um papel decisivo na reprodução do racismo. Essas pesquisas são importantes porque contribuem com dados teóricos e empíricos para a realização de nosso trabalho, uma vez que também estamos estudando uma minoria social, a mulher, em *corpus* de notícias jornalísticas.

Além da teoria sociocognitiva, contamos com algumas contribuições dos estudos sobre gênero e discurso de Cameron (1985, 1997), Wodak (1997), West, Lazar e Kramarae (2000), Fernández Díaz (2003), Lazar (1993, 2005, 2007), Magalhães (2005; 2009), Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006). Esses trabalhos são relevantes para a nossa investigação, pois nos permitem visualizar as pesquisas que já foram realizadas sobre o tema e, ainda, refletir sobre os resultados alcançados no sentido de buscar novos avanços para o que ainda não foi examinado, especialmente, no que se refere aos estudos sobre gênero.

Outro motivo igualmente relevante é o diálogo que vários desses trabalhos estabelecem com a Análise Crítica do Discurso.

1.4 OBJETIVOS DO TRABALHO

O objetivo principal desta dissertação é analisar como as notícias veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* ajudam a construir a representação social da violência de gênero contra a mulher no ES.

Para isso, perseguem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar detalhadamente quais as estratégias linguístico-discursivas utilizadas por esses jornais para representar vítima e agressor;
2. Descrever como essas estratégias contribuem para a individualização do problema da violência de gênero contra a mulher no ES;
3. Examinar as estruturas discursivas utilizadas para apresentar o crime da violência de gênero contra a mulher como um crime passional;
4. Discutir sobre como os jornais capixabas podem contribuir para o enfrentamento do problema da violência de gênero contra a mulher.

1.5 PERCURSO DE ANÁLISE

Esta pesquisa está estruturada em seis capítulos além desta parte introdutória.

No capítulo 2, fazemos uma reflexão sobre o problema da violência de gênero contra a mulher, discutindo sobre sua definição e sobre como ela é concebida na Lei Maria da Penha. Em seguida, contextualizamos esse tipo de violência no Brasil e no Espírito Santo para, então, apresentarmos algumas reflexões sobre as interseções entre violência, notícia e discurso.

No capítulo 3, expomos as concepções teóricas que orientam e sustentam a nossa investigação. No primeiro momento, realizamos algumas considerações sobre a Análise Crítica do Discurso, que possui algumas correntes, dentre as quais, situa-se a Teoria Sociocognitiva de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b) a qual assumimos como base teórica para a nossa investigação. Ainda neste capítulo, fazemos uma reflexão acerca dos estudos sobre gênero e discurso na ACD (CAMERON, 1985; 1997), (WODAK, 1997), (WEST; LAZAR; KRAMARAE, 2000), (FERNÁNDEZ DÍAZ,

2003), (LAZAR, 1993; 2005; 2007), (MAGALHÃES, 2005; 2009), (HEBERLE; OSTERMANN; FIGUEIREDO, 2006), que contribuem igualmente para o desenvolvimento desta investigação.

No capítulo 4, destinado à discussão metodológica e à apresentação do *corpus*, descrevemos o percurso metodológico para a coleta e análise de dados, bem como os métodos adotados para as análises quantitativas e qualitativas.

No capítulo 5, procedemos às análises propriamente ditas, em que são apresentados, simultaneamente, os resultados das análises quantitativas e qualitativas.

No capítulo 6, apresentamos os resultados obtidos e as considerações finais para, por último, propor algumas direções para investigações futuras.

No capítulo 7, apresentamos algumas considerações para uma melhor representação social da violência de gênero nos meios de comunicação no ES.

2 MULHER, VIOLÊNCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Este capítulo está organizado em quatro principais partes. A primeira parte, nomeada “Violência de gênero contra a mulher: do que estamos falando?” é dedicada à discussão do tema violência de gênero e da existência das várias nomenclaturas que designam esse assunto atualmente, além da apresentação da Lei Maria da Penha, 11.340/06, dispositivo legal que propõe coibir a violência de gênero no Brasil.

Na segunda parte, nomeada “O cenário da violência de gênero no Brasil e no Espírito Santo”, fazemos uma contextualização da violência de gênero contra a mulher no Brasil e no Espírito Santo, confrontando informações de documentos públicos, que apresentam dados acerca da violência de gênero nesses domínios.

Na terceira parte, intitulada “Sobre a violência de gênero nos meios de comunicação”, apresentamos as interseções entre violência e meios de comunicação a partir de alguns trabalhos que estudaram essa relação.

Por último, na quarta parte, intitulada “A notícia como discurso”, refletimos acerca do papel da notícia como um discurso através do qual se constrói rotineiramente o mundo social.

2.1 VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A violência, em suas múltiplas configurações, sempre manifesta uma expressão de poder e uma relação de desigualdade. Quando a conduta violenta se produz em relação à mulher ocorre a violência de gênero contra a mulher. Esse tipo de violência, perpetrada geralmente por homens, especialmente companheiros e ex-companheiros, não se limita apenas à agressão física, mas também à violência sexual, psicológica, patrimonial e moral.

O fato de essa violência ocorrer em diversas situações (familiar, doméstica, pública, etc.) e de diferentes formas (física, sexual, psicológica, etc.) implica o uso de distintas nomenclaturas para denominá-la, como: violência doméstica, violência familiar, violência sexual, violência conjugal, violência contra a mulher, etc. A socióloga Wania Pasinato Izumino, pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, inventariou, em sua pesquisa de doutoramento, intitulada “Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero”, em 2003, categorias de violência contra a mulher e suas definições nas pesquisas nacionais. Nesse estudo, Izumino (2003) verificou que a violência praticada contra a mulher tem sido qualificada como: violência doméstica, de acordo com o contexto onde ocorre; violência familiar e violência conjugal, de acordo com o tipo de relacionamento entre as pessoas envolvidas; violência contra a mulher e violência de gênero, de acordo com o sexo dos envolvidos. Contudo, em outro estudo, Izumino (2004) concluiu que o uso dessas diferentes categorias não é definido claramente nas pesquisas, embora, num primeiro momento, expressem um referencial teórico e metodológico. Entendemos também que essa heterogeneidade terminológica é decorrente da complexidade do fenômeno com o qual estamos lidando, já que a violência contra a mulher engloba questões provenientes de diferentes esferas, a saber: sociais, políticas, históricas, sexuais, econômicas, religiosas, culturais, etc.

Essas terminologias podem ser encontradas em diversas pesquisas nacionais e internacionais. No campo dos estudos linguísticos e sociais, por exemplo, há uma vasta diversidade de publicações internacionais. Entre elas, estão: Fernández Díaz (2003), que opta pela terminologia *violencia sexual* para tratar das agressões sexuais e do sexismo representados na imprensa espanhola. Menéndez (2010), que utiliza a denominação *violencia de género* para realizar um estudo sobre a violência de gênero nos meios de comunicação nas Ilhas Baleares³. Meyers (1997), que adota *violence against women* para mostrar como a notícia se baseia em uma noção tradicional de gênero para representar a violência contra mulher. Wodak (1997), que adota *gender*⁴ para tratar das relações entre gênero e discurso e Lazar (2005), que

³ Arquipélago pertencente à Espanha.

⁴ O termo gênero social em inglês é conhecido como *gender*, enquanto gênero textual ou discursivo como *genre studies*. Na língua portuguesa, não há uma diferenciação, por isso, a palavra gênero

também adota *gender* para propor uma reflexão a respeito de gênero e ACD, sugerindo a instituição de uma análise crítica do discurso feminista.

No Brasil, podemos destacar os estudos de Magalhães e Leal (2003), “Discurso, gênero e educação”; Magalhães (2005; 2009), “*Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil*” e “Gênero e discurso no Brasil”; Moita Lopes (2003), “Discurso de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família”; e Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006), “Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos”, os quais abordam, entre vários assuntos, a questão da linguagem e do gênero, embora não se dediquem exclusivamente ao estudo do gênero e discurso.

O uso da terminologia “gênero” se deve a uma mudança teórica nos estudos feministas no Brasil, no final da década de 80, que, sob influência dos debates norte-americanos e franceses sobre a construção social do sexo e do gênero, começam a substituir o vocábulo “mulher” por “gênero”. A principal referência para as pesquisas sobre gênero no Brasil é proveniente do trabalho da feminista americana Joan Scott, mais precisamente de seu artigo *Gender: a useful category of historical analyses*, publicado em 1986. Nesse artigo, a autora conceitua gênero como:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O coração essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: a) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; b) gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (...). Minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado (SCOTT, 1986, p. 1067, tradução nossa)⁵.

pode ser utilizada como gênero textual/discursivo ou como gênero social. Nesta investigação, o uso do termo gênero será sempre empregado no sentido de gênero social.

⁵ My definition of gender has two parts and several subsets. They are interrelated but must be analytically distinct. The core of the definition rests on an integral connection between two propositions: gender is a constitutive element of social relationships based on perceived differences between the sexes, and gender is a primary way of signifying relationships of power. (...)The theorizing of gender however is developed in my second proposition: gender is a primary way of signifying relationships of power. It might be better to say, gender is a primary field within which or by means of which power is articulated.

Assim, o termo “gênero” rejeita a visão biológica atribuída ao “sexo”, em que a mulher era vista como um ser inferior e apenas responsável para ter filhos e o homem visto como o provedor, e se torna “uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres” (SCOTT, 1986).

Além disso, essa perspectiva de gênero relativizou a violência contra a mulher vista apenas sob a ótica da dominação masculina, deixando para trás a noção de dominação patriarcal e buscando entender os novos e diferentes papéis que as mulheres têm assumido na contemporaneidade, especialmente em situação de violência⁶. Esse ponto de vista focalizou o estudo da participação dos homens e das mulheres nas relações violentas, ponderando os papéis que ambos assumem na sua produção e legitimação. Um exemplo de trabalho nessa perspectiva é a pesquisa de Estágio Pós-doutoral “Articulação discursiva em depoimentos sobre violência doméstica”, da pesquisadora Micheline Mattedi Tomazi (2014a), que desenvolveu um estudo com processos da Lei 11.340/06, na 11ª Vara Criminal de Vitória Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, no Espírito Santo. A professora analisou depoimentos de vítimas e agressores em processos de violência doméstica perpetrada por companheiros e evidenciou que as mulheres não ocupam o lugar de vítimas passivas nos casos de agressão, mas de sujeitos ativos nas relações conjugais. Além disso, na maioria dos casos estudados, ao depor perante o juiz, as mulheres buscavam retirar a denúncia feita em relação aos seus companheiros com intuito de reverter a situação. Os principais motivos dessa mudança de opinião eram a busca por uma reconciliação e a dependência financeira (TOMAZI, 2014a; TOMAZI; MARINHO, 2014).

É nesse sentido que a noção de gênero defendida por Scott (1986) com a qual buscamos uma aproximação neste estudo, nos leva a investigar a violência de gênero contra a mulher a partir de uma origem que considere as construções sociais dos gêneros. Isso implica averiguar em que sociedade, cultura e contexto esses gêneros são construídos.

⁶ A partir do estudo de Gregori (1993), “Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista”, o papel de vítima da mulher nas situações de violência conjugal passa a ser questionado e a expressão “mulher em situação de violência” começa a ser usada por algumas feministas em detrimento de “mulher vítima de violência” (IZUMINO, 2003).

Por isso, diante dessas concepções e de acordo com elas, utilizamos nesta investigação a expressão “violência de gênero” para denominar a violência de gênero contra a mulher, pois acreditamos que ela permite superar a discussão a respeito da vitimização da mulher e da dominação patriarcal. Ademais, usaremos essa denominação para nos referir à violência sofrida pela mulher e perpetrada por companheiros e ex-companheiros, objeto de nosso estudo.

A seguir, faremos uma breve discussão sobre a Lei Maria da Penha, dispositivo legal brasileiro que propõe coibir a violência de gênero, a fim de que possamos visualizar como essa violência é tratada e percebida pela legislação no Brasil.

2.2.1 Lei Maria da Penha (11.340/2006)

Em 1983, a biofarmacêutica e cearense Maria da Penha Maia Fernandes sofreu duas tentativas de homicídio perpetradas pelo seu então marido, o professor universitário Marco Antônio Herredia Viveiros. Na primeira tentativa, Maria levou um tiro nas costas que a deixou paraplégica:

Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos. Não vi ninguém. Tentei me mexer. Não consegui. Imediatamente fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: ‘Meu Deus, o Marco me matou com um tiro’. Um gosto estranho de metal se fez sentir forte na minha boca, enquanto um borbulhamento nas costas me deixou perplexa (GALINA, 2008, p. 26).

Na segunda tentativa de homicídio o seu companheiro tentou eletrocutá-la enquanto tomava banho, além de sofrer ameaças e cárcere privado.

Depois disso, Maria da Penha iniciou uma grande luta na justiça para que fosse constatado que seu ex-marido tinha sido o autor dos crimes. Contudo, embora Marco tenha sido condenado duas vezes pelos tribunais locais em 1991 e 1996 sempre entrava com recurso e não era preso. A prisão só foi efetivada quase vinte anos depois, em 2002, após Maria recorrer à Comissão Interamericana de Direitos

Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e, então, o Brasil ser condenado por negligência e omissão pela demora na punição do marido.

O caso de Maria da Penha pressionou as autoridades nacionais a desenvolverem projetos de lei para defender a mulher contra a violência, o que culminou com a criação da Lei 11.340 em agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem à biofarmacêutica cearense. Essa lei foi composta a partir da própria Constituição Federal, nos termos do Parágrafo 8º do Artigo 226, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres em 1979 e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, ocorrida em 1994 (JESUS, 2010).

Já no seu preâmbulo, a Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de dispor sobre a criação de juizados especiais e delegacias e estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência. A Lei dispõe ainda, no Artigo 35º, sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar, casas-abrigo, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e médico-legal especializados e centros de educação e reabilitação para agressores.

No Artigo 5º do Capítulo I, a Lei 11340/06 define a violência doméstica e familiar contra a mulher “como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”, os quais ocorram nas seguintes esferas:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006).

Nesses parágrafos, observamos que a lei estabelece que os âmbitos doméstico, familiar ou íntimo de afeto são os domínios em que a mulher pode sofrer a violência doméstica e familiar. Contudo, cabe ressaltar que não restringiremos o nosso *corpus* a esses âmbitos, uma vez que as notícias selecionadas incluem situações de violência de gênero em locais públicos e privados.

Outra questão importante é dizer que, embora tenhamos argumentado anteriormente que nos deteremos apenas na análise de notícias que relatam casos de violência de gênero perpetrada por companheiros ou ex-companheiros, é indispensável lembrar a multiplicidade de agressores possíveis que pode existir nesses espaços, em virtude das várias relações de gênero que esses ambientes podem desencadear. Esses agressores podem ser: filhos(a), pais, mães, avós, avôs, enteados(a), tios(a), etc. Em nossa pesquisa, iremos nos centrar no estudo da violência exercida por companheiros e ex-companheiros por ser atualmente a mais significativa em termos quantitativos, especialmente nas notícias jornalísticas coletadas para esta investigação, que representam casos de violência contra a mulher no ES, estado que lidera o ranking de homicídios de mulheres no Brasil.

A definição de violência contra a mulher “como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” dialoga, ainda, com o reconhecimento da violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos feita nas Conferências das Nações Unidas⁷ (Viena, 1993). No Artigo 7º, da Lei 11.340/06, observamos uma explanação acerca das diferentes formas que essa violência pode assumir:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

⁷ Declaração e programa de ação de Viena: Conferência Mundial sobre Direitos Humanos. Viena, 14-25 de Junho de 1993.

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (BRASIL, 2006).

Dentre esses tipos de violência relatados, a violência física é a forma mais evidente dos maus tratos domésticos, já que é visível a todas as pessoas, especialmente as mais próximas, por causa das “marcas” físicas que são deixadas na mulher. Além disso, é também o tipo de violência mais visível para a própria vítima que, após uma agressão física, toma consciência da violência sofrida e denuncia o agressor.

Não podemos dizer o mesmo sobre a violência psicológica, que causa danos psíquicos às vítimas e normalmente não é denunciada. Esse tipo de violência se manifesta com a opressão, a humilhação e o desprezo da mulher, contribuindo com a redução de sua autoestima e, conseqüentemente, atrapalhando as atividades realizadas por ela no trabalho, no lazer, entre outros.

Já a violência sexual ocorre mediante pressões físicas e psicológicas contra a mulher, impedindo-a de exercer sua liberdade sexual. As manifestações mais comuns desse tipo de violência no âmbito doméstico são as ameaças feitas pelos seus companheiros para realizar os seus desejos sexuais e a coerção pessoal com ameaças de infidelidade.

A violência patrimonial no ambiente doméstico ocorre, geralmente, relacionada à violência psicológica, por exemplo, quando a vítima tem seus bens destruídos ou retidos pelo companheiro e sofre coerções por ser financeiramente dependente dele.

Por último, a violência moral pode estar presente em todos os outros tipos de violência e ocorre quando o agressor perpetra xingamentos e calúnias contra a vítima.

A sequência de atos violentos que inclui agressões verbais, assédio moral, agressões físicas, estupro, etc. pode culminar na expressão máxima da violência contra a mulher que é a morte da vítima ou o feminicídio. O termo feminicídio, entendido como homicídio decorrente de conflitos de gênero, foi utilizado pela primeira vez por Radford e Russell no livro *Femicide: the politics of woman killing* (1992) para designar assassinatos de mulheres que foram mortas pelo fato de serem mulheres e não por outros motivos como os relacionados à etnia, religião, política, etc. Esse termo surge, segundo Radford e Russell (1992), da combinação do prefixo "fem", que conota feminino, e "icide" que conota matar, tais como as terminologias: homicídio, suicídio, genocídio, parricídio, matricídio, infanticídio.

Alguns estudiosos optam pelo termo "feminicídio" em detrimento de "femicídio". O termo "feminicídio" foi cunhado pela feminista mexicana Marcela Lagarde (2004), a partir da proposta de Radford e Russell (1992). Lagarde (2004) optou pelo novo vocábulo porque a tradução de *femicide* em Espanhol possui um som homólogo a homicídio e apenas significa assassinato de mulheres. Por isso, preferiu diferenciar o som da palavra traduzindo-a por "feminicídio" e distinguir o significado definindo-a como o "conjunto de fatos contra a humanidade contendo crimes e desaparecimentos de mulheres" (LAGARDE, 2004, p. 6). Segundo a autora, o novo termo tem o propósito político de criticar a incapacidade e a omissão do estado em investigar, processar e punir os perpetradores de violência de gênero, considerando isso uma das principais causas de perpetuação da violência contra as mulheres. Essa seria a principal diferença entre "femicídio" e "feminicídio", já que o primeiro sustentaria a visão submissa das vítimas na sociedade e a responsabilidade pela violência que sofrem, além do reforço da supremacia masculina.

A legislação brasileira passou a empregar o vocábulo "feminicídio" em 9 de março de 2015 com a aprovação da Lei nº 13.104, que altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25

de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015).

Alguns debates têm sido levantados na doutrina e na jurisprudência em torno dessa lei. Essas controvérsias trazem à tona três discussões: primeiro, que a lei 13.104/15 poderia oferecer algum privilégio em relação às vítimas, já que as causas especiais de aumento de pena fixadas no § 7º (1/3 até a metade e se referem aos seguintes casos: I-vítima gestante ou nos 3 meses posteriores ao parto; II-vítima menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; III-quando o feminicídio ocorre na presença de descendente ou de ascendente da vítima), não se estendem para os demais casos de homicídios qualificados descritos no Código Penal; segundo, que já há leis no código penal para tratar essas questões e, portanto, não haveria necessidade de se criar novas leis, ao contrário, há a necessidade de se aumentar os recursos humanos no judiciário, já que, por exemplo, a maioria dos juizados especializados de violência doméstica estão desfalcados; terceiro, que a lei 13.104/15 prevê que o feminicídio seja caracterizado somente se o crime contra a mulher for perpetrado em um contexto de violência de gênero, logo, a qualificadora do feminicídio não é tão objetiva quanto parece, uma vez que não basta que a vítima seja uma mulher (fato objetivo), mas que o dolo tenha por motivação a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Por outro lado, os defensores das leis 11.340/06 e 13.104/15 argumentam que ser contra essa legislação é não ver o caminho de morte trilhado por milhares de mulheres brasileiras. Se vivêssemos em situação de igualdade entre gêneros, não haveria necessidade de leis específicas para o combate à violência contra a mulher. O reflexo dessa desigualdade está nos altos índices de mulheres mortas todos os dias no Brasil em decorrência da violência de gênero.

De posse dessas considerações, discutiremos, a seguir, o cenário da violência de gênero no Brasil e no Espírito Santo (ES), apresentando alguns índices que nos levaram a escolher o ES para realizar essa investigação.

2.2 O CENÁRIO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO

Os índices de homicídios de mulheres no Brasil o colocam na sétima posição no contexto dos 84 países do mundo com dados homogêneos da OMS (Organização Mundial da Saúde), com uma taxa de 4,4 homicídios para cada 100 mil mulheres, atrás apenas de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. Nos últimos 30 anos, foram assassinadas, aproximadamente, 91 mil mulheres no Brasil, sendo 43,5 mil só na última década. Em relação às agressões, no ano de 2011, foram registrados 70 mil casos de violência contra mulheres. Dentre os estados brasileiros, quem ocupa a posição de destaque é o Espírito Santo, que lidera o *ranking* com taxa de 9,8 homicídios para cada 100 mil mulheres, sendo a capital do estado, Vitória, a mais violenta do país, com 13,2 homicídios a cada 100 mil mulheres.

Todos esses dados são provenientes de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Sangari, denominada Mapa da Violência 2012: homicídio de mulheres no Brasil. A fonte básica para a elaboração do Mapa da Violência é o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde. De acordo com a legislação vigente no Brasil (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), nenhum sepultamento pode ser realizado sem certidão de óbito. Essa declaração, padronizada nacionalmente no Brasil com dados relativos à idade, sexo, estado civil, profissão e residência da vítima, é coletada pelas secretarias municipais de saúde, enviada às secretarias estaduais de saúde e centralizada posteriormente pelo Ministério da Saúde. As causas das mortes são classificadas pelo SIM seguindo a Classificação Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Assim, para comparações internacionais são utilizadas as bases de dados de mortalidade dos países-membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), que utilizam a mesma metodologia de registro de óbito. Por esse motivo, o Mapa da Violência apresenta dados comparativos internacionais de homicídios de somente 84 países.

Contudo, ainda que tenhamos apresentado esses índices, não é fácil saber da incidência da violência de gênero, salvo quando resulta em crimes horrendos. Um dos maiores problemas para o estudo do feminicídio no Brasil é a falta de dados oficiais que possibilitem observar com mais precisão o número de mortes e informações a respeito dos contextos em que ocorrem. Do mesmo modo, os estudos e relatórios sobre a situação dos feminicídios em países da América Latina não enfrentam situação diferente. De acordo com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Mulher (CPMIVCM)⁸, no relatório Acesso à Justiça para as Mulheres Vítimas de Violência nas Américas, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2007), destaca-se que, na Argentina, entre 1999 a 2003, os crimes de violência contra mulheres representaram 78 a 83% de todos os delitos ocorridos no país. Na Espanha, segundo uma pesquisa feita pelo *Instituto de la Mujer*, no ano de 2001, houve 24.158 denúncias de maus tratos de maridos as suas esposas (ALBERDI; MATIAS, 2002). Outro índice assustador provém de uma série de estudos feitos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e publicados na revista médica *The Lancet*, em 2014, em que uma em cada três mulheres no mundo é vítima de violência conjugal (MICHAY et al., 2014).

Como a maior parte dos trabalhos aponta para a falta de dados oficiais, em muitos casos, a estratégia adotada pelos estudos é a utilização de dados provenientes de diferentes fontes, como registros policiais, registros médico-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público, etc. Porém, conforme pontua Izumino (2011), utilizar diferentes fontes pode resultar em dados frágeis do ponto de vista metodológico e científico, já que pode haver duplicidade nos registros. Além disso, “os sistemas de classificação são muito diferentes, por exemplo, entre dados oriundos de fontes policiais e aqueles que são gerados a partir de sistemas de

⁸ A CPMIVCM foi criada por meio do Requerimento nº 4 de 2011, Congresso Nacional, e composta por onze Senadores, onze Deputados Federais e igual número de suplentes. Contudo, essa não foi a primeira CPMI destinada a esse tema. Em 14 de março de 1992, foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “investigar a questão da violência contra a mulher”, presidida pela Deputada Federal Sandra Starling e tendo como relatora a também Deputada Federal Etevalda Grassi de Menezes. Dentre suas principais conclusões destacam-se: a) inúmeras dificuldades no tocante ao levantamento de dados sobre os índices de violência solicitados às Delegacias da Mulher e às Comarcas; b) inexistência de uma nomenclatura unificada referente aos dados sobre violência contra a mulher; c) dados incompletos ou que chegaram tardiamente à CPI. A carência de informações foi considerada reveladora do descaso por parte das autoridades governamentais que não suprimiram as comarcas e as delegacias de recursos humanos e tecnológicos para fazer o levantamento necessário, conforme solicitado à época pela CPI.

saúde – e muitos casos podem ficar de fora dessa contagem” (IZUMINO, 2011, p. 235).

Com intuito de realizar um levantamento mais preciso sobre a violência de gênero foi composta a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Mulher (CPMIVCM) no Brasil, em julho de 2013. A finalidade da CPMIVCM foi investigar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação da violência contra a mulher nos dez estados brasileiros mais violentos para as mulheres, nos termos do Mapa da Violência 2012, e nos quatro estados mais populosos, e apurar denúncias de omissão por parte do poder público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger mulheres em situação de violência.

No relatório produzido pela CPMIVCM, foi constatada a ausência de dados estatísticos confiáveis e comparáveis em todos os poderes constituídos e em todas as esferas de governo. Mesmo após a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, não se verificou mudanças significativas em relação à violência de gênero. De acordo com uma pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em 2010, o número de brasileiras espancadas permaneceu altíssimo, com uma ligeira queda: de uma mulher a cada 15 segundos para uma mulher em cada 24 segundos.

Ainda segundo o relatório da CPMIVCM, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), da Secretaria de Políticas para as Mulheres, criada em 2005 com o objetivo de orientar as mulheres em situação de risco e de violência, registrou, de abril de 2006 a dezembro de 2011, 281.894 ligações só sobre relatos de violência, sem incluir aqui ligações com variadas solicitações: informações, reclamações, elogios, sugestões, serviços e denúncias de violência. Desse total, a maioria das usuárias se declarou como pardas e negras, 47,68% e 11,23%, respectivamente. A Central também revelou que 59,51% das vítimas não dependem financeiramente do agressor e que 58,27% dos casos de agressão nem sempre ou nunca ocorreram sob efeito de álcool ou droga. Em apenas 41,73% dos casos registrados, a agressão foi cometida sob efeito de alguma substância (droga e/ou álcool). Considerando o local de ocorrência da violência, destaca-se que 25,4% das vítimas foram agredidas na própria residência, enquanto 48,0% em via pública. No entanto, quando relacionados

o agressor e o local da residência, os cônjuges ou ex-cônjuges respondem por 25,9% das agressões, sendo que 80,5% delas ocorreu na própria residência.

Esse último dado nos leva a refletir sobre um grande entrave apontado pelos estudos recentes, que é a classificação de um crime de violência de gênero como um crime passional. A raiz desse problema começa no campo jurídico. De acordo com Izumino (2011), no Brasil e na maior parte dos países da América Latina, as leis para a violência de gênero não enquadram o feminicídio de maneira diferenciada. Dessa forma, as mortes de mulheres são classificadas de acordo com o sistema penal de cada país, o que inclui homicídios simples ou qualificados e homicídio por violenta emoção, que abarca os crimes passionais. Assim, Izumino (2011, p. 234) argumenta que “essas classificações aplicam-se a todas as mortes, independente de terem sido cometidas contra homens ou mulheres, algumas se aplicam apenas a adultos, outras podem se aplicar também às crianças”.

Esse problema também foi verificado no estado do Espírito Santo por Tomazi (2014a) em sua pesquisa de estágio pós-doutoral. Segundo a autora, não há uma classificação dos tipos de processos que estão na vara que possa distinguir a natureza dos agressores e das vítimas. Por esse motivo, não é possível discernir os feminicídios no conjunto de registros policiais e processos judiciais.

Ademais, ao classificar um feminicídio como um crime passional, o criminoso é tratado com algum tipo de patologia e, na maioria das vezes, é julgado com penas mais leves. Isso oculta a violência de gênero e dificulta ainda mais a coleta de dados reais sobre as mortes de mulheres.

No levantamento feito pela CPMIVCM no estado do Espírito Santo, no que se refere à motivação dos homicídios de mulheres no ano de 2011, por exemplo, verificou-se que, dentre os homicídios interpessoais, isto é, não causados pelo tráfico de drogas, violência urbana, etc., 42,85% são considerados crimes passionais. Quanto aos crimes de drogas, não há informação sobre a relação entre vítima e agressor, impossibilitando saber se há também relação de violência de gênero associada.

Grande parte dos problemas apresentados acima e enfrentados no ES são provenientes da ausência de investimentos dos poderes públicos estaduais e

municipais, da falta de investimentos em delegacias especializadas e atendimentos especializados, sobretudo nas zonas rurais e regiões de difícil acesso. Para termos uma ideia, de acordo com a CPMIVCM, o ES conta apenas com dez Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), localizadas em Vitória, Guarapari, Vila Velha, Serra, Aracruz, Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares, São Mateus, Colatina e, ainda, a Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher, em Vitória. Considerando que o estado possui 78 municípios, isso representa uma cobertura de somente 13% das municipalidades. Considerando, ainda, que a delegacia de polícia é o órgão público mais procurado para denúncias, especialmente em casos de violência de gênero, concluímos que os registros que possuímos não traduzem fielmente a nossa realidade.

O quadro a seguir, apresenta a quantidade de boletins de ocorrência, registros de inquéritos e medidas protetivas registrados pelas DEAMs do ES no período de 2010 a 2012.

Quadro 1 - Registro por DEAM do Espírito Santo (2010 a 2012)

Município	Ocorrências			Inquéritos policiais instaurados			Inquéritos policiais concluídos			Medidas Protetivas		
	2010	2011	2012*	2010	2011	2012*	2010	2011	2012*	2010	2011	2012*
Aracruz	-	288	272	-	248	64	-	184	32	-	67	32
Cachoeiro do Itapemirim	-	4108	720	-	407	124	-	412	110	-	402	214
Cariacica	1991	1697	534	538	619	221	562	636	171	197	215	82
Colatina	-	1040	397		232	92		259	83	-	20	24
Guarapari	1236	1623	720	202	174	124	305	158	110	162	174	124
Linhares	-	1290	312		154	52	-	145	46	-	0	0
São Mateus	-	1157	395		132	142	-	120	100	-	130	142
Serra	1295	1519	726	1014	1126	535	486	609	285	980	1054	444
Vila Velha	3553	3130	1136	718	1190	586	520	710	206	371	710	480
Vitória	1669	1299	420	1196	1049		1366	1826		951		
		182										

*Dados até abril de 2012.

Fonte: Relatório do Governo do Estado - CPMIVCM (2013, p. 453).

Os dados apresentados no Quadro 1 ilustram a falta de informações sistemáticas nas DEAMs. Observa-se a ausência de dados relativos ao ano de 2010 nas DEAMs

de Aracruz, Cachoeiro do Itapemirim, Colatina, Linhares e São Mateus. De acordo com o relatório da CPMIVCM, o governo do ES não explica as omissões referentes ao ano de 2010, tampouco a ausência de registros no ano de 2012.

Esse relatório chama atenção para duas questões: primeiro, para o fato de a DEAM de Linhares não apresentar nenhuma informação sobre medidas protetivas. Isso pode estar relacionado ao fato da delegacia não fazer o levantamento das medidas, que pode ter sido ocasionado por não ter havido nenhuma medida no período, ou por não ter controle sobre elas, por não ter feito o registro ou não ter servidores, etc. Enfim, qualquer uma dessas hipóteses leva ao descuido dessa delegacia para com os crimes de violência de gênero. O estado explica que nesse município foram registrados vinte homicídios em 2011, mas todos relacionados ao tráfico de drogas. A segunda questão está relacionada ao fato de o município de Cachoeiro de Itapemirim apresentar uma queda drástica nas ocorrências entre 2011 e 2012 sem que haja alguma explicação para isso.

Diante desse contexto, a CPMIVCM faz algumas recomendações ao estado do ES para tentar reverter o cenário de violência de gênero. O leque de sugestões é amplo, sendo algumas destinadas ao Governo do Estado, outras ao Poder Judiciário, outras ainda ao Ministério Público e, por fim, à Defensoria Pública. Embora consideremos todas as recomendações igualmente importantes, ressaltamos a que consideramos primordial no combate à violência de gênero, que é a inserção da “temática da violência contra a mulher no currículo de todos os níveis de ensino e na grade horária dos cursos de formação de todos os agentes públicos, de complexidade e conteúdo compatível com a atuação do público-alvo” (BRASIL, 2013, p. 337).

Do mesmo modo, verificamos na Lei Maria da Penha um conjunto de medidas destinadas à prevenção da violência de gênero. Essas medidas são propostas no Artigo 8º e devem ser realizadas por meio de ações conjuntas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e, também, de ações não governamentais. Em função da nossa discussão, destacamos, abaixo, apenas algumas das diretrizes propostas nesse artigo:

III - o respeito, nos meios de comunicação social, dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar, de acordo com o estabelecido no [inciso III do art. 1º](#), no [inciso IV do art. 3º](#) e no [inciso IV do art. 221 da Constituição Federal](#);

V – a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

VIII – a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

IX – o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Todas essas diretrizes nos levam a refletir que a melhor prevenção contra a violência de gênero é a educação. Por isso, a temática da violência de gênero deve ser incluída em todos os níveis de ensino, inclusive, no nível superior em que se graduam, diariamente, advogados, médicos, professores, policiais, juízes, delegados, jornalistas, enfermeiros, etc. Todos esses profissionais precisam estar preparados para lidar com esse tipo de violência, a fim de que possam contribuir com a diminuição das desigualdades entre os gêneros em nossa sociedade.

Conforme pontua van Dijk (2008), além de o discurso midiático e o político, o discurso da educação é o mais influente na sociedade, ideologicamente falando. Mais do que qualquer outro discurso, “o discurso pedagógico define a ideologia oficial e dominante, estabelecendo o conhecimento e opinião oficial, sem dar lugar a debate ou controvérsia” (VAN DIJK, 2008, p. 21). Por isso, a importância de se inserir nas bases curriculares e nos livros didáticos o tema da violência de gênero.

Educar a população para o respeito às diferenças entre os gêneros é mais importante do que criar leis e medidas que intimidem os agressores, já que está mais que corroborado que as leis não são eficientes. Prova disso é que o número de vítimas atualmente é igual ao anterior à Lei Maria da Penha. Segundo um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), que avaliou o impacto da Lei 11340/06 sobre a mortalidade de mulheres por agressões, não houve redução das taxas anuais de mortalidade, comparando-se os períodos antes e

depois da vigência da Lei. As taxas de mortalidade por 100 mil mulheres foram 5,28 no período 2001-2006 e 5,22 em 2007-2011 (GARCIA et al., 2013).

Mas isso ainda não é tudo. Podemos, também, discutir a diretriz feita aos meios de comunicação, apresentada acima, no parágrafo III do Artigo 8º. Nesse item, é imputado aos meios de comunicação social o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma que sejam coibidos os papéis estereotipados que legitimem a violência doméstica e familiar. Entretanto, não é essa a postura que a mídia tem adotado diante do que temos observado nas notícias coletadas em nossa investigação. Por exemplo, verificamos as seguintes manchetes em algumas das notícias selecionadas: “Assassino pode alegar problemas psicológicos” e “Usuário de drogas bate na namorada”. Em nosso ponto de vista, quando esses discursos transferem a responsabilidade do homicídio aos problemas psicológicos e da agressão às drogas, há o reforço do estereótipo de criminoso patológico e o desvio do foco real do problema, que é a violência de gênero.

Nesse sentido, refletiremos a seguir um pouco mais sobre como a violência e a mulher são tratadas nos meios de comunicação.

2.3 SOBRE A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Nas últimas décadas, a violência de gênero deixou de ser tratada como algo íntimo e familiar e passou a ser vista como um problema social. Essa mudança de perspectiva fez desse problema um objeto de discussão em diferentes esferas sociais: na academia, com o desenvolvimento de estudos sobre esse tipo de violência; na política, com a busca pela ampliação e elaboração de políticas públicas mais consistentes; e na mídia, com a veiculação de notícias diárias sobre casos de violência de gênero.

Segundo Alberdi e Matas (2002), o caso de Lorena Bobbit teve uma enorme repercussão em âmbito internacional quando, em 1993, depois de sofrer diversas agressões conjugais, a norteamericana decidiu se vingar de seu marido amputando

parte de seu órgão genital. A singularidade e a gravidade da agressão levou para a agenda dos meios de comunicação um debate intenso sobre agressões conjugais contra mulheres e a legitimidade ou ilegitimidade do recurso da violência como legítima defesa nos Estados Unidos e no mundo inteiro.

Outro fato marcante, apontado pelas estudiosas Fagoaga (1994, 1999), Lopez Díez (2001, 2002) e Fernandez Díaz (2003), como um marco para a sensibilização da sociedade espanhola em relação à violência de gênero, foi o assassinato de Ana Orantes, morta por seu marido, em 1997. Ana Orantes, mulher de sessenta anos, foi queimada viva por seu ex-marido, José Parejo, depois de ela revelar em um programa de televisão, as agressões e humilhações que sofreu por parte de seu esposo durante os anos de matrimônio. Ana havia denunciado seu agressor quinze vezes e o sistema (forças de segurança, recursos sociais e judiciais) não havia feito nada. Após o feminicídio, os meios de comunicação reconheceram o interesse da opinião pública sobre o tema e começaram a noticiar as estatísticas sobre a violência contra as mulheres.

Do mesmo modo, podemos dizer que, no Brasil, o caso da biofarmacêutica Maria da Penha⁹ também significou um marco para o enfrentamento da violência de gênero, principalmente, porque, a partir desse caso, foi promulgada a Lei 11.340, em 2006.

Contudo, o que de fato tornou esses acontecimentos marcos para o debate sobre as questões que envolvem a violência de gênero pode não ter sido, apenas, a ação em legítima defesa de Lorena Bobbit, o caso de feminicídio de Ana Orantes e a tentativa de homicídio de Maria da Penha, mas sim, o fato de tais episódios terem alcançado as manchetes dos jornais, as edições dos programas de televisão e as pautas dos programas das rádios. Isso porque, até então, milhares de mulheres em todo o mundo já haviam sido mortas e violentadas, entretanto, tudo ficava restrito às paredes de suas casas.

A divulgação feita pela mídia dos casos de violência de gênero passou a oferecer uma contribuição à sociedade no sentido de apresentar/denunciar os maus tratos sofridos pelas mulheres. Contudo, pesquisas desenvolvidas por feministas,

⁹ A história de Maria da Penha foi descrita no item 2.2.1.

estudiosas dos meios de comunicação, concluíram que denunciar essa violência não é suficiente. É necessário que os meios de comunicação parem de contribuir com a perpetuação da violência de gênero através da manutenção de estereótipos em nossa sociedade.

A seguir, apresentamos alguns estudos que denunciam uma série de problemas que são recorrentes nos meios de comunicação, que tendem a representar nas notícias imagens subordinadas de mulheres e, conseqüentemente, a sustentar ideologias de uma sociedade patriarcal e colaborar com a manutenção da violência contra a mulher.

Fagoaga (1999) assegura que até o início dos anos oitenta, a violência de gênero não aparecia como uma realidade e que só depois passou a ser abordada como um problema social pelos meios de comunicação. Ainda assim, persistiam as resistências por parte de alguns meios de se reconhecer o caráter estrutural e sexista da violência contra as mulheres e inserir esse debate na agenda midiática.

Na obra *Comunicando violencia contra las mujeres: Estudio sobre el mensaje periodístico*, Fagoaga (1994) argumenta que a ideologia dos meios de comunicação tem um triplo alcance: primeiro, subestimam ou expulsam significados e valores emergentes, por exemplo, quando procuram fontes institucionais (fontes legitimadas) e utilizam as concepções predominantes destas para relatar algum fato. Segundo e como consequência, os estereótipos que essas instituições constroem tendem a ser reproduzidos pela mídia, por isso, a importância em se estudar o discurso e as práticas das instituições como o próprio discurso dos meios de comunicação. E, terceiro, o discurso dos meios de comunicação mostra que os periódicos não são apenas uma máquina de reprodução do que as instituições dizem, pois a própria indexação das notícias e o espaço designado a estas, a formalização do texto ou pautas para criação de superestruturas textuais ou gênero periodístico, a colaboração com determinados especialistas para que analisem em suas páginas os acontecimentos precisos e a criação de um discurso próprio do meio através dos comentários editoriais, já implicam uma entrega de sentido que previamente não existia: essa é a construção da realidade de que fazem os meios informativos.

Outra questão evidenciada por Fagoaga (1994) é o fato de que os casos de violência de gênero são, geralmente, representados através de uma notícia que todos conhecem como “evento”. Ou seja, para compreendê-la, precisamos apenas das informações que estão expostas no texto, diferente das notícias sobre escândalos políticos, por exemplo, que se inscrevem e perduram ao longo do tempo e necessitam de um conhecimento anterior para que sejam entendidas. Isso se explica, segundo a autora, porque a maioria das notícias “eventos”, que representam casos de violência de gênero, são textos com poucas informações, que são retiradas, na maioria das vezes, dos boletins policiais. Nessa perspectiva, a autora descreve que a notícia “evento” é como um recorte sincrônico da atualidade, enquanto a notícia “acontecimento”¹⁰ se inscreve em uma historicidade e está em uma ordem diacrônica. O problema de se retratar os casos de violência de gênero com notícias “evento” é que os casos são tratados de maneira muito superficial e, quase sempre, não apresentam informações importantes para a população, por exemplo, como ocorreu o crime, os envolvidos, o desfecho do caso, etc. De acordo com as análises feitas por Fagoaga (1994), esse tipo de notícia “evento” raramente é convertido em “acontecimento” e, quando convertido, ocorre em duas situações: primeiro, para mostrar a posição e a relevância dos atores na estrutura social e, segundo, para explicar a necessidade de mudança em uma formação social.

Meyers (1997), no livro *News Coverage of Violence Against Women*, faz análises de notícias sobre crimes de violência contra mulher a partir de uma perspectiva feminista, com o objetivo de ampliar o tradicional entendimento da construção social da notícia e incluir nessa construção discursiva questões como gênero, raça e classe. Nesse estudo, a pesquisadora estadunidense evidencia que a imprensa se baseia em uma noção tradicional de gênero para retratar a violência contra mulher, utilizando uma representação distorcida das mulheres agredidas, que polariza em torno do culturalmente definido como “virgem-prostituta” ou “menina-bona - menina-má”, dicotomia esta em que a mulher parece ser inocente ou culpada por sua vitimização.

¹⁰ Outros autores, como Charaudeau (2010), também utilizam a noção de acontecimento. Para o autor, acontecimento é todo fenômeno que se produz no mundo, ou ainda, de modo particular, como todo e qualquer fato fora da ordem habitual.

Ao final da obra, Meyers (1997) conclui que as informações acerca da violência masculina contra as mulheres são parte do problema da violência contra a mulher se:

1. As notícias representam as vítimas da violência masculina como responsáveis da agressão;
2. Se se pergunta que há feito a mulher para provocar ou causar a violência;
3. Quando se pergunta ao agressor por que estava obcecado ou estava apaixonado ou enciumado ou qualquer outra coisa;
4. Quando mostram falta de equilíbrio no tratamento que se dá a vítima e que se dispensa ao agressor;
5. Quando representa o agressor como um louco, um monstro ou um psicopata embora ignorando a natureza estrutural da violência contra as mulheres.

Nessa perspectiva, a autora salienta que a representação que se elabora sobre a violência contra as mulheres como resultado de interpretações estereotipadas e de determinadas práticas editoriais, constrói uma representação de assassino como vítima.

Os resultados desses estudos apontam problemas que podem ser causados quando os meios de comunicação não se atentam para a maneira como um caso de violência de gênero é noticiado. Isso pode causar um estrago sem precedentes: a desvirtuação da noção de violência de gênero para outras formas de violência, como os crimes passionais.

Os estereótipos culturais construídos acerca das mulheres que sofrem violência de gênero, normalmente, as representam como provocantes, infiéis, mentirosas, etc., enquanto definem os homens que praticam a violência como, honestos, traídos, desonrados, etc. Por isso, é muito comum encontrarmos textos jornalísticos que, indiretamente, culpem as mulheres pelas agressões, como os subtítulos: “Um analista de sistemas de 35 anos acreditou que estava sendo traído e, por isso, tentou estrangular cabeleireira de 22 anos” (*A Tribuna*, 20-06-2013), “Após descobrir

traição e pedir a separação, vítima passou a trocar recados com outro homem. Ex-marido não gostou e a agrediu” (*A Tribuna*, 22-06-2013).

Esses significados, construídos pelos meios de comunicação, influem na percepção da sociedade e têm uma relação inegável com o comportamento dos indivíduos. Por exemplo, nos subtítulos citados no parágrafo anterior, verificamos construções discursivas que culpam as vítimas pelas agressões sofridas. No primeiro caso, temos uma cabeleireira que quase foi estrangulada porque (supõe-se) traiu o marido e, no segundo caso, a vítima foi agredida porque traiu o marido. Ou seja, de acordo com o que está escrito nos dois fragmentos, as vítimas foram as responsáveis pelas agressões. Essas estruturas discursivas “justificam” os atos violentos e ajudam a sustentar o senso comum de que mulheres infiéis merecem apanhar.

No livro *La violencia sexual y su representación en la prensa*, Fernández Díaz (2003) aborda a violência sexual na imprensa e fala sobre a culpabilização, que define a sedução feminina em termos de uma atividade que tem efeitos sobre a sexualidade masculina e, por isso, é capaz de acarretar consequências indesejáveis ou inesperadas para a própria mulher, como o estupro, por exemplo. Nesse caso, se uma mulher for violentada por estar usando roupas curtas ou sensuais, a culpa não seria do agressor, mas dela mesma.

No estudo desenvolvido por Menéndez (2010), intitulado *Representación mediática de la violencia de género*, a autora discute como a violência é retratada nos meios de comunicação. Nessa perspectiva, Menéndez (2010) aborda o fato de existir uma razão de caráter ideológico para que os periódicos construam relatos apoiados, quase exclusivamente, na violência e, essa razão, seria a necessidade de se criar um consenso para favorecer a coesão social. Por exemplo, quando os jornais elaboram notícias sobre agressões sexuais perpetradas por desconhecidos, está se introduzindo uma mensagem que adverte às mulheres sobre o perigo de exercer sua liberdade no espaço público: como sair a noite, caminhar por espaços pouco iluminados, abrir a porta para algum desconhecido, etc. Essas situações advertem às mulheres sobre um perigo sem que o discurso midiático ofereça o outro lado da moeda, nesse caso, questões que tenham a ver com a falta de segurança pública e não com a imprudência do comportamento feminino. Muito menos é mencionado

que a violação sexual, cometida por um desconhecido, é a menos provável de todas as agressões sexuais. Dessa forma, esse discurso age de maneira coativa, porque, a partir disso, a maioria das mulheres tem medo de sofrer uma agressão sexual por parte de um desconhecido.

De acordo com Lopez Díez (2002), refletir sobre como os meios de comunicação representam o tema da violência de gênero também inclui pensar como as mulheres são representadas pela mídia, desde a maneira como uma mulher é tratada ao falar sobre moda até os adjetivos usados para qualificar mulheres que desejam ingressar em empregos tradicionalmente masculinos. No estudo *Representación de género en los informativos de radio y televisión*, Lopez Díez (2001) apresenta dados quantitativos da presença de mulheres em notícias de rádios e televisão na Espanha. Nas notícias de rádio, as mulheres representam 14% do total de pessoas entrevistadas, enquanto os homens somam 86% dos entrevistados. Já na televisão, a porcentagem sobe para 18% para as mulheres e 82% para os homens.

A partir desses e outros diversos dados levantados nesse estudo, Lopez Díez (2002) conclui que as mulheres e os homens são representados de maneira quantitativamente diferente. Além disso, os homens sempre aparecem relacionados a profissões consideradas com mais status social (advogados, juízes, economistas, etc.), enquanto as mulheres representam pessoas comuns (donas de casa, estudantes, etc.). Diante disso, a pesquisadora finaliza dizendo que os homens são amplamente representados pela mídia e suas imagens sempre aparecem associadas a posições de poder, ao passo que as mulheres sempre têm sua imagem associada à falta de poder.

Para tentar solucionar esse problema, Lopez Díez (2001) sugere aos meios de comunicação ampliar o campo de representação das mulheres, isto é, apresentar a sua diversidade mostrando mulheres em outros âmbitos que não se reduzam ao familiar e a situações em que ela apareça exclusivamente como vítima, passiva ou objeto sexual em campanhas publicitárias. Isso ajudaria a construir um conhecimento social que permitiria visualizar as mulheres fora dos tradicionais estereótipos sexistas.

No próximo item, discutiremos como a notícia se constitui como discurso e abordaremos algumas estruturas da notícia.

2.3.1 A notícia como discurso

É bem provável que os nomes Eloá¹¹ e Mércia¹² digam algo a nós. Mas, o que elas têm em comum? A morte perpetrada pelos seus ex-companheiros. Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, foi sequestrada, mantida em cárcere privado e assassinada pelo ex-namorado em São Paulo, em 2008. Já Mércia Nakashima, 28 anos, foi assassinada em 2010, também em São Paulo pelo ex-namorado.

Assim, esses casos de feminicídios não compartilham, apenas, a similitude entre os autores dos crimes – ex-companheiros-, mas, também, a maneira como foram noticiados pelos jornais de todo o país: crimes cometidos durante momentos de loucura, incitados por sentimentos de ciúmes e possessão. Ou seja, as notícias relataram que nenhum dos dois assassinos se “conformava” com o fim do relacionamento e, assim, apresentaram o ciúme como uma enfermidade, como uma patologia incomum que acometia apenas àqueles dois homens, que “pareciam” não fazer parte da nossa sociedade, já que suas atitudes foram “insólitas” e “desconhecidas”.

Curiosamente, ou talvez falaz, como afirma Fernandez Díaz (2013), é que a imprensa siga baseando-se no princípio da anormalidade para retratar alguns ataques que são comuns na realidade social. Isto é, intensificam discursos de

¹¹ A estudante Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, foi sequestrada e mantida em cárcere privado pelo ex-namorado, Lindemberg Fernandes Alves, 22 anos, durante mais de 100 horas no dia 13 de outubro de 2008, em São Paulo. Após a tentativa de invasão do cativeiro pela polícia, Lindemberg fez vários disparos que levaram à morte de Eloá. Em 16 de fevereiro de 2012, Lindemberg foi condenado a 98 anos e 10 meses de prisão, entretanto, no dia 06 de Junho de 2013, o Tribunal de Justiça de São Paulo reduziu a pena para 39 anos e três meses.

¹² A advogada Mércia Nakashima, 28 anos, foi assassinada em 23 de maio de 2010, mas o corpo só foi encontrado no dia 11 de junho de 2010, em uma represa no município de Nazaré Paulista (SP). Ela namorava o policial aposentado Mizael Bispo de Souza, 43 anos, que foi denunciado por homicídio triplamente qualificado, sendo que as qualificadoras foram: motivo torpe (vingança pelo fim do relacionamento), meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima. Em março de 2013, ele foi considerado culpado e condenado a 20 anos de prisão em regime fechado.

agressão sexuais e feminicídios como eventos individuais e isolados. Assim, uma vez o fato isolado, seus participantes adquirem, à luz da interpretação, uma natureza anômala que os fazem radicalmente diferentes dos outros mortais.

Nesse sentido, a individualização da violência de gênero faz com que cada vez mais o problema se torne algo fora da nossa realidade e, por consequência, um problema dos “outros”, ao qual se acredita que jamais acontecerá em nossa família e em nossa sociedade.

Entendendo, pois, que a violência é um fenômeno discursivo, porque é expressa através dele, cabe aos meios de comunicação, utilizar-se do discurso para representar os casos de violência de gênero com o propósito de informar a sociedade e ajudar a combater esse problema, sem sensacionalismo, sem espetacularização e sem individualização.

De acordo com van Dijk (1990), a notícia não se caracteriza como uma imagem da realidade, que pode ser correta ou errada, mas sim como um marco através do qual se constrói rotineiramente o mundo social. Nessa perspectiva, a notícia não é somente um texto escrito, mas um discurso público, já que, em oposição às cartas pessoais ou as publicações especializadas, seus leitores são grupos grandes, às vezes definidos por alianças políticas ou ideológicas similares, mas indiferenciados em um nível mais pessoal.

É por esse motivo que o discurso midiático intervém na forma de perceber o mundo, “prescrevendo a posição do que é adequado observar na realidade social e também influi, em última instância, no funcionamento social, tanto a nível econômico, como político e cultural” (MENÉNDEZ, 2010, 35). Independente de qual seja a nossa posição a respeito da capacidade de influência dos meios de comunicação, estes são transmissores de produtos simbólicos e culturais, entre os que se incluem alguns não materiais, como a linguagem ou a comunicação (MENÉNDEZ, 2010).

Diferente da publicidade no jornal, a notícia não tem como primeira intenção promover bens ou serviços procedentes de uma determinada empresa ou instituição. Claro que, economicamente, a notícia é um bem de mercado que deve promover-se e vender-se. Desde um ponto de vista ideológico, a notícia promove

implicitamente as crenças e opiniões dominantes de grupos de elite na sociedade e essas crenças e opiniões são disseminadas por meio de estruturas e estratégias discursivas que compõem a notícia. A seguir, abordaremos alguns desses elementos que são discutidos por van Dijk (1990).

O primeiro item que nos chama a atenção na notícia é o título ou a manchete. De acordo com van Dijk (1990), todas as notícias possuem um título e muitas também possuem um subtítulo, que normalmente está escrito com um tipo de letra diferente. O título precede ao subtítulo e juntos precedem ao resto do item informativo. O título e o subtítulo funcionam como um resumo inicial do texto periodístico e expressam a macroestrutura semântica (tema) desse texto.

Dessa forma, os temas do discurso periodístico podem expressar-se nos títulos, que, aparentemente, desempenham a função de resumir o assunto abordado. Contudo, grande parte das informações presente na notícia, inclusive o tema principal, é construída a partir da semântica textual e das representações cognitivas dos indivíduos, já que o discurso é incompleto e pressupõe muitas informações que não estão ditas no texto, mas implicadas no conhecimento social compartilhado.

Isso significa que uma considerável quantidade de conhecimento, geralmente compartilhado: crenças, normas e valores, deve ser pressuposto. Isto é, a notícia resulta de uma pressuposição tácita de uma ampla base de dados que tenta regularmente atualizar-se (VAN DIJK, 1990).

Assim, as informações que aparecerão escritas nos textos serão escolhidas a partir de um princípio global de organização de relevância da notícia. Esse princípio sustenta que o discurso periodístico se organiza de tal maneira que a informação mais importante ou relevante será colocada na posição mais destacada, seja no texto como um todo, seja nas orações.

Os temas abordados podem pertencer a diversas categorias principais, como a política nacional e internacional, a vida social, a violência, o esporte, a ciência, etc. Além dessas categorias mais gerais, também existem subcategorias que englobam subtemas. Por exemplo, o tema geral violência pode ter subtemas, como violência de gênero, violência urbana, violência no trânsito, etc. A escolha do tema ou

subtema vai depender da relevância para a sociedade e para os meios de comunicação. Meyers (1997) observa que a impossibilidade de se cobrir todos os crimes que ocorrem diariamente faz com que a mídia noticie os casos considerados mais importantes, como noticiar um assassinato ao invés de uma agressão em casos de violência de gênero. Essa seleção, segundo Meyers (1997), estaria mais relacionada ao próprio interesse do periódico, que opta por noticiar eventos que chamem mais atenção e causem mais polêmica, do que à necessidade de informar propriamente dita. Em consequência disso, os crimes mais comuns da violência de gênero, como agressões físicas, psicológicas, morais, etc. são sub-representados se comparados aos crimes de feminicídios, por exemplo.

O tratamento pouco adequado dado aos casos de violência de gênero, como a abordagem superficial dos casos ou a ênfase em casos de morte, causam distorções na representação social acerca desse assunto. Por exemplo, o fato de os jornais apresentarem diversas notícias, diariamente, sobre agressões sexuais sem um aprofundamento nos casos, faz com que a população se acostume com a enxurrada de textos sobre violência e o problema comece a passar despercebido no cotidiano das pessoas. Ou seja, se em uma página de jornal há cinco notícias sobre violência de gênero e todas tratam os casos de maneira superficial (citando apenas informações: onde, como e quem), os leitores deixam de se sensibilizar com o problema e este se torna insignificante.

Ainda na parte superior da notícia e, após o título e subtítulo, temos o *lead*. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia e, na maioria das vezes, responde a seis perguntas básicas: "O quê" e/ou "Quem?", "Quando?", "Onde?", "Como?", e "Por quê?". Essas respostas têm a função de apresentar objetivamente as questões mais relevantes tratadas na notícia, o que facilitaria a leitura do texto. Em seguida, temos a história, os relatos, os comentários e etc.

Outra categoria muito importante na notícia é o estilo. Mais ou menos independente das dimensões do falante (idade, gênero, classe social, etc.), o contexto comunicacional tem suas próprias limitações estilísticas. Por exemplo, durante uma conferência pública, os falantes tendem a usar um estilo mais formal do que em uma conversa no dia a dia com amigos. Do mesmo modo, a linguagem escrita ou

impressa pode ser associada com um estilo mais formal do que a linguagem falada (VAN DIJK, 1990). Nessa perspectiva, os temas controlam os significados locais e, conseqüentemente, os possíveis significados das palavras e, portanto, a eleição do léxico.

Por esse motivo, a escolha lexical está diretamente relacionada ao estilo do discurso. De acordo com van Dijk (1990), a eleição de palavras específicas pode assinalar o grau de formalidade, a relação entre os participantes no discurso, a inserção institucional ou grupal no discurso e, especialmente, as atitudes e ideologias do falante. Por exemplo, quando um periódico elege “dona de casa” ou “prostituta” para se referir a mesma pessoa, não está apenas variando a escolha lexical, mas deixando evidente a sua opinião.

De modo semelhante ao estilo, o uso de estruturas retóricas no discurso jornalístico tem a ver com o modo como falamos as coisas e os objetivos da comunicação. Contudo, as estruturas retóricas não são diretamente ditadas pelo contexto, já que apenas utilizamos ironias, eufemismos, repetições, metáforas, metonímias etc., quando, em um nível cognitivo-semântico, desejamos que as pessoas entendam o que dizemos sobre certos eventos ou situações.

As diferentes estruturas retóricas podem tornar o tema retratado pela notícia mais aceitável e plausível. Como a maior parte das notícias trata de eventos que não permitem a observação direta, os jornais utilizam outros recursos, como as cifras e as fontes para dar veracidade ao acontecimento. No caso das fontes, a preferência é dada sempre a atores que fazem parte da elite simbólica, porque são considerados mais confiáveis e formadores de opinião. Já as cifras, como, por exemplo, número de participantes, idade, data e hora dos eventos, descrições situacionais, número de instrumentos e acessórios (peso, tamanho), etc. são usadas para legitimar as informações. Van Dijk (1990) afirma que poucos recursos retóricos são tão convincentes como as cifras, já que, através delas, o discurso periodístico sugere, forçosamente, uma veracidade mediante a exatidão implícita. Para termos uma ideia da relevância dada às cifras é só pensar, por exemplo, em uma notícia sobre um massacre sem o número de mortos.

Também a agentividade, que pode manifestar-se no texto jornalístico de muitas formas, revela muito sobre a postura implícita do periódico acerca dos atores sociais. Ou seja, não só a forma gramatical da oração na voz passiva ou voz ativa indica as opiniões das instituições de comunicação, mas também a posição dos atores sociais na oração, a omissão do agente e o destaque do ator social no título, subtítulo ou *lead*. Segundo van Dijk (2000a)¹³, a sintaxe das orações pode expressar ou dissimular o agente principal das ações positivas ou negativas. Assim, a posição do sujeito como agente ou como objeto da oração revela muito sobre as avaliações acerca desses atores. Por exemplo, na manchete “Após fim de namoro, jovem é morta a tiros” (*A Gazeta*, 08-02-2015), observamos que há a omissão do agente, que, nesse caso, é o ex-namorado e há, ainda, a ênfase na receptora da agressão, que é a jovem.

Segundo Fernandez Díaz (2003), a passividade da vítima remete a uma submissão e vulnerabilidade em relação ao agressor. Assim, cria-se um estereótipo que conduz a uma percepção negativa da feminidade e a sociedade passa a reproduzir uma ideologia segundo a qual se legitima certos tipos de crimes, como o estupro, por exemplo. Noutros termos, a passividade transforma a mulher numa receptora de violações sexuais, violações estas que ela não deseja. Contudo, da mesma forma que a mulher é vista como apenas uma receptora dos desejos sexuais masculinos, ela também pode ser responsabilizada como um agente ativo por abusos sexuais quando, por exemplo, em um caso de violação sexual, ela é acusada de ter seduzido o homem.

Essas representações de vítima e agressor estão impregnadas em nossa sociedade e são sustentadas pelos meios de comunicação através do discurso jornalístico. Segundo Fowler (1991), os meios de comunicação utilizam o que a psicologia chama de estereótipos para explorar as categorias mentais que nós utilizamos para classificar as nossas experiências. Esses estereótipos pressupõem valores e ideologias que irão assegurar a alteridade e preservar a unidade grupal.

¹³ Van Dijk (1988) analisou mais de 400 títulos na imprensa holandesa em 1985 sobre o mesmo assunto: as tensões raciais contra o chamado "pânico Tamil" (os Tâmeis são um grupo étnico nativo de Tamil Nadu, um estado da Índia). O autor descobriu que as autoridades predominavam na primeira posição das sentenças com verbos ativos. Em contraste, quando os imigrantes Tamil eram colocados em primeiro lugar, o verbo tendia a ser passivo.

Os estereótipos e os preconceitos grupais são representados pelos membros dos grupos que têm um esquema sobre o próprio grupo e esquemas sobre outros grupos sociais e étnicos (VAN DIJK, 1990). São esses esquemas que constroem características distintas básicas dos grupos, como a aparência, a posição social, a forma de se vestir, etc. assim como seus valores, ideologias e interesses compartilhados. Na manchete: “Balconista leva facadas do ex-marido” (*A Gazeta*, 06-10-2013), o uso da profissão para caracterizar a mulher reforça um estereótipo de vítima em nossa sociedade, nesse caso, que a mulher pertence a uma classe social menos favorecida. De acordo com Fernandez Díaz (2003), especificar idade ou profissão de uma vítima remete a um valor determinado e imprimir um sentido ideológico ao conteúdo da mensagem.

Em relação aos estereótipos, Fagoaga (1994) ressalta que os que mais se destacam nas notícias jornalísticas são: a) a separação dos casais; b) estado de descontrole ou loucura; c) crime passional; d) stress; e) estado de alcoolismo. O estereótipo dominante: a separação dos casais reflete que o abandono da relação por parte mulher não é suportável para o homem, assim, as agressões efetuadas pelos homens são entendidas como algo “romântico”. Já as agressões feitas pelas mulheres não são entendidas como “românticas”, mas como intolerância.

Além da vítima e do agressor, as notícias sobre violência de gênero incluem outros atores sociais, como juízes, médicos, advogados, delegados, jornalistas, etc., que fazem parte da elite simbólica e que têm poder de decisão. Assim, conforme argumenta Fernandez Díaz (2013), uma primeira proposta para apontar outras direções na abordagem da violência de gênero seria a constatação de que a violência, como atitude, tem muito mais que vítimas e acusados: têm porta-vozes, formadores de opinião, fábricas de definições, etiquetas mais ou menos relacionadas ao “politicamente correto”, eufemismos que a distorcem, omissões que a atenuam, tomadas de partido, produção e difusão de estereótipos... Enfim, “tudo isso condiciona a percepção e a imagem que temos da violência: a compreensão, o processamento e a interpretação não ocorrem no vazio” (FERNANDEZ DÍAZ, 2013, p. 22).

Dessa forma, podemos dizer que os meios de comunicação são os principais veículos por meio dos quais as mulheres que sofrem violência de gênero podem se informar sobre as maneiras de lutar contra esse problema. É através da informação que essas mulheres podem obter conhecimento para reconhecer que elas não são culpadas pelas agressões que sofrem, que não são meros objetos de desejos e simples serviçais à disposição de seus maridos. Só através da informação elas poderão conhecer os locais de apoio e atendimento às vítimas de violência de gênero e, enfim, conhecer os seus direitos como pessoas que vivem em uma sociedade democrática e igualitária.

3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PRECEITOS BÁSICOS DO MARCO TEÓRICO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) nasce como um projeto comum crítico para estudar as relações de dominação, discriminação, poder e controle, tal como se manifestam na linguagem, ou seja, no discurso. Diferente de outros estudos sobre o discurso, a ACD investiga a relação estabelecida entre discurso e sociedade não de maneira determinista, isto é, direta, mas considerando a natureza histórica do discurso e as ideologias disseminadas pelas instituições ou grupos dominantes que mantêm as desigualdades sociais.

O objetivo deste capítulo é apresentar questões teóricas que têm sido desenvolvidas dentro da ACD, as quais consideramos pertinentes ao desenvolvimento desta investigação. Nesse sentido, a base das reflexões apresentadas são os trabalhos de Teun van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b), especialmente a sua proposta sociocognitiva, e as contribuições dos estudos sobre gênero e discurso de Cameron (1985, 1997), Wodak (1997), West, Lazar e Kramarae (2000), Fernández Díaz (2003), Lazar (1993, 2005, 2007), Magalhães (2005, 2009), Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006).

É importante ressaltar, desde o início, as origens teóricas da ACD que, segundo Fairclough e Wodak (2000), se deram a partir do marxismo ocidental. Em termos gerais, o marxismo ocidental deu muito mais ênfase à dimensão cultural do que outras formas de marxismo, destacando o fato de que as relações sociais capitalistas eram estabelecidas e mantidas (reproduzidas), em grande parte, dentro da cultura e não apenas sobre a "base" econômica: "O marxismo ocidental inclui figuras e movimentos chaves do pensamento social e político do século XX: Antonio Gramsci, a Escola de Frankfurt (incluindo Jurgen Habermas) e Louis Althusser¹⁴" (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 369).

¹⁴ Em linhas gerais, destacamos as teorizações sobre "hegemonia", de Gramsci, e "ideologia", de Althusser, como noções bastante relevantes para os trabalhos desenvolvidos na ACD. Ao longo desta dissertação, discorreremos sobre esses conceitos.

Ainda de acordo com Fairclough e Wodak (2000), o termo “crítico” da ACD está associado, especialmente, à Escola de Frankfurt. Essa corrente retornou aos fundamentos dos pensamentos de Marx com o objetivo de analisar com outros olhos o legado filosófico que lhe deu origem. Os filósofos da Escola de Frankfurt sustentavam que não era possível tratar dos produtos culturais como meros fenômenos da economia.

Já o marco institucional da ACD ocorre no início dos anos noventa em um simpósio realizado na Universidade de Amsterdam, onde se reuniram os estudiosos Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak, com intuito de apresentar as suas pesquisas e seus diferentes enfoques teóricos. Contudo, alguns estudos desenvolvidos, na década de oitenta, já principiavam as pesquisas no campo da ACD, como o livro *Prejudice in Discourse* (1984a) e a revista *Discourse and Society* (1990), de van Dijk; e as obras *Language and Power* (1989), de Fairclough; e *Language, power and ideology* (1989), de Wodak (WODAK, MEYER, 2001).

Dados as diferentes propostas de investigação de cada estudioso, as pesquisas desenvolvidas seguiram caminhos diversos. Wodak (1986, 1989, 1997), por exemplo, introduziu um enfoque teórico baseado numa perspectiva discursivo-histórica. A autora voltou sua atenção para o estudo do sexismo e das formas contemporâneas de antissemitismo e racismo. Já Fairclough (1989, 2001) estabeleceu, no mesmo arcabouço teórico e analítico da teoria Linguística Sistêmica Funcional de Halliday (1978), um diálogo entre as estruturas textuais, sociais e discursivas, desenvolvendo estudos sobre neoliberalismo e globalização. Van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b) apresentou uma teoria sociocognitiva que estabeleceu uma tríade focal entre discurso – cognição – sociedade, com estudos sobre imigração, racismo, etc. E van Leeuwen e Kress (1990) desenvolveram pesquisas voltadas para a semiótica e multimodalidade, especialmente na comunicação social.

Nessa perspectiva, a ACD não deve ser entendida como um método único, mas como um enfoque, ou seja, como algo que adquire consistência em vários campos e que, em cada um deles, se utilizará um método diferente (MEYER, 2001). Por esse aspecto, destaca-se a natureza multidisciplinar da ACD, que aceita contribuições de

várias áreas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a filosofia, de acordo com os objetivos de cada pesquisa.

Embora tenhamos abordagens variadas entre os estudiosos, algumas noções fundamentais, como ideologia, poder, gênero, hegemonia, discriminação e estrutura social, são compartilhadas, o que permite falar em um projeto comum. Além disso, também são partilhadas questões similares de investigação, como desempenhar um papel ativo em favor dos grupos que sofrem discriminação social e extrair das pesquisas resultados relevantes para a sociedade. Nesse sentido, parece que as fronteiras que unificam a ACD são mais constituídas a partir do elemento específico das questões a se investigar do que da base de atitude teórica (MEYER, 2001).

Além das noções basilares, os pesquisadores também tomam o discurso como objeto de análise e, a partir dele, se propõem a identificar os problemas sociais, como o racismo, o sexismo, a discriminação e outras formas de dominação e abuso de poder que estão incutidas no texto. E, para examinar como esses problemas sociais se manifestam no discurso e porque ocorrem, os analistas utilizam, em grande parte, categorias linguísticas que são selecionadas de acordo com os enfoques teóricos e os objetivos de investigação.

Na proposta teórica sociocognitiva, por exemplo, van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b) sugere uma lista de categorias linguísticas que podem ser mobilizadas para se realizar uma análise, como a ênfase na entonação, a ordem das palavras, o estilo, o léxico, a coerência, as iniciativas semânticas locais (como as retificações), a eleição dos temas, os atos de fala, a organização esquemática, as figuras retóricas, as estruturas sintáticas, as estruturas proposicionais, os turnos de palavras, as objeções e os titubeios. Essa lista constitui exemplos de propriedades que, em uma situação de interação social, podem ser controladas pelo falante e, assim, estarem suscetíveis à variação em função do poder social.

A seguir, abordaremos com mais detalhes a teoria sociocognitiva de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b), que constitui a base teórico-analítica deste trabalho e, em seguida, faremos algumas reflexões acerca dos estudos sobre gênero e ACD. Cabe ressaltar que não esgotaremos, aqui, todas as questões e todos os métodos propostos por esses autores, bem como os diversos estudos que regem o

sociocognitivismo¹⁵ e gênero na ACD, posto que o nosso propósito é tratar teoricamente dos autores que tomamos como principais referências para o desenvolvimento desta investigação.

Nessa perspectiva, o capítulo será estruturado da seguinte forma: em um primeiro momento, discutiremos a teoria de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b), que será apresentada em subtítulos e compreenderá noções específicas como: contexto, modelos mentais, representação social e ideologia e poder. No segundo momento, apresentaremos algumas reflexões acerca dos estudos sobre gênero e discurso na ACD. Todas as abordagens apresentadas serão articuladas com outras referências teóricas ao longo da dissertação, o que nos permitirá aprofundar e enriquecer a nossa investigação.

3.1 A TEORIA SOCIOCOGNITIVA DE TEUN VAN DIJK: A TRIÁDE DISCURSO-COGNIÇÃO-SOCIEDADE

A abordagem sociocognitiva não é composta por um único referencial teórico, bem como não há um consenso sobre uma linha teórica entre os pesquisadores. De acordo com Condor e Antaki (2000), podemos identificar, basicamente, duas concepções principais: os teóricos que utilizam o termo “cognição social” como processo mental da informação acerca do mundo social de maneira individual (concepção mentalista); e os que adotam esse termo para fazer referência ao interesse que a natureza social desperta nos indivíduos e a construção social do nosso conhecimento de mundo (concepção discursiva). Nessa última concepção, o “interesse se concentra no modo como as pessoas percebem e descrevem o mundo social e na forma que o pensam e descrevem durante uma interação social” (CONDOR; ANTAKI, 2000, p. 454).

Distinguir essas duas concepções é importante para entendermos que cada uma delas oferece pontos de vista muito diferentes aos analistas do discurso. Por exemplo, o tratamento oferecido em relação aos “dados” é distinto nas duas

¹⁵ Para uma leitura acerca das perspectivas teóricas que orientam o sociocognitivismo, indicamos Condor e Antaki (2000), no artigo “Cognición Social y Discurso”.

perspectivas. No enfoque mentalista, a cognição social pode estar relacionada com pesquisas em laboratório e estudos que se realizam mediante questionários. Ou seja, as respostas coletadas em uma entrevista podem ser analisadas em um laboratório como resultado de um processo mental interno. Já no enfoque discursivo, os investigadores estão interessados na construção social da cognição e na interpretação dos discursos dos indivíduos (suas descrições de si mesmos, seus estereótipos das categorias sociais, sua articulação das posições atitudinais) como ações públicas que podem desempenhar uma quantidade de funções sociais (CONDOR; ANTAKI, 2000).

Além disso, é interessante compreender a maneira como as duas concepções abordam o “discurso” como tema acadêmico. Para os teóricos interessados no enfoque mentalista, a compreensão e a produção discursiva são estudadas como um processamento individual. Ao passo que, para os investigadores que concebem a cognição social como algo inerentemente social, o discurso é entendido como um recurso natural, isto é, buscam revelar a maneira como os indivíduos utilizam os discursos para alcançar os seus objetivos (CONDOR; ANTAKI, 2000).

De posse dessas definições, situamos a teoria de van Dijk na concepção discursiva, já que o autor não investiga os processamentos discursivos mentais somente a partir de uma visão individual ou mentalista, mas estuda-os em consonância com outros elementos como a cultura, a sociedade e a história. Essa classificação segue, ainda, a própria argumentação de Condor e Antaki (2000), que definem a noção de “representações sociais” em van Dijk como uma concepção discursiva¹⁶.

Nesses moldes, a única aproximação entre os estudos de van Dijk e a concepção mentalista está no processamento mental da informação em que se destacam termos como: modelos mentais, estrutura, superestrutura, etc. (ver VAN DIJK; KINTSCH, 1983). Contudo, ainda assim, não podemos considerar essa “aproximação” como uma classificação¹⁷ puramente mentalista, uma vez que a própria definição de discurso de van Dijk está inteiramente ligada à situação de

¹⁶ O termo “representações sociais” será desenvolvido mais adiante devido a sua importância.

¹⁷ Não temos a intenção, tampouco a pretensão de classificar os trabalhos de van Dijk em uma concepção teórica. Nosso principal objetivo é discutir e apresentar a complexidade teórica proposta pelo autor, que busca conhecer as relações entre discurso – cognição - sociedade.

comunicação social: “entendo o discurso tanto como uma forma específica de uso da língua quanto uma forma específica de interação social, interpretado como um evento comunicativo completo em uma situação social” (VAN DIJK, 1990, p. 2).

Em estudos mais recentes que acompanham a “expansão” da noção de discurso frente aos diversos recursos tecnológicos dos quais a sociedade hoje dispõe, van Dijk (2014b) acrescenta que o discurso torna-se cada vez mais multimodal. Para o autor (2014b), o discurso não é apenas oral e verbal, mas também imagens, sons, gestos, expressões faciais, posição do corpo, etc. Discurso é assim definido como uma forma de interação social e, ao mesmo tempo, quanto à expressão e reprodução de cognição social.

Desse modo, a nossa pesquisa está fundamentada na perspectiva teórica sociocognitiva de van Dijk, que, em 1997, postulou um triângulo de conceitos para a ACD: discurso, cognição e sociedade. Essa teoria busca compreender como se dá a relação entre a estrutura social e a estrutura discursiva a partir de uma interface cognitiva. Assim, não há uma relação direta entre o discurso e a situação comunicativa, mas uma relação intermediada por um aspecto de grande relevância que implicará a produção e a compreensão do discurso: a cognição dos participantes.

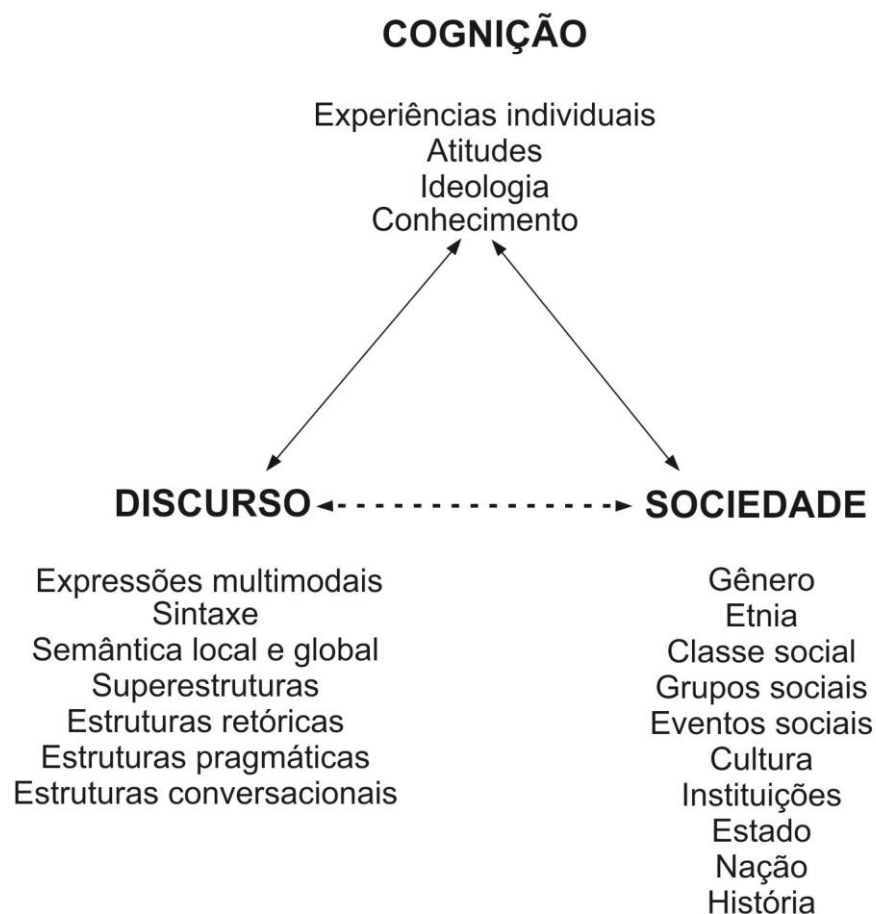
Segundo van Dijk (2000), a integração desses três itens ocorre a partir da união de diferentes enfoques teóricos e do intuito de se avançar para uma ferramenta de estudo multidisciplinar e integrada. Dessa forma, três principais linhas de investigação constituem o terreno de análise multidisciplinar do discurso: a) as que se concentram no estudo das estruturas do texto e da conversação; b) as que estudam o discurso e a comunicação como cognição; c) as que se concentram no estudo da estrutura social e da cultura.

Torna-se relevante destacar a definição dos termos discurso, cognição e sociedade, a fim de que não se construam visões reducionistas de sua tríade. Para van Dijk (2001), a noção discurso é utilizada de maneira ampla como “acontecimento comunicativo”, o que inclui a interação verbal, os textos escritos e também os gestos, as imagens e qualquer outra significação semiótica ou, em termos mais recentes, multimodais. Já a cognição (pessoal e social) é entendida como as

crenças, os objetivos, as emoções e as avaliações junto com qualquer tipo de estrutura, representação ou processo (mental) que possa intervir no discurso e na interação. E, por fim, o termo sociedade compreende os grupos sociais e as cognições sociais dos membros desses grupos que se unem num ponto de vista coletivo na sociedade. O ponto de vista de cada grupo é guiado de acordo com os objetivos e interesses de seus membros.

Dessa maneira, as noções de discurso, cognição e sociedade compõem os vértices de um triângulo e estão totalmente interligadas. Logo, não é possível explicar as relações entre o discurso e a interação social sem considerar um enfoque cognitivo. Tampouco, não é possível dar conta da cognição sem compreender que os conhecimentos, as ideologias e as crenças se concretizam no discurso e são adquiridos nas interações sociais (VAN DIJK, 2000).

Figura 1: Tríade da Análise Sociocognitiva do Discurso



Fonte: Figura elaborada pela própria autora a partir da leitura de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b).

A Figura 1 pretende representar a tríade composta pela intercessão entre os termos discurso-cognição-sociedade que são a base teórica da proposta sociocognitiva de van Dijk. Não pretendemos, a partir dessa breve ilustração, apresentar a proposta teórica do autor de maneira reducionista, apenas buscamos, a partir de nossas leituras, representar a tríade sociocognitiva¹⁸.

É relevante dizer que os elementos descritos em cada vértice do triângulo são exemplos das diversas categorias que podem ser analisadas em cada universo. Isto é, no âmbito discursivo, temos categorias como: expressões multimodais, sintaxe, semântica local, etc., que são chamadas de estruturas discursivas. No âmbito social, temos: gênero, etnia, classe social, etc., chamadas de estruturas sociais. O fato de a natureza das estruturas discursivas e das estruturas sociais ser muito diferente faz com que essas estruturas não tenham uma relação direta entre si, logo, elas precisam de uma mediação para que essa relação aconteça. Por esse motivo, van Dijk (2006) argumenta que a cognição, através dos modelos mentais, modelos de contextos, experiências individuais, etc. realiza a intermediação entre o social e o discursivo. Para o autor, a cognição é a única forma dessas estruturas se relacionarem, pois ela é capaz de agir como uma ponte conceitual e empírica entre realidade social e discurso (VAN DIJK, 2006).

Para que possamos chegar a uma reflexão mais detalhada acerca das noções que compreendem o universo cognitivo, discorreremos, antes, sobre os conceitos sociológicos micro e macro da ordem social, dos quais fazem parte o discurso e a sociedade, respectivamente. A abordagem desses conceitos é relevante porque através deles compreenderemos como ocorrem as relações entre as estruturas discursivas e as estruturas sociais mediadas pela cognição.

De acordo com van Dijk (2010), o uso da linguagem, o discurso, a interação verbal e a comunicação pertencem ao micronível da ordem social, já o poder, a dominação e a desigualdade entre grupos sociais são termos que pertencem a um macronível de análise. Entretanto, na interação cotidiana, esses níveis formam um todo unificado. Sendo assim, o discurso ameaçador de um marido em relação a sua esposa, por

¹⁸ Azevedo (2008, p. 25), em sua tese de doutorado, também constrói uma figura para representar a tríade sociocognitiva de van Dijk, a qual nomeia como “A Tríade da Análise Cognitiva do Discurso”.

exemplo, pertence ao micronível da interação social em uma situação específica de uma conversa e, ao mesmo tempo ao macronível, pois pode fazer parte de um discurso machista pertencente a uma sociedade com ideologias patriarcais. No quadro abaixo, apresentamos algumas das formas por meio das quais esses níveis sociais podem se relacionar:

Quadro 2 – Micro e macro níveis da ordem social

Membros – grupos	Os atores sociais participam do discurso como membros de diversos grupos sociais, organizações ou instituições e, por outro lado, os grupos podem agir “através” de seus membros.
Ações – processos	Tal como o discurso, as ações dos atores sociais individuais são parte integrante dos processos dos grupos sociais, por exemplo, a produção de notícias (discurso) e a reprodução do racismo (atos violentos de discriminação).
Contexto - estrutura social	As situações de interação discursiva são partes ou constituintes da estrutura social. Por exemplo, uma entrevista coletiva jornalística pode ser uma prática típica de organizações e instituições da mídia. Isto é, os contextos mais locais e os mais globais estão intimamente relacionados e ambos impõem restrições ao discurso.
Cognição pessoal e social	Os atores sociais possuem cognição tanto pessoal como social: memórias, conhecimentos e opiniões pessoais, bem como aqueles compartilhados com os membros do grupo ou cultura como as ideologias e representações sociais. Ambos os tipos de cognição (pessoal e social) influenciam a interação e o discurso dos membros individuais, enquanto as representações sociais compartilhadas governam as ações coletivas de um grupo.

Fonte: Quadro elaborado pela própria autora a partir da leitura de van Dijk (2010).

As formas de relação entre os níveis micro e macro, no Quadro 2, são apresentadas de modo geral para que possamos compreender como esse processo ocorre na prática. Contudo, essa relação acontece entre categorias específicas das estruturas discursivas e das estruturas sociais, como pode ser observado na figura da Tríade da Análise Sociocognitiva do Discurso (Figura 1). Assim, em se tratando das estruturas sociais, por exemplo, podemos ter em um nível local: participantes e suas identidades, papéis relacionados ao espaço-temporal, gênero, etnia e objetivos da interação e, em um nível global: grupos sociais, classe social, comunidades, instituições, nação, etc. Já em relação às estruturas discursivas, podemos ter em um nível global: a expressão multimodal (sons, gestos, etc.), a semântica global (tópicos, temas, etc.); as superestruturas (estruturas narrativas, argumentativas, etc.) e, em um nível local: a sintaxe oracional (ordem das palavras, pronomes, etc.); a semântica local (argumentos, modalidade, metáforas, pressuposições, opiniões, tipos de descrições mais precisas ou mais vagas, etc.); a semântica sequencial (relações entre proposições); as estruturas retóricas (metáforas, hipérboles, etc.); as estruturas pragmáticas (dêixis, cortesia, etc.); as estruturas conversacionais (troca de turno, reparações, etc.) (VAN DIJK, 2013)¹⁹.

As propriedades listadas acima constituem apenas alguns exemplos das estruturas sociais e discursivas propostas por van Dijk. Contudo, já nos indicam que o campo de análise é muito vasto e que um estudo “completo” sobre um *corpus* de texto resultaria em um trabalho enorme. Por esse motivo, é necessário optar por uma análise pormenorizada, que compreenda apenas as estruturas que sejam relevantes para a investigação.

Ademais, é pertinente discutir sobre algumas noções importantes que também foram citadas no Quadro 2, como: atores sociais, contexto, modelos de contexto, conhecimento, ideologias e representações sociais. Não obstante, ainda que consideremos todas igualmente relevantes para a compreensão da teoria e também para o desenvolvimento desta investigação, neste momento, nos deteremos apenas

¹⁹ A citação das estruturas discursivas é baseada no quadro mais atual proposto por van Dijk, chamado *Estructuras del Discurso* (2013). Esse quadro constitui parte das notas de orientação do Estágio Técnico Científico/Fapes, realizado na Espanha, em 2014, sob orientação do autor. A consulta bibliográfica mais antiga acerca do assunto pode ser feita em van Dijk (1980).

à noção de atores sociais, já que trataremos detalhadamente dos outros conceitos nos próximos tópicos.

Para van Dijk (2011a), os usuários de uma língua não utilizam o texto e a fala apenas como falantes, ouvintes, leitores ou escritores, mas também como membros de grupos sociais, instituições ou culturas. Ou seja, ao participar de uma interação social, o indivíduo atua como membro de um grupo e compartilha das ideologias, das crenças e das atitudes desse grupo. Logo, é no momento da interação, quando articula a prática discursiva e a cognição (social e pessoal), que ele se constitui como ator social. Entender os participantes do discurso como atores sociais implica compreender o discurso como algo cultural e socialmente construído e politicamente marcado. Isto é, não há neutralidade no discurso.

Nessa perspectiva, a noção de ator social se difere substancialmente da noção de sujeito da Análise do Discurso de linha francesa, uma vez que o ator social participa ativamente da sociedade questionando as ideologias, ao passo que o sujeito da AD francesa obedece inconscientemente à ideologia do qual faz parte, tornando-se assujeitado²⁰.

Assim, os participantes assumem uma identidade social e compartilham das habilidades, dos conhecimentos e das representações sociais comuns ao grupo. Cabe ressaltar que um ator social pode ser membro de vários grupos e, por isso, assumir várias identidades de acordo com cada grupo, por exemplo, uma mãe e uma professora. Entretanto, em cada situação de comunicação específica, ele irá combinar a sua identidade social com um papel comunicativo social (falante, ouvinte, etc.). Por exemplo, um ator social assume uma identidade feminista e durante um momento da interação social ele tem o turno da palavra e, então, desempenha o papel de falante naquele curto espaço de tempo.

De posse dessas exposições, consideramos importante discutir algumas críticas que a abordagem sociocognitiva tem recebido e que são recursivas a outros estudos

²⁰ A noção de “assujeitamento” é cunhada por Althusser. O autor afirma que, antes de se integrar em uma ideologia, toda pessoa é um “indivíduo”, e, ao ser exposto a uma ideologia, esse “indivíduo” passa a ser “sujeito”. Então, ocorre o processo de “assujeitamento”, em que o sujeito se torna coletivo e passa a obedecer, inconscientemente, a essa ideologia. Dessa forma, a ideologia interpela indivíduos como sujeitos. (BRANDÃO, 1991).

cognitivos de forma geral. Segundo van Dijk (2006), uma crítica de base empirista, proveniente de abordagens do discurso e da análise da conversação, questiona o fato de que não temos acesso aos “estados da mente” e que, por isso, estudar os elementos cognitivos é trabalhar com algo invisível e indescritível. Logo, segundo essa crítica, os pesquisadores deveriam se limitar ao estudo das formas concretas e como estas se manifestam na realidade. Contudo, esse questionamento nos revela uma incoerência, pois se refletirmos acerca das noções investigadas pelos estudos do discurso e da análise da conversação também encontraremos pesquisas sobre noções “abstratas”. Acerca disso, Azevedo (2008) questiona: o que, de fato, pode ser estudado concretamente, uma vez que essas linhas de pesquisa investigam, inclusive, o que não está dito em um texto, tais como as pressuposições, as implicações e noções como ideologia, representação social e frames?

Em resposta a essa crítica, van Dijk (2006) argumenta que não tem a intenção de fornecer elementos para uma abordagem cognitiva em geral, mas mostrar a relevância de tal abordagem para as relações entre texto e contexto. Além disso, reitera que não é capaz de provar ou refutar a “existência” de mentes, mas que toma teoricamente essa “existência” como um dado adquirido. Ou seja, assume a mesma postura que nós assumimos em relação a outros elementos não observáveis, como sociedade, política, cultura, poder, gênero, etc.

Diante disso, ressaltamos a importância da dimensão cognitiva na ACD, pois acreditamos que ela possibilita o desenvolvimento de um estudo mais aprofundado acerca das muitas propriedades e funções do discurso na sociedade, como a reprodução de desigualdades entre gêneros, os conflitos sociais, o racismo e o abuso de poder.

Nessa perspectiva, apresentaremos, a seguir, as noções de modelos mentais e de modelos de contextos, que constituem conceitos importantes para o entendimento da proposta sociocognitiva do discurso.

3.1.1 Modelos mentais e contexto

A teoria sociocognitiva propõe uma noção de contexto a partir de um viés cognitivo. Para isso, mobiliza conceitos acampados na psicologia, como a noção de *modelo mental* desenvolvida na década de 80 (JOHNSON-LAIRD, 1983 e denominada *modelo de situação*²¹ por VAN DIJK; KINTSCH, 1983). Os modelos mentais são entendidos como estruturas cognitivas que representam situações sobre o que se fala no discurso, situações que temos como denotação ou referência. Por isso, os modelos mentais estão diretamente relacionados com a compreensão e produção do discurso, já que esses processos envolvem a formação, a ativação e a atualização de um modelo mental como uma representação na memória de longo prazo²².

Nesse sentido, as orações de um texto só são coerentes aos usuários de uma língua se estes forem capazes de construir modelos mentais dos eventos sobre os quais estão falando e, ainda, se forem capazes de relacionar esses eventos entre si. Do mesmo modo, os modelos mentais proporcionam um ponto de partida para a produção do discurso, pois se os indivíduos constroem modelos mentais das situações sociais cotidianamente, esses modelos formam a base de construção das representações semânticas do discurso. Assim, ao construir um discurso, os participantes acionam modelos mentais já existentes e os atualizam mediante as necessidades comunicativas da interação.

²¹ A teoria dos “modelos de situação” conseguiu explicar vários problemas a respeito das abordagens cognitivas tradicionais à Semântica Cognitiva, tais como as condições de coerência e correferência local e global ou as lembranças erradas, as lembranças entre meios diferentes (*cross-media recalls*), as relações entre sentido e conhecimento, etc. Para uma súmula das várias funções dos modelos mentais, ver Zwaan e Radvansky (1998) (VAN DIJK, 2012, p. 90).

²² Tradicionalmente, faz-se distinção entre *short term memory* (memória de trabalho) e *long term memory* (memória de longo prazo). O processamento das informações, como a percepção, a compreensão e a produção discursiva, ocorre na memória de trabalho, já as informações, como o conhecimento são armazenadas na memória de longo prazo (VAN DIJK, 2010). Dentro da memória de longo prazo há ainda uma distinção entre memória *episódica* e *semântica*. A *episódica* armazena as experiências pessoais e a *semântica* armazena informações mais gerais, abstratas e socialmente partilhadas (VAN DIJK, 2010, p. 202).

A representação mental da situação comunicativa se faz com um modelo mental específico, que é chamado de modelo de contexto ou apenas contexto. Os modelos de contexto são construtos subjetivos únicos dos participantes ou definições subjetivas das situações interacionais, nos quais aparecem as experiências vividas pelo corpo, percepções, emoções, referentes à situação comunicativa em curso (VAN DIJK, 2001). Logo, eles representam a interação verbal e organizam a forma como o nosso discurso é estruturado e adaptado estrategicamente à situação de comunicação. Ou seja, a construção e a compreensão de um discurso não são diretamente influenciadas pela classe social dos participantes, pelo gênero, por um evento social, etc., mas por como os indivíduos interpretam esses elementos e pelo o que eles consideram relevante para a produção e compreensão dos discursos. Isto é, a maneira como eles interpretam tais situações a partir dos modelos de contextos que eles possuem.

Desse modo, em uma situação de comunicação, os usuários de uma língua acionam os modelos de contextos para adaptarem o seu discurso à interação social da maneira mais apropriada. É importante destacar que esses modelos não são construídos de imediato a cada vez que interagimos com outras pessoas. Eles são parcialmente “fabricados”, a partir do nosso conhecimento sociocultural e específico de um grupo social e, de acordo com a situação comunicativa atual, novas informações relevantes acerca da estrutura social (por exemplo, as diferenças culturais percebidas dos imigrantes) serão agregadas aos modelos de contextos e se tornarão relevantes para a interação (VAN DIJK, 2011a). Por esse motivo, os modelos de contexto são dinâmicos e únicos, ou seja, estão em constante mutação.

Devido à natureza única e pragmática dos modelos de contextos, eles precisam ser relativamente simples porque os participantes os acionam em todo momento. Portanto, são compostos por poucas categorias, como: cenário (tempo, lugar), participantes (eu-mesmo, identidades, papéis comunicativos, além de suas propriedades cognitivas correntes, tais como seus objetivos e conhecimento, pertencimento como membro aos grupos e suas ideologias), e evento/ação²³ (VAN

²³ Os modelos de contextos possuem, ainda, uma natureza multimodal apresentando aspectos auditivos da fala (tonicidade e entonação) ou do meio (ruído), informação visual acerca dos participantes e do cenário, movimentos corporais (gestos), bem como sentimentos (VAN DIJK, 2014a).

DIJK, 2011a). Dentre essas categorias, assumimos que o eu-mesmo é a categoria principal dos modelos de contexto, uma vez que ela organiza as relações entre o “eu” e outros participantes e entre outras categorias contextuais, como o “aqui”, a “ação”, o “conhecimento” e os “objetivos” (VAN DIJK, 2012). Por isso, as expressões dêiticas (eu, você, aqui, hoje, etc.) representam marcas desse “eu” nas produções discursivas. Segundo van Dijk (2012), a relevância do eu-mesmo é tão grande que, caso ele não funcione corretamente, os modelos de contextos também serão afetados e, conseqüentemente, os discursos controlados por esses modelos também o serão.

Se os contextos são entendidos como definições de participantes, isto é, como construções mentais, então, eles são capazes de funcionar como uma interface entre as estruturas sociais (grupos sociais, gêneros sociais, organizações, etc.) e as estruturas discursivas (tema, sintaxe, estruturas retóricas, etc.), porque subjetivamente "representam" os aspectos relevantes²⁴ da situação e da sociedade e interferem diretamente nos processos mentais de produção e compreensão do discurso. Por exemplo, a seleção de um pronome (você, senhor) ou uma troca de entonação (falar baixo, gritar) poderão redefinir as relações sociais entre os participantes e mudar os rumos da interação (VAN DIJK, 2011a).

Observamos, assim, que a noção de modelos subjetivos implica um importante critério de relevância, isto é, apenas as propriedades proeminentes da situação de comunicação para os participantes é que farão parte do contexto. Desse modo, segundo van Dijk (2001), a relevância não é determinada apenas pela situação social, mas, principalmente, pelo conhecimento atual, os objetivos atuais e as

²⁴ O conceito de relevância adotado por van Dijk (2012) se diferencia bastante da abordagem de Sperber e Wilson (1995). Para Sperber e Wilson (1995), a relevância é definida como uma suposição relevante em um contexto se e somente se tem algum efeito contextual nesse contexto. Já para van Dijk (2012), a noção de relevância é definida pela mesma noção de modelo de contexto, a saber, “em termos do processo cognitivo de construir um modelo de contexto com base nos dados procedentes de uma interpretação da situação guiada por um esquema adquirido e compartilhado socioculturalmente dos tipos de categorias que definem esses contextos e pelas experiências comunicativas passadas (modelos de contextos antigos)”. Assim, o conceito de van Dijk se define em termos de condições, ou seja, se centra nos fatos relevantes de uma consequência possível ou provável, enquanto o conceito de Sperber e Wilson é centrado nas consequências efetivas/necessárias dos fatos. Por exemplo, “estar com fome é uma condição relevante (embora não necessária) para comer, mas infelizmente, para milhões de pessoas no mundo, essa condição não acarreta o “efeito” (a consequência necessária) de comer” (VAN DIJK, 2012, p. 117). Isto é, as propriedades da situação podem ser relevantes para situações posteriores, mesmo quando não têm consequências (causas) desejadas.

experiências pessoais de cada ator social, uma vez que grande parte do conhecimento pressuposto permanece implícita e deve ser inferida a partir das proposições explícitas, dado o conhecimento social e culturalmente compartilhado.

Isso explica a incompletude do discurso que contém muitos implícitos, pois seus autores pressupõem de seus leitores grande conhecimento de mundo. Se pensarmos nos textos jornalísticos, por exemplo, podemos dizer que isso explica a incompletude discursiva de uma notícia sobre o assassinato de uma mulher cometido pelo ex-marido no Espírito Santo. Nesse caso, para compreender a notícia, o leitor necessita conhecer diversas coisas, tais como: as mulheres podem ser assassinadas; as mulheres têm ex-maridos; o Espírito Santo é um estado brasileiro; etc. Os leitores, por seu turno, constroem modelos mentais sobre o evento que estão lendo, a fim de preencher as informações pressupostas no texto. Por isso, as informações pressupostas pela notícia farão sentido apenas para os leitores que tiverem esse conhecimento. Além das informações já conhecidas, as notícias também apresentarão novas informações (conhecimento novo), que será exposto e não pressuposto, como, por exemplo, o fato de o Espírito Santo ter um alto índice de feminicídios.

Não obstante, ainda que falemos estritamente que os contextos são pessoais, eles são gerados de forma conjunta pelos participantes e se baseiam nas compreensões mútuas dos papéis de cada participante, das propriedades sociais relevantes que cada um possui, das suas condutas e dos demais aspectos relevantes ao entorno comunicativo, como o lugar e os eventos sociais (VAN DIJK, 2011a). É por essa razão que somos capazes de nos comunicar com outras pessoas, uma vez que os modelos de contexto não são construídos somente a partir de nossas experiências individuais, mas a partir das crenças compartilhadas social e culturalmente, tais como os conhecimentos, as atitudes, as ideologias, as normas e os valores. Essa característica delinea o vínculo entre a cognição social e a cognição individual dos participantes e rejeita a visão crítica de que o enfoque cognitivo do discurso se concentra apenas nos estudos das questões individuais da mente e não às demandas sociais e públicas do texto e da conversação.

Diante disso, é importante discutirmos que a principal diferença entre situação comunicativa e contexto é que contexto não é algo externo, fora dos participantes, mas construído por eles, a partir de um modelo mental. Isto é, a principal diferença entre a noção de contexto tradicional (como situação comunicativa) e a noção de contexto proposta por van Dijk (2012) (modelo de contexto), é que a primeira corresponde a um construto sociológico e a segunda a um construto sociocognitivo. Ou seja, o contexto não é simplesmente um conjunto de elementos extralinguísticos, sociais em que ocorre o discurso, mas a representação mental que os participantes do discurso fazem desses elementos. De fato, essa é a grande diferença que destaca a proposta de contexto de van Dijk em relação às demais noções usadas em diversas outras teorias, já que o conceito de contexto do autor supera divisões intratextuais e extratextuais e propõe, simultaneamente, a atuação dos elementos cognitivos e sociais no processamento discursivo.

Van Dijk (2001) acrescenta que a sua teoria sobre contexto reconhece a importância das situações comunicativas, mas esclarece que, definir contexto em termos cognitivos, ou seja, modelos mentais nos permite observar as diferenças entre as interpretações subjetivas dos usuários da língua que estão em uma mesma situação social, por exemplo, dos diferentes discursos (escolhas lexicais, temáticas, sintáticas) que emanam em uma manifestação social. Além disso, a noção sociocognitiva de contexto também esclarece o fato de o discurso ser influenciado por interpretações alternativas ou erradas da situação social, quando o falante ou escritor interpreta dessa forma. Isso implica entender que “é a informação (subjetiva) armazenada nesses modelos que, no fim, controla como falantes e escritores adaptam sua fala e escrita à situação corrente” (VAN DIJK, 2010, p. 210).

Nesses termos, os modelos de contexto controlam as estruturas variáveis do discurso, como a seleção do tema, o léxico, a sintaxe, entre outros. Contudo, algumas estruturas (gramaticais, discursivas) são independentes do contexto, como parte da fonologia, da morfologia, da sintaxe, a semântica das orações e os esquemas globais do discurso. Por exemplo, o artigo definido no Português do Brasil sempre precede ao substantivo, as notícias sempre têm um título e um *lead*, etc., independente do contexto.

Não obstante, cabe lembrar, que a principal adequação do discurso ao contexto é feita, antes, por outro tipo de modelo, chamado de modelos de eventos, que são as experiências concretas do falante em relação à determinada situação. Assim, para produzir um discurso, primeiro o participante aciona os modelos de eventos ou situações, representados na memória episódica, semelhantes à situação comunicativa para, depois, ativar os modelos de contextos, a fim de produzir o discurso propriamente dito.

Essas explicações nos fazem entender como funciona a produção e a compreensão de um discurso em um momento de interação social. Entretanto, é interessante destacar como esse processo ocorre quando tratamos de notícias de jornais, situação essa em que não temos dois participantes interagindo fisicamente. Desse modo, quando uma pessoa lê um texto, ela tem um modelo mental de si mesma como leitor e também um modelo mental mais ou menos preciso do escritor. Embora haja uma adaptação dinâmica dos modelos de acordo com a interpretação do texto, não há uma interação em tempo real e nem uma adaptação mútua dinâmica de contexto entre os participantes (VAN DIJK, 2011a).

Assim, quando um jornalista escreve uma notícia, ele já possui um modelo do evento referente ao acontecimento que será divulgado, porém a maneira como a informação armazenada no modelo de evento será efetivamente noticiada depende do modelo de contexto. Logo, no momento da construção da notícia, o jornalista, baseado em normas, valores e interesses institucionais, bem como nos modelos mentais armazenados em sua memória, escolhe os aspectos mais relevantes do evento a ser noticiado. Isso irá controlar, por exemplo, “desde a seleção do assunto e a formulação das manchetes até as estruturas de colocação em primeiro e segundo plano, estilo, retórica e semântica local (dar muito ou poucos detalhes sobre aspectos particulares do evento)” (VAN DIJK, 2012, p. 150). Se uma pessoa lê diariamente notícias sobre casos de agressões às mulheres e essas notícias as representam de maneira negativa, como esposas infiéis, mães irresponsáveis, etc., com o tempo esses indivíduos irão formar crenças e opiniões acerca dessas mulheres e, então, terão uma representação estereotipada sobre esse grupo.

Noutros termos, os textos não têm um efeito automático sobre as opiniões dos leitores, especialmente, porque muitos deles podem resistir às interpretações propostas pelo discurso midiático, como culpabilizar da vítima, por exemplo. Contudo, essa influência pode ser penetrante se a representação negativa do papel das mulheres for consistente com os interesses dos grupos dominantes. Portanto, os leitores poderão formar modelos mentais estereotipados sobre os casos de agressão que leem ou ouvem (VAN DIJK, 2008).

Nesse sentido, estudar as estratégias utilizadas na produção do discurso é extremamente importante, já que são elas que podem mudar os modelos de contexto subsequentes, por exemplo, os dos destinatários. Daí, destacamos o fato de alguns textos jornalísticos serem tendenciosos por “direcionarem” a leitura das pessoas.

Como assumido anteriormente, a tese principal dos modelos de contextos é que “a definição, interpretação, representação ou construção pelos participantes de sua situação social em termos de modelos de contextos subjetivos influencia o modo como eles falam, escrevem, leem e entendem” (VAN DIJK, 2012, p. 169). Por esse motivo, o estudo dos contextos é importante para nós analistas, porque eles, os contextos, envolvem a linguagem, o texto e o falar como componentes da atividade prática, já que atuam diretamente na produção e compreensão discursiva.

Assim, os modelos de contextos são um dispositivo de mediação cognitiva capazes de representar as estruturas relevantes das situações sociais no discurso, seja em um nível micro ou macro, da maneira mais apropriada possível. Nesse sentido, uma das dimensões fundamentais dos modelos de contextos é a cognição social, ou seja, as crenças compartilhadas social e culturalmente, como os conhecimentos, as atitudes, as ideologias, as normas e os valores. Esse conjunto de crenças é também chamado de representações sociais, isto é, um conjunto de crenças coletivas que representam a maneira como vemos o mundo.

3.1.2 A Representação social (RS)

No tópico anterior, efetuamos algumas considerações acerca dos modelos mentais e de contexto e tratamos com mais ênfase das questões que envolvem o papel da cognição pessoal na produção e compreensão do discurso. Uma vez realizadas essas explanações, discutiremos, agora, com mais detalhes, a atuação da representação social na prática discursiva, bem como dos elementos que a compõem.

Segundo van Dijk (1999a, p. 69), “a representação social é um conjunto de crenças socialmente compartilhadas (conhecimentos, atitudes, ideologias, etc.) localizados na memória social”. Nesse sentido, os atores sociais envolvidos no discurso não exclusivamente fazem uso de suas experiências e estratégias individuais, eles baseiam-se principalmente em “quadros coletivos de percepção”, chamados de “representações sociais” (VAN DIJK, 1999a).

A noção de representações sociais, associada à psicologia social moderna, foi inicialmente proposta por Serge Moscovici (1978), em seu estudo sobre representação social e psicanálise, influenciado pela ideia de representações coletivas de Durkheim (2003). As duas propostas se distinguem pelo fato de Moscovici (1978) não enfatizar a supremacia do social sobre o individual, mas defender que indivíduo e sociedade se influenciam mutuamente. Dessa forma, a noção de representação social é entendida por Moscovici (1978) como uma massa de conceitos, atitudes, avaliações, imagens e explicações destinadas à interpretação e à construção da realidade.

Quando van Dijk (2001) refere-se às Representações Sociais (RS) não teoriza, especificamente, sobre a tradição das pesquisas sócio-psicológicas, mas da psicologia cognitiva. Para o autor, essas percepções socialmente compartilhadas formam o elo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual e realizam a interpretação, a homogeneização e a coordenação entre os elementos relevantes da estrutura social e da experiência subjetiva.

Dessa forma, é contra o “pano de fundo” da noção de RS como um sistema codificado e estruturado pela mente que a noção de RS de van Dijk (2014b) examina a natureza e o papel do conhecimento definido como compartilhado, justificado e geralmente aceito como uma crença social (verdadeira) e sua reprodução discursiva em comunidades epistêmicas e na sociedade em geral.

Van Dijk (2001) apresenta três formas de representações sociais: 1) o conhecimento; 2) as atitudes; 3) as ideologias. Neste momento, abordaremos somente questões relacionadas ao conhecimento e as atitudes, já que no tópico seguinte, discutiremos de maneira mais detalhada o termo ideologia, que se apresenta como o “axioma” das representações sociais.

Para o autor (2014a), a base da cognição social é o conhecimento. Assim, para que um indivíduo fale e aja como membro de um grupo social, é preciso antes, ter conhecimentos sobre o mundo. Por exemplo, eu só consigo iniciar uma discussão sobre questões relacionadas à violência contra a mulher no Brasil se, primeiro, eu tiver conhecimento sobre o que é a violência de gênero, que o Brasil é um país, que as mulheres são uma minoria social, etc. Por isso, o termo cognição social é utilizado por van Dijk (1999b) em termos de representações mentais socialmente compartilhadas e de processos de seus usos em contextos sociais.

Antes de estendermos a nossa discussão acerca do conhecimento, é fundamental apresentar a noção de grupos sociais adotada na teoria sociocognitiva, que está diretamente atrelada ao conceito de ator social. Na realidade, esse último só se define em razão do primeiro, porque os atores sociais só serão membros de grupos sociais se compartilharem representações sociais (VAN DIJK, 1999a). Ou seja, para que os indivíduos sejam membros de grupos eles precisam compartilhar o conhecimento, as ideologias, as opiniões, os objetivos e os interesses desses grupos. Esse conjunto de crenças demora um tempo para ser apreendido pelos indivíduos, logo, podemos considerar que as pessoas feministas constituem um grupo social, ao passo que os passageiros de um ônibus em uma viagem cotidiana não, já que esses indivíduos não compartilham nenhuma crença.

Os grupos sociais, por sua vez, podem fazer parte de uma comunidade que se define por compartilhar conhecimentos e crenças. Contudo, uma comunidade não

compartilha ideologias. Por exemplo, uma comunidade pode conter grupos de pessoas feministas, grupos comunistas, grupos de estudantes, etc., que falam a mesma língua e têm a mesma nacionalidade, porém cada grupo terá a sua própria ideologia. Nesse sentido, podemos ter comunidades culturais, étnicas, linguísticas e epistemológicas com uma grande diversidade de grupos em cada uma delas.

Retomando a discussão acerca do conhecimento, observamos que van Dijk distingue diferentes tipos de conhecimentos²⁵, contudo, apresentaremos, aqui, apenas três tipos de conhecimentos que consideramos pertinentes para a nossa discussão, a saber: conhecimento pessoal, grupal e cultural. O conhecimento cultural é compartilhado por todos os membros de uma sociedade ou cultura e constitui a base comum²⁶ de todas as práticas e discursos sociais. Já o conhecimento pessoal é representado em modelos mentais e armazenados em nossa memória de longo prazo onde guardamos as nossas experiências pessoais acerca dos eventos vividos ou sobre o que lemos ou ouvimos. E, por último, o conhecimento grupal é o conhecimento compartilhado por grupos sociais específicos, como os professores, as feministas, entre outros. Esse conhecimento pode ser considerado por outros grupos como uma mera crença e, então, não ser verdadeiro.

A diferença entre conhecimento e crença é que as crenças são subjetivas e, portanto, podem ser errôneas, infundadas ou desviadas, já que o conhecimento é considerado como uma categoria das crenças que é aceita como verdadeira para um determinado grupo ou comunidade de acordo com alguns critérios de verdade pré-estabelecidos (VAN DIJK, 1999b). Nessa perspectiva, o conhecimento é relativo: o que é aceito como conhecimento para os membros de uma comunidade epistêmica pode ser uma falsa crença, superstição ou preconceito para os membros de outra comunidade. Além disso, van Dijk (2014b) acrescenta que o conhecimento é contextual, pois o critério de “verdade” adotado em uma situação de comunicação (por exemplo, a Terra era quadrada) pode não ser justificado em outra situação (por

²⁵ Para um estudo mais detalhado acerca da noção de conhecimento, indicamos a obra: “*Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach*” de van Dijk. (2014b).

²⁶ A noção de base comum ou *common ground* (CLARK, 1996) refere-se ao conhecimento compartilhado por uma comunidade epistêmica. Assim, por exemplo, em uma situação comunicativa, a maior parte da informação não é dita, mas está pressuposta pelos participantes, ou seja, faz parte do conhecimento de base comum.

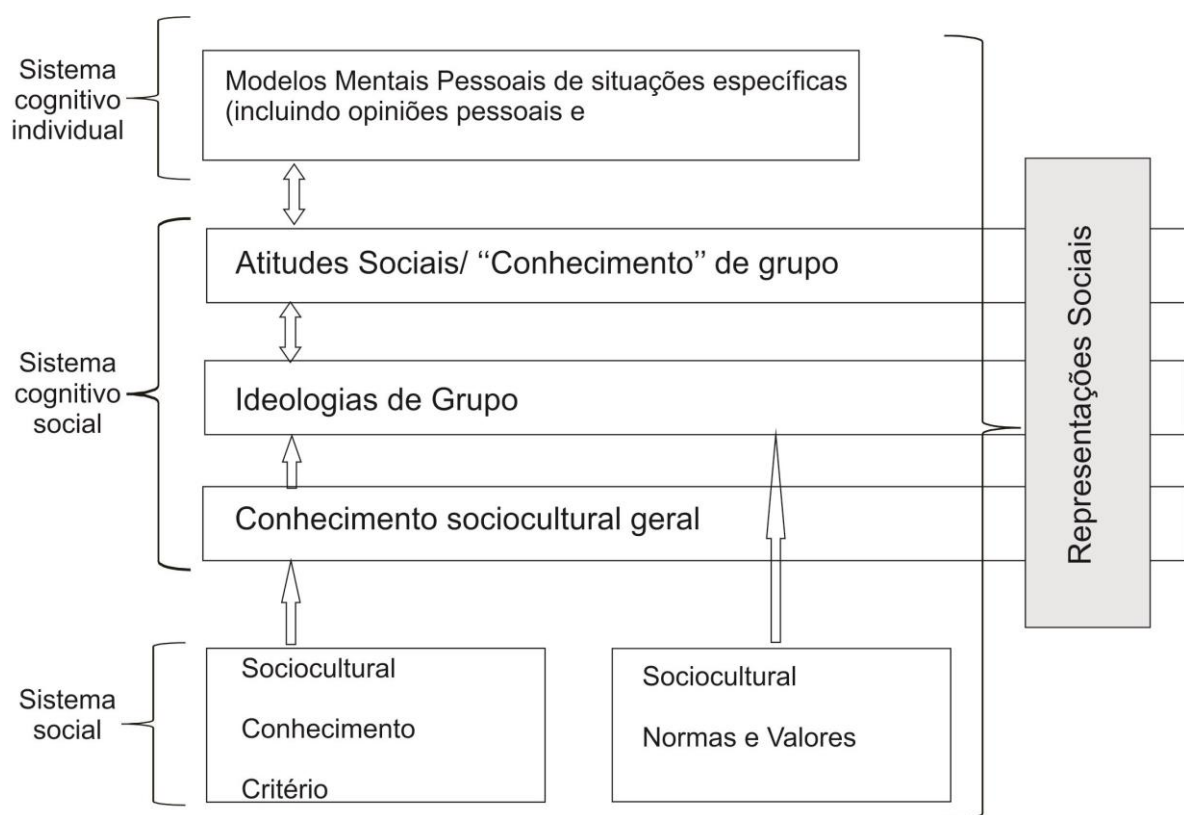
exemplo, a Terra é redonda). Assim, o que foi aceito como conhecimento antes por membros de uma comunidade pode ser rejeitado pelos membros dessa mesma comunidade mais tarde.

Nesse sentido, como o conhecimento de grupo está ligado aos grupos sociais, as atitudes também estão e implicam ações específicas, como a discriminação, a manifestação social, a violência, etc. Essas ações, por sua vez, são promovidas por um “conjunto de crenças avaliativas socialmente compartilhadas” (VAN DIJK, 1999a, p. 91), isto é, “opiniões coletivas” acerca de determinados assuntos, objetos ou pessoas²⁷. Assim, as “crenças avaliativas” podem desencadear atitudes dos grupos sociais, por exemplo, se um grupo de homens tem a crença avaliativa de que as mulheres devem ser submissas aos seus maridos, essa crença pode resultar em atitudes machistas e violentas caso a mulher não aja conforme a crença avaliativa do grupo. Logo, se uma atitude violenta está relacionada com as crenças avaliativas de um grupo, então, podemos dizer que as crenças avaliativas pertencem à ideologia desse grupo, já que a ideologia é definida como um sistema de crenças. Noutros termos, uma ideologia machista e/ou patriarcal pode ser a base de atitudes negativas em relação às mulheres.

A figura, abaixo, proposta por van Dijk (2014b), apresenta um esquema de como as percepções socialmente compartilhadas (atitudes, ideologia e conhecimento) formam o elo entre o sistema social (conhecimento sociocultural, normas e valores) e o sistema cognitivo individual (modelos mentais pessoais e situações específicas) coordenando os elementos relevantes da estrutura social e da experiência subjetiva.

²⁷ Van Dijk (1999b) faz uma distinção entre conhecimento social e opiniões. O conhecimento social compõe as crenças que os membros de um grupo consideram verdadeiras (de acordo com os critérios de verdade historicamente mutáveis). Já as opiniões são crenças avaliativas, quer dizer, crenças que estão baseadas em normas e valores. Por isso, grupos diferentes podem estar em desacordo com as opiniões, mas ao contrário do conhecimento compartilhado, estas não se pressupõem, mas são afirmadas e defendidas (por exemplo: em discussões). Assim, as atitudes de um grupo sobre o aborto consistem normalmente em opiniões organizadas que podem diferir de um grupo para o outro, dependendo das ideologias. Contudo, tais diferenças de opinião muitas vezes assumem um entendimento comum: podemos discordar se o aborto é bom ou ruim, mas todos nós sabemos mais ou menos o que é.

Figura 2 - Posição integrada das Representações Sociais



Fonte: van Dijk (2014b, p. 135)²⁸.

A Figura 2 ilustra, também, o diálogo estabelecido entre as representações sociais (no plano da cognição social) e as representações mentais (no plano dos modelos mentais), que atuam estrategicamente na produção discursiva. Por exemplo, as notícias sobre violência de gênero, que são veiculadas por jornais em uma sociedade, podem ser usadas para construir conhecimentos, atitudes e ideologias sobre as mulheres violentadas, sobre os agressores e sobre o próprio tipo de violência. Trata-se de uma maneira (discursiva) de reproduzir atitudes, ideologias e conhecimentos na sociedade, a partir das experiências pessoais (modelos mentais) dos participantes envolvidos na produção do discurso, como os jornalistas, cinegrafistas, editores, chefes de redação, diretores, etc. Dessa forma, o discurso é constitutivo e disseminador das representações sociais.

Dentre o conjunto de crenças sociais que compõem as representações sociais, as ideologias se destacam por formar a base "axiomática" das representações mentais

²⁸ Dados adaptados pela autora.

compartilhadas por um grupo e seus membros. Isto é, elas representam os princípios básicos que governam o que os membros de um grupo consideram “certo” ou “errado” e “falso” ou “verdadeiro” (VAN DIJK, 1999a). O que vai determinar as ideologias dominantes não são essas acepções, mas as relações de poder entre os grupos sociais.

Dada à importância das noções de poder e ideologia na compreensão das representações sociais, em seguida, apresentaremos esses conceitos na teoria sociocognitiva.

3.1.3 Ideologia e poder

Van Dijk (1999a) também propõe um conceito sociocognitivo de ideologia, que se difere substancialmente da noção tradicional, especialmente do enfoque marxista. Nos estudos de Marx e Engels, a ideologia está ligada às noções de poder e dominação e, por isso, definida como as ideias dominantes de uma época. Nessa perspectiva, a ideologia tem um significado negativo e está relacionada com as noções de verdade e falsidade, cuja natureza serve social e politicamente para atender a interesses próprios de grupos que estão no poder.

Na proposta teórica de van Dijk (1999a), a noção de ideologia, situada para além dos estudos sociológicos e filosóficos e desenvolvida numa perspectiva psicológica e sociocognitiva, é entendida como “as crenças sociais gerais e abstratas, compartilhadas por um grupo, que controlam e organizam o conhecimento e as opiniões (atitudes) mais específicas de um grupo” (VAN DIJK, 1999a, p. 72). Assim, apesar de “manter” a negatividade do conceito marxiano, retira-lhe a natureza ilusória. Logo, os grupos dominados também possuem ideologia e esta serve como uma fonte de luta para esses grupos. Dessa forma, as ideologias podem funcionar como uma legitimação da dominação, mas também, como uma forma de resistência contra a dominação, como é o caso do feminismo em relação ao machismo.

Para que esse conceito se torne mais claro, van Dijk (2000b) apresenta um exemplo em que compara a ideologia com a gramática abstrata ou com o sistema de regras

discursivas de uma língua. Nesse caso, a gramática ou o sistema de regras é compartilhado entre os membros de um grupo e, ao mesmo tempo, os participantes desse grupo constroem textos e falas. Analogicamente, então, as ideologias seriam “gramáticas” das práticas sociais específicas de um grupo. Ou seja, elas contêm os princípios básicos que organizam as atitudes que os membros de um grupo compartilham.

Nesse sentido, a ideologia é vista como um sistema de crenças que subjaz as atitudes de um grupo. Ela é adquirida, compartilhada, utilizada e modificada socialmente pelos membros de um grupo e, por isso, necessita de um enfoque cognitivo. Por exemplo, sabemos que as feministas e os socialistas representam um número de crenças sobre o que é verdadeiro ou falso, sobre o que eles consideram bom ou mal e sobre o que deve ser feito ou não (VAN DIJK, 1999a). Isso não só tem um fundamento social, mas também cognitivo, pois as experiências pessoais, o conhecimento pessoal e as opiniões pessoais implicam diretamente nas crenças dos grupos. Assim, embora as ideologias sejam essencialmente coletivas, elas são praticadas e reproduzidas por membros individuais de um grupo. Novamente, os modelos mentais serão responsáveis por mediar as relações entre o pessoal e o social.

Esse ponto de vista reforça a proposta multidisciplinar da teoria sociocognitiva, que objetiva articular: a visão sociológica da ideologia, como parte da estrutura social; a visão cognitiva da ideologia, que caracteriza a dimensão mental da sociedade; e a dimensão discursiva da ideologia, por meio do qual as ideologias dos grupos são expressas. Por esse motivo, o conceito de ideologia de van Dijk (1999a) possui três categorias gerais:

a) Social: as ideologias são parte da estrutura social e de alguma maneira exibem ou controlam as relações de poder e dominação entre os grupos (classes, formações sociais, organizações, etc.) (VAN DIJK, 1999a). Isso significa dizer que as ideologias não possuem apenas o papel de dominação de classe, já que os grupos dominados também necessitam de ideologias como base para a resistência. Por isso, as ideologias não devem ser entendidas também como certas ou falsas, mas, antes de tudo, mais ou menos eficazes na promoção dos interesses de um grupo.

b) Cognitiva: as ideologias caracterizam a dimensão “mental” da sociedade, dos grupos ou das instituições (VAN DIJK, 1999a).

c) Discursiva: as ideologias são vistas e expressas através dos discursos. Eles são fundamentais na formulação das ideologias e, portanto, em sua reprodução social (VAN DIJK, 1999). Um exemplo disso é quando uma notícia jornalística relata que uma mulher foi violentada por seu namorado ou marido, porque postou fotos sensuais na internet. O fato de a violência ser “justificada” pela ação da mulher contribui com a disseminação de uma ideologia patriarcal e de desigualdade entre gêneros em nossa sociedade.

Na mesma esteira, a visão tradicional de “poder”, como a capacidade que adquirem certos indivíduos para fazer que se deem determinados resultados pela ação de outros, parece insuficiente para entendermos as relações entre os grupos sociais, por isso, adotamos o conceito de poder defendido por van Dijk (2010). De acordo com o autor, primeiro deve-se ter em mente que “poder” não é algo que se tem, mas sim uma relação que se estabelece e é exercida por indivíduos, grupos ou instituições. Segundo, deve-se entender que o poder não é algo intrinsecamente ruim, uma vez que ele também pode ser usado para propósitos neutros ou positivos, como nas relações de ordem na sociedade.

A dimensão negativa de poder, que também é denominada por van Dijk (2010) como “dominação” e “abuso de poder”, provoca relações de injustiça e desigualdade na sociedade. Para que esse conceito fique mais claro, vamos exemplificar como essas relações podem ser identificadas em nosso *corpus*. No nível das relações entre indivíduos, podemos ter o poder “coercitivo”, que é exercido pelos homens em relação às mulheres. Quando um homem abusa sexualmente de uma mulher, ocorre o abuso de poder, uma vez que a sexualidade é uma relação humana e, nesse caso, a relação aconteceu sem o consentimento de uma das partes. Esse mesmo tipo de poder é visto no nível das relações entre grupos sociais, quando um grupo (seus membros) controla as ações de outro grupo para que os indivíduos ou os grupos ajam de acordo com o seu desejo e, para isso, é utilizada a força física ou a coerção. Já no nível institucional, o tipo de poder usado é o “mental”, ou seja, são controladas as

bases mentais das ações. Noutros termos, as instituições podem fazer com que os indivíduos atuem conforme o seu desejo, apenas dizendo como querem que eles ajam, por exemplo, mediante ordens, atos de fala, etc. Um exemplo por meio do qual ocorre essa relação é através do texto escrito ou da fala. “Essa é uma relação clara entre poder e discurso” (VAN DIJK, 2000b, p. 41).

O controle mental da sociedade, que ocorre através do texto, é feito por meio de estratégias discursivas muito sutis, diferente das ordens, conselhos, etc. No primeiro caso, as mentes são controladas de modo que os indivíduos ajam sem perceberem. Quando isso ocorre, temos a hegemonia que, segundo Gramsci (1989), corresponde à liderança cultural e ideológica de um grupo sobre os demais. A ideologia patriarcal, por exemplo, é hegemônica na medida em que não aparece como dominação do todo, mas, em seu lugar, como grande parte consensual e aceitável para a maioria de uma comunidade. Um exemplo claro de como essa ideologia atua em nossa sociedade é apresentado no trabalho de Tomazi (2014b), que analisa duas charges jornalísticas, que retomam uma pesquisa sobre violência contra a mulher no Brasil, divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em 2014²⁹. Nesse trabalho, a autora analisa charges produzidas a partir da divulgação dos resultados da pesquisa do IPEA. O estudo do discurso dessas charges evidenciou que a maior crítica feita pelo chargista não foi em relação à falta de credibilidade da pesquisa, mas sim, ao absurdo da visão arcaica e opressora da sociedade em relação às mulheres e à banalização e normalização ainda presentes na sociedade de fenômenos sociais tão violentos como o estupro (TOMAZI, 2014b).

Nessa perspectiva, quando as pessoas falam como membro de um grupo, elas tendem a destacar os aspectos positivos desse grupo e negativos de outro grupo. Nesse caso, ocorrem os processos de polarização, criação de estereótipos e preconceitos, que podem ser observados em diversos níveis do texto e da

²⁹ O estudo divulgado no dia 27 de março de 2014 apresentou dados assustadores em relação ao estupro, demonstrando que 58,5% dos entrevistados acreditam que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Além disso, 65,1% dos entrevistados concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. Contudo, no dia 04 de abril de 2014, o IPEA retificou a divulgação nos dados da pesquisa dizendo que havia um erro nos gráficos e apresentou novos dados. As novas estatísticas mostraram que não eram 65,1% dos entrevistados que acreditavam que, dependendo da roupa que está vestindo, a mulher merece ser atacada, mas 26%. Embora esse número seja menor, ainda é considerado elevado, especialmente se relacionado a outras informações da pesquisa, como: 65% dos entrevistados concordam que mulheres que sofrem agressão e continuam com o parceiro merecem apanhar (TOMAZI, 2014b).

conversação (VAN DIJK, 2011b). Para van Dijk (2010), a polarização é uma estratégia geral envolvida na reprodução discursiva de dominação que trata de dar ênfase às coisas boas em Nós (autoapresentação positiva) e ruins nos Outros (outro-apresentação negativa). Vejamos, no quadrado abaixo, um resumo de como ocorrem essas relações:

Quadro 3 - Quadrado ideológico

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Enfatizar aspectos positivos sobre Nós• Enfatizar aspectos negativos sobre Eles• (Des)enfatizar aspectos negativos sobre Nós• (Des)enfatizar aspectos positivos sobre Eles |
|---|

Fonte: van Dijk (2003, p. 44).

O reforço dos atributos negativos ou positivos é feito através do uso de diversas estruturas e estratégias discursivas que, segundo van Dijk (2011b) podem ser: macroato de fala indicando *Nossos* 'bons' atos e os 'maus' atos do *Outros* (por exemplo, acusação, defesa); tópicos (macroestruturas semânticas); léxico; sintaxe (orações ativas *versus* orações passivas); figuras retóricas (hipérboles *versus* eufemismos para significados positivos/negativos); e metonímias e metáforas (ênfase nas propriedades positivas/ negativas *Nossas/Deles*); entre outras.

Desse modo, ainda que os discursos não sejam as únicas práticas sociais baseadas na ideologia, eles são efetivamente fundamentais em sua formulação e, portanto, em sua disseminação social. A relação entre o discurso e a ideologia é bastante intrincada, pois para que um ator social possa apreender, articular e transmitir as ideologias a outros membros do grupo, ele necessita utilizar-se da linguagem. Assim, segundo van Dijk (1999a, p. 19), “se queremos saber que aparência tem uma ideologia, como funciona e como se cria, muda e reproduz, necessitamos observar detalhadamente suas manifestações discursivas”.

Além disso, o fato de as pessoas serem membros de vários grupos faz com que elas adquiram lentamente não só as ideologias relevantes desses grupos, mas também

um esquema geral para a construção de ideologias (VAN DIJK, 1999a; 2011b). Tal esquema ideológico é assumido para formar a base cognitiva da formação do grupo ideológico e dispõe de categorias fundamentais como:

- Identidade (Quem somos nós? Quem nos pertence? De onde viemos?).
- Atividades (O que nós geralmente fazemos? Qual a nossa tarefa?).
- Objetivos (O que nós queremos obter?).
- Normas e valores (O que é bom/mal, permitido/proibido para nós?).
- Relações de grupo (Quem são os nossos aliados e oponentes?).
- Pesquisas (Qual é a base do nosso poder ou da nossa falta de poder?).

Essas categorias atuam direcionando os membros dos grupos e, principalmente, a “sobrevivência” desses grupos, pois é através delas que os membros individuais se baseiam para defender os interesses de todos. Por exemplo, quando os jornalistas escrevem algo e recebem críticas, eles se defendem dessas críticas alegando que possuem liberdade de expressão. Essa defesa está fundamentada principalmente nas “normas e valores” que regem a profissão do jornalista e os ampara legalmente perante a sociedade.

A importância de se delinear a ideologia também está no fato de podermos compreender o controle que as instituições exercem sobre grupos sociais. Os meios de comunicação, em especial, desempenham um papel central na reprodução das ideologias dos grupos dominantes. Segundo van Dijk (1999a, p. 235), “as instituições ou organizações são, de muitas maneiras, a contrapartida prática ou social das ideologias”. Ou seja, ao passo que as ideologias organizam as representações sociais de um grupo, as instituições e as organizações podem coordenar os objetivos e as ações comuns desses grupos. Essas instituições são entendidas por van Dijk (1999a) como “instituições ideológicas”³⁰, que podem ser escolas, igrejas, família, etc. Cada uma delas desempenha o seu papel, contudo, “nas sociedades midiáticas contemporâneas grande parte da tarefa da família, da igreja e da escola tem sido assumida pelos meios de comunicação” (VAN DIJK, 1999a, p. 236). O problema de a mídia assumir esses papéis consiste no fato de ela ter o “comando” de apresentar algumas ideologias como “corretas” e outras como

³⁰ As instituições ideológicas são também definidas como “aparelhos ideológicos estatais” por Althusser (1984) (VAN DIJK, 1999, p. 418).

“erradas”. Isso ocorre, por exemplo, quando os meios de comunicação justificam um ato violento (violência de gênero, linchamento, violência no trânsito) como ações que são “consequências” de o agressor estar sob efeito de álcool ou drogas ou por ter agido em legítima defesa.

Nessa perspectiva, para estudar a violência de gênero é necessário discutir e refletir sobre diversas questões, o que inclui, como mencionado acima, os novos papéis que as famílias, os indivíduos e os meios de comunicação têm assumido na contemporaneidade. Por esse motivo, consideramos importante debater sobre alguns dos estudos que tratam da relação entre gênero e discurso, e, especialmente, sobre os estudos que tratam dessa relação no campo da Análise Crítica do Discurso.

3.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E OS ESTUDOS SOBRE GÊNERO

Na década de sessenta, iniciaram-se as primeiras pesquisas sobre gênero nas áreas da sociolinguística e análise do discurso. De acordo com Wodak (1997), as investigações estudavam basicamente dois domínios da linguagem: o funcionamento do discurso do homem e da mulher em um nível fonológico e as interações (estilos conversacionais) entre mulher e homem no discurso.

Contudo, foi na década subsequente que os temas “gênero e discurso” surgiram como um campo de investigação reconhecido. De acordo com West, Lazar e Kramarae (2000), o Movimento de Mulheres³¹, nos anos setenta, estimulou o interesse pelas relações entre gênero e linguagem nas pesquisas ao redor do mundo. A atenção pelo tema atravessou os limites das áreas de estudos, como a antropologia, a linguística, a filosofia, a psicologia, a sociologia, a comunicação social e os estudos sobre mulher, e os investigadores começaram a utilizar uma grande variedade de métodos para estudar o mote linguagem e sexo, incluindo

³¹ O Movimento das Mulheres ressurgiu, no Brasil, nos anos 70, em torno das campanhas pela anistia política, contra a carestia, pelas liberdades democráticas, por trabalhos, creches, planejamento familiar e contra a violência. Para uma leitura mais detalhada ver Soares (1998).

observações etnográficas, experimentos em laboratório, questionários, análise de textos e falas, etc.

Nos anos seguintes, surgem os estudos feministas na linguística. Nesse momento, os pesquisadores não estavam mais interessados apenas na descrição da relação entre linguagem e sexo, mas sim, na avaliação dessa conexão. Ou seja, produzir propostas concretas de mudança e fazer reivindicações sociopolíticas (WODAK, 1997).

Destacamos, aqui, alguns desses estudos que, além de tratar sobre questões de discurso e gênero, se caracterizam por criticar visões androcêntricas presentes nas ciências tradicionais. Dentre essas pesquisas, citamos: Cameron (1985, 1997), Wodak (1997), West, Lazar e Kramarae (2000), Lazar (1993, 2005, 2007), Magalhães (2005, 2009) e Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006).

Cabe lembrar, como já discutido no segundo capítulo desta dissertação, que a noção de gênero estudada por muitas feministas passou a ser entendida, no final da década de oitenta, como uma construção social. Por esse motivo, ressaltamos a estreita relação estabelecida entre gênero e linguagem nesses estudos, pois o que era considerado um comportamento “feminino” ou “masculino” deixou de ser regido pela biologia e passou a ser construído socialmente. Logo, a linguagem se tornou o âmbito fundamental para a construção social do gênero, que não é constituído de maneira “imparcial” ou igualitária, mas de acordo com as relações de poder sociais. Ou seja, a construção social dos gêneros está vinculada às relações de poder nas sociedades contemporâneas, no qual as mulheres estão sistematicamente subordinadas aos interesses dos homens (WEST; LAZAR; KRAMARAE, 2000).

Wodak (1997) desenvolveu vários trabalhos dentro da ACD voltados para os estudos da linguagem e política, preconceito e discriminação, gênero e discurso. Sobre esse último, destaca-se edição da obra *Gender and Discourse*, em 1997. Essa obra reúne estudos de diversos autores sobre como a linguística feminista e a ACD têm contribuído para o avanço do nosso conhecimento sobre gênero e sexo. A relação entre a linguística feminista e a ACD está, conforme pontua Wodak (1997), na correlação existente entre as propostas e os pressupostos básicos das duas vertentes: "muitas propostas e premissas básicas da linguística feminista se

relacionam e se sobrepõem com os princípios da linguística crítica e da análise crítica do discurso” (WODAK, 1997, p. 3).

Já em relação à noção de gênero, Wodak (1997) afirma que uma definição simplista de gênero exclui e desvaloriza muitos corpos, práticas e discursos e, ao mesmo tempo, esconde o seu caráter social e culturalmente construído. Nesse sentido, as características atribuídas a um gênero por uma cultura são construções culturais, que são socialmente determinadas e, portanto, alteráveis (WODAK, 1997), ou seja, são culturalmente construídas e socialmente condicionadas.

A linguista feminista Deborah Cameron (1997) também argumenta em favor de uma linguística feminista em que as pesquisas não estejam apenas voltadas para as diferenças entre a linguagem da mulher e do homem, ou simplesmente da mulher, mas que tenham uma visão crítica acerca das relações de poder entre os sexos. Por exemplo, na obra *Feminist e Linguist Theory*, Cameron (1985), que se dedica ao estudo da construção do gênero no discurso, critica o uso genérico do pronome inglês masculino *he* (ele) para se referir a todos os gêneros de maneira “neutra”. A autora argumenta que o uso desse pronome é extremamente específico para homens, por isso, questiona o fato de ser utilizado em detrimento de *she* (ela) sem ter, na verdade, um significado “neutro”. Diante disso, Cameron (1985, p. 88) defende o uso do pronome *she* (ela) para se referir de maneira indeterminada e genérica aos gêneros. Essa proposta é defendida pela autora pelo fato de todas as escolhas (lexicais) simbolizarem posicionamentos políticos e, principalmente, relações assimétricas de poder entre os gêneros, uma vez que o uso do pronome *he* (ele) na língua inglesa – e também na língua portuguesa, como bem sabemos – representa a dominância de uma ideologia sexista³² nas sociedades.

Um exemplo bastante conhecido no Brasil é o uso da expressão “meus companheiros e minhas companheiras” pelos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente, pelos políticos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (ex-

³² O termo sexismo foi inventado na década de sessenta para se referir à discriminação social baseada no sexo/gênero. Na cultura ocidental, como na maioria dos outros sistemas sociais, isto significa, em termos concretos, que há exatamente dois sexos em oposição binária: feminino e masculino. A partir dessa noção de sexismo, as mulheres começaram a se definir como um grupo social e como uma minoria oprimida. A relação entre essas duas categorias não é igualitária, mas hierárquica, em que a categoria “homem” ou “masculino” é a norma e a categoria “mulher” ou “feminino” representa o “outro” o “anormal” (WODAK, 1997).

presidente e atual presidente do Brasil). O emprego não genérico das palavras nos discursos desse partido o difere, por exemplo, de outros partidos, como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que normalmente não faz essa diferenciação. Aqui, temos um exemplo claro de escolhas lexicais que representam posicionamentos políticos e ideológicos.

Ao propor uma relação mais intrincada entre a ACD e os estudos feministas na linguística, Michelle Lazar (2005) organiza a coletânea *Feminist critical discourse analysis* e apresenta vários estudos que tratam da relação entre discurso e gênero social desenvolvidos numa perspectiva analítica crítica do discurso, propondo, pela primeira vez, a instituição de uma Análise Crítica do Discurso Feminista³³. Essa proposta, conforme pontua Lazar (2005), faz parte de um movimento que busca incluir o termo “feminista” em vários ramos de estudos sobre discurso, como a estilística feminista, pragmática feminista e análise da conversação feminista.

Segundo Lazar (2007), o principal objetivo de uma análise crítica do discurso sobre gênero social é mostrar as complexas, sutis, e às vezes não tão sutis maneiras em que certas hipóteses de gênero e relações de poder hegemônicas são discursivamente produzidas, sustentadas e negociadas em diferentes contextos e comunidades. Ainda segundo a autora,

A perspectiva feminista ACD é, obviamente, de natureza interdisciplinar. Por um lado, contribui para (crítica) da linguagem e dos estudos do discurso numa perspectiva informada pelos estudos feministas, e, por outro lado, ela sugere a utilidade da linguagem e dos estudos do discurso para a investigação de questões feministas em estudos feministas e de gênero (LAZAR, 2007, p.142).

Nesse sentido, é possível dizer que a ACD feminista está posicionada numa perspectiva política sobre gênero. Lazar (2005) argumenta que a preocupação central da ACD feminista é com os discursos que sustentam uma ordem social patriarcal, isto é, as relações de poder que sistematicamente privilegiam os homens como um grupo social e desfavorecem, excluem e enfraquecem as mulheres como um grupo social.

³³ Tradução minha para: “Feminist Critical Discourse Analysis”.

Em análises de propagandas governamentais de Singapura que incentivavam o matrimônio e a vida em família, Lazar (1993) verifica a presença de dois discursos direcionados aos gêneros: um baseado no tradicionalismo e outro no igualitarismo. Assim, à primeira vista, os textos parecem tentar promover a igualdade dos gêneros, mas, em seguida, nota-se a presença implícita de discursos discriminatórios. Por exemplo: as expressões dos anúncios direcionadas às mulheres, como “verdadeira companheira de sua vida” e “é maravilhoso ter uma carreira e desfrutar da independência econômica”, soavam como um discurso igualitário, que parecia apoiar os interesses profissionais das mulheres. Do mesmo modo, as expressões direcionadas aos homens, como “alguém de quem você possa se sentir orgulhoso” parecia complementar os discursos direcionados às mulheres. Por outro lado, esses mesmos anúncios apresentavam discursos sexistas direcionados às mulheres, como: “é maravilhoso ter uma carreira e desfrutar da independência econômica. Mas, sua autossuficiência está dificultando suportar os homens?”. Nesse trecho, Lazar (1993) ressalta um discurso discriminatório implícito, como se dissesse: será que a sua independência profissional não está atrapalhando o seu relacionamento com os homens? E, para completar, o anúncio concluía com a frase: “Seja mais relaxada e acessível. Mais amistosa e sociável”.

Ao final dessa pesquisa, Lazar (1993) chega à conclusão de que as estratégias discursivas sexistas utilizadas nos discursos, como a justaposição dos discursos contraditórios e o uso do “mas” servem para disfarçar sutilmente o sexismo, pois podem dar a impressão de promover a igualdade entre as mulheres e os homens e, ao mesmo tempo, transmitir mensagens de desigualdade entre os gêneros. Além disso, os anúncios diferentemente direcionados aos homens e às mulheres são necessários para preservar o sistema social de Singapura, no qual aqueles têm mais poder institucional e ainda prevalece o discurso dominante patriarcal.

É nessa perspectiva, que as pesquisas desenvolvidas na Análise Crítica do Discurso Feminista passam a examinar questões do tipo: como o poder e o domínio são discursivamente produzidos através da linguagem e de práticas sociais de gênero; como se dá o acesso³⁴ às formas de discurso, tais como eventos comunicativos

³⁴ A noção de “acesso” utilizada por Lazar (2007) e adotada também nesta dissertação é proposta por van Dijk (2010). Para o autor, o poder é baseado em um “acesso” privilegiado a recursos sociais

particulares e gêneros culturalmente valorizados; a diferença entre a diversidade de identidades "mulheres" (e "homens"), observada através de análises históricas e culturais gêneros, etc. (LAZAR, 2005).

Em relação à diversidade de identidades de gênero, Magalhães (2005) desenvolveu um estudo sobre identidades de mulheres em um programa de alfabetização de jovens e adultos e no ensino especial. Os gêneros discursivos estudados foram três: (a) boletim informativo em um programa de alfabetização de adultos de uma comunidade; (b) uma discussão em sala de aula sobre dois textos publicitários em uma classe de alfabetização de adultos desse programa; e (c) entrevistas com mulheres aprendizes em outro programa de alfabetização de adultos. Após as análises, a pesquisadora verificou, nos contextos analisados, a existência de identidades femininas heterogêneas, como de escritora, trabalhadora, mãe/dona de casa e identidade midiática.

Para Magalhães (2005), as identidades são entendidas como representações discursivas, que são construídas e podem ser investigadas nas práticas sociais. No caso das práticas de gênero, as identidades são construções discursivas que se mantêm por ideologias hegemônicas de masculinidade e feminilidade e que estão em processo de transformação o tempo todo. Esse ponto de vista está em consonância com a definição de gênero de Cameron (1997), para quem essas identidades nunca estão completas. Magalhães (2009) ressalta que a ideologia de gênero atribui e mantém determinados significados associados a mulheres e outros aos homens, estabelecendo posições hierarquizadas conforme o poder, por exemplo, nas relações entre empresas, entre funcionários e funcionárias, etc.

Essa discussão coloca em foco a bipolaridade das distinções de gênero, conforme explica van Dijk (2012) quando diz que há muito mais do que duas identidades de gênero na sociedade e, se há diferenças, elas são antes graduais. Assim, as mulheres podem, em certas ocasiões, falar “como homens” ou vice-versa. Por outro lado, os gays, as lésbicas, os bissexuais, os transexuais, etc., enquanto falantes,

valorizados, como riqueza, emprego e até mesmo ao “acesso” preferencial ao discurso e à comunicação públicos. Assim, precisamos refletir sobre: “quem pode falar e escrever para quem, sobre o que, quando e em que contexto, ou quem pode participar desses eventos comunicativos nos mais variados papéis (...)” (VAN DIJK, 2010, p. 89).

reivindicam suas próprias identidades de gênero, que são mais complexas. Essa reflexão nos direciona para a noção atual de gênero, que é definido não pelo o que as pessoas “são”, mas pelo o que elas “fazem”. Daí o crescente uso da expressão “fazendo gênero” ou “*doing gender*”³⁵.

Além da crítica acerca da dualidade dos gêneros, que impõe uma dicotomia social do trabalho e dos traços humanos para mulheres e homens, que variam de acordo com tempo e lugar, estudos mais recentes como o de Butler (2003) criticam a naturalidade do "sexo" em si, argumentando que isso também é socialmente construído. Noutros termos, trata-se de entender gênero como um ato performativo³⁶ e não um fato.

Além dos trabalhos já apresentados, podemos citar, ainda, a coletânea “Linguagem e gênero: no trabalho, na mídia e em outros contextos”, organizada por Heberle, Ostermann e Figueiredo (2006), que reúne vários textos sobre esse tema. É importante ressaltar que nem todos os trabalhos da coletânea tratam especificamente da interface sobre os estudos linguísticos/ discursivos e de gênero, contudo, apresenta-se como uma relevante obra que inclui estudos de pesquisadores e pesquisadoras no Brasil, que têm se dedicado à pesquisa sobre gênero social. Além do interesse pelo estudo do gênero, esses pesquisadores também abordam questões, como identidade, poder, mídia, utilizando diferentes teorias e métodos.

Os estudos sobre gênero e discurso e ACD feminista apresentados, nos possibilita articular a intersecção entre as noções: discurso, gênero e representação social. Se, se pode dizer que o gênero é construído através das práticas sociais, então podemos dizer que ele é construído no e pelo discurso, já que o discurso é uma prática social. E, se é através do discurso que se constroem as representações

³⁵ A expressão “*doing gender*” foi cunhada por West e Zimmerman, em 1987, no artigo “*Doing gender*”, publicado na Revista *Gender and Society*.

³⁶ Ressaltamos, aqui, o caráter performativo de gênero proposto pela filósofa Judith Butler (1993), que, em um movimento semelhante à Joan Scott (1986), busca dissolver a dicotomia entre gênero x sexo. Para Butler (2003), gênero é o efeito de uma ação reiterada, um gesto performativo que produz o significado de um gênero estático ou “normal”, de acordo com as normas instituídas pela sociedade, que sugere culturalmente um sexo previamente dado. Para a autora esse efeito “oculta” a instabilidade do ato de gênero dos indivíduos. Por exemplo, quando se diz: “é uma menina!” não se está descrevendo uma menina, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como uma menina. Para a autora, não existe “ser” por traz do “fazer”. Para mais detalhes ver: Butler (1993; 2003).

sociais, então, é também através do discurso que são construídas as distintas representações de gênero presentes nas sociedades.

Contudo, a essa altura poderíamos nos fazer um questionamento: afinal, por que escolhemos a proposta sociocognitiva de van Dijk como principal aparato teórico para investigar a representação social da violência de gênero no ES ao invés dos trabalhos sobre gênero e discurso e ACD feminista apresentados neste tópico?

Sem dúvida alguma, a proposta de estudo feminista da ACD é muito interessante para o avanço das pesquisas sobre gênero no campo dos estudos discursivos, sobretudo, porque lança, especificamente, um olhar crítico acerca das relações entre os gêneros na sociedade. Entretanto, considerando que o objetivo da ACD é estudar questões voltadas para as minorias sociais e, entendendo que a mulher é uma minoria social, defendemos que a ACD já constitui um campo de pesquisa suficiente para dar conta das questões que buscamos analisar nesta dissertação, uma vez que de igual forma, não precisaríamos de uma ACD voltada especialmente para o racismo ou para homofobia, etc. Além disso, utilizamos a perspectiva sociocognitiva, que teoriza sobre a representação social, elemento de extrema relevância para nosso estudo.

4 DESCRIÇÃO DO CORPUS E METODOLOGIA

O interesse em investigar a representação social da violência de gênero em notícias veiculadas pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* é decorrente de dois motivos. Primeiro, como já mencionado, as pesquisas desenvolvidas no GEDIM/UFES nos permitiram refletir sobre a presença de estereótipos e preconceitos nos textos jornalísticos veiculados por esses jornais. Segundo, porque esses dois periódicos são de grande tiragem e circulação no Espírito Santo e, tendo em vista o nosso intuito de investigar a representação social da violência de gênero no ES, consideramos importante eleger jornais que tivessem ampla abrangência estadual. O jornal *A Tribuna*³⁷ possui uma tiragem de 88.113 mil exemplares aos domingos e 56.702 nos dias úteis e o jornal *A Gazeta*³⁸ possui uma tiragem de 24 mil exemplares nos dias úteis e 45 mil aos domingos.

Ademais, o jornal *A Gazeta* adota um posicionamento atendendo 68% das classes sociais A e B, 24% da classe social C e 9% das classes sociais D e E³⁹. Já o jornal *A Tribuna* possui uma abrangência de 40% das classes A e B, 49% da classe C e 11% da classe D e E⁴⁰.

A seleção das notícias foi realizada mediante pesquisa feita nos arquivos digitais dos próprios jornais. Em um primeiro momento, realizamos a coleta de todas as notícias envolvendo casos de violência de gênero no ES, no ano de 2013, examinando as edições diárias desses jornais. Em seguida, selecionamos apenas os textos que compreendiam esse tipo de violência perpetrada por companheiro ou ex-companheiro.

É interessante destacar que as notícias sobre violência de gênero são veiculadas sempre dentro de uma mesma seção em cada jornal. No jornal *A Gazeta*, as notícias

³⁷ Esses dados estão disponíveis no site <http://www.redetribuna.com.br/jornal/historico> (último acesso realizado em maio de 2014).

³⁸ Dados disponíveis no site: <http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria> (último acesso realizado em maio de 2014).

³⁹ Dados também disponíveis no site: <http://ftpi.com.br/jornal/a-gazeta-vitoria> (último acesso realizado em maio de 2014).

⁴⁰ Informações fornecidas pela própria instituição.

são publicadas no caderno “Cidades”, seção “Segurança”. Já no jornal *A Tribuna*, as notícias são veiculadas na seção denominada “Polícia”.

Após o momento de coleta e seleção das notícias, iniciamos as análises dos textos, que foram desenvolvidas em duas etapas: primeiro fizemos a análise quantitativa, utilizando o programa de linguística de *corpus* chamado *WordSmith Tools* (SCOTT, 1997). O *WordSmith Tools* é um programa de análise lexical e exploração de *corpora* de dados linguísticos autênticos. Esse programa, de autoria de Mike Scott (1997), Universidade de *Liverpool*, é composto por três ferramentas principais: *WordList* (lista de palavras), *Concord* (concordância) e *Keywords* (palavras-chave). Questões mais detalhadas acerca desse *software* podem ser vistas em Berber Sardinha (2009). Em seguida, passamos às análises qualitativas empregando categorias de análises com base no aparato teórico sociocognitivo do discurso de van Dijk.

Nessa perspectiva, este capítulo está dividido em duas etapas: primeiro, apresentamos de maneira breve o programa *WordSmith Tools* e discorremos sobre os passos metodológicos quantitativos adotados em nossa pesquisa, bem como mostramos dados do *corpus* compilado; segundo, apresentamos e descrevemos as categorias sociocognitivas elegidas para a análise qualitativa.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA COM *WORDSMITH TOOLS*

A Linguística de *corpus* é uma área de pesquisa que se dedica à exploração de *corpora* eletrônicos. De acordo com Sanchez (1995), *corpora* eletrônicos são:

(...) conjunto de dados linguísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso linguístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com a finalidade de propiciar resultados vários e úteis para a descrição e análise (SANCHEZ, 1995, p.8).

Nesse sentido, os *corpora* selecionados para estudo devem ser autênticos, ou seja, “naturais” e não produzidos com o propósito de ser alvo de pesquisa linguística. Ao mesmo tempo, esses *corpora* devem atender a alguns critérios e serem configurados em formatos de programas que possam ser processados pelo computador, como o formato *pdf*⁴¹ e o formato *txt*⁴².

Segundo Berber Sardinha e Barbara (2007), o programa *WordSmith Tools* inclui um conjunto de ferramentas em que se destacam: *WordList*, *Keyword* e *Concord*. A primeira ferramenta, *WordList*, também conhecida como “lista de palavras”, produz listas de palavras organizadas por frequência e por ordem alfabética (dimensões e densidade lexical). Nessas listas temos os itens mais frequentes, que são os gramaticais ou palavras funcionais (*function words*), tais como artigos, preposições e conjunções e temos as palavras de conteúdo (*content word*), como substantivos, adjetivos, etc. A primeira observação que se pode fazer a respeito da lista de palavras é que ela, geralmente, é bastante centrada tematicamente, já que as palavras de conteúdo mais frequentes costumam refletir o assunto ou tema dos textos.

A segunda ferramenta, *KeyWords* ou palavras-chave, oferece uma lista das palavras-chave mais frequentes no *corpus* de estudo em relação a outro *corpus* de referência (normalmente maior e mais geral). O *software* compara quais palavras são mais frequentes nos dois *corpora*. A vantagem da lista de palavras-chave é a possibilidade de fazer inferências mais seguras sobre o conteúdo temático do *corpus* (BERBER SARDINHA; BARBARA, 2007).

A terceira ferramenta, *Concord* ou concordância, consiste na listagem do co-texto em que determinada palavra ou frase de pesquisa (estabelecidas pelo pesquisador) está inserida. Nesse caso, a ferramenta busca o item determinado em todos os arquivos de texto do *corpus* e apresenta uma tela de concordância mostrando onde esse item aparece.

⁴¹ O formato *pdf* (*Portable Document Format*) é um documento eletrônico visível com o programa *Adobe Acrobat Reader* e que conserva as mesmas propriedades de quando foi desenhado para sua publicação impressa.

⁴² Para que o *WordSmith Tools* processe as notícias é necessário que as mesmas estejam no formato *txt*, que é um arquivo de texto que se abre com qualquer editor de texto.

É relevante dizer que o emprego da linguística de *corpus* nos estudos atuais na ACD responde às queixas de críticos, que afirmam que as conclusões desses estudos são baseadas em quantidades muito pequenas de textos especialmente selecionados. Assim, quando usamos esses programas, podemos analisar quantidades maiores de dados, que permitem obter significância estatística, isto é, mostrar a probabilidade de quaisquer diferenças ter ocorrido por acaso e, ainda, permitir que se descubram características incomuns no discurso, que normalmente não aparecem em amostras de dados menores.

Assim, compilamos para este estudo um *corpus* de 604 notícias sobre violência de gênero no ES, veiculadas em 2013 pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. A tabela abaixo apresenta a quantidade de notícias veiculadas por cada jornal de dezembro a janeiro de 2013.

Tabela 1 - Distribuição geral das notícias sobre violência de gênero no ano de 2013

TOTAL DE NOTÍCIAS COLETADAS NO ANO DE 2013			
Meses de 2013	A Gazeta	A Tribuna	
Janeiro	15	25	
Fevereiro	27	19	
Março	24	29	
Abril	29	40	
Maiο	20	36	
Junho	21	27	
Julho	16	26	
Agosto	17	28	
Setembro	25	29	
Outubro	22	41	
Novembro	24	40	
Dezembro	8	16	
TOTAL	248	356	604

Desse total, foi realizada uma análise manual no qual buscamos apenas as notícias que tratavam de violência de gênero contra a mulher perpetrada por companheiros e ex-companheiros (que incluem: marido, ex-marido, namorado, ex-namorado, noivo, ex-noivo, companheiro, ex-companheiro, amante, ex-amante). Nessa triagem, encontramos um total de 458 textos, dos 604 coletados nos *sites* dos jornais no formato *pdf*. Em seguida, esses textos foram configurados no formato *txt* para análise semiautomática com o *software* de computador: *WordSmith Tools* (versão 6.0) (SCOTT, 1997). A distribuição dessas notícias pode ser verificada no quadro abaixo.

Tabela 2 - Distribuição geral das notícias sobre violência de gênero perpetrada por companheiros e ex-companheiros no ano de 2013

TOTAL DE NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO PERPETRADA POR COMPANHEIROS E EX-COMPANHEIROS			
Meses de 2013	A Gazeta	A Tribuna	
Janeiro	9	21	
Fevereiro	15	16	
Março	19	26	
Abril	22	33	
Mai	17	31	
Junho	11	22	
Julho	16	19	
Agosto	12	17	
Setembro	17	19	
Outubro	18	30	
Novembro	17	34	
Dezembro	5	12	
TOTAL	178	280	458

A compilação do *corpus* foi registrada pelas seguintes etapas⁴³:

1. Delimitação do domínio: notícias jornalísticas (escritas) sobre violência de gênero no ES veiculadas de janeiro a dezembro de 2013 pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*. A autoria⁴⁴ das notícias é variada, já que compreende o espaço de tempo do ano de 2013 e também de dois jornais distintos.

2. Representatividade: o *corpus* deve ser representativo de uma língua ou variedade. Por isso, entendemos que o domínio delimitado é representativo para estudar as questões de nossa pesquisa.

3. Seleção das fontes das notícias: site dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna*.

4. Compilação das notícias: pesquisa realizada nos *sites* dos jornais em edições diárias de cada periódico. Todas as notícias foram arquivadas no formato *pdf* e, posteriormente, convertidas em *txt* para processamento no computador.

5. Conversão do formato e limpeza dos textos: foi realizada a conversão do formato *pdf* para *txt* (formato processado pelo *WordSmith Tools*) e a limpeza do *corpus* (retirada de imagens, gráficos, número de páginas e demais anotações que não fazem parte do texto propriamente dito).

6. Nomeação dos arquivos: os arquivos foram nomeados da seguinte forma: nome do jornal, data de veiculação e título da notícia. Por exemplo: *A Gazeta-06-02-15_rapaz_espanca_mulher_e_leva_tiro*.

Após cumpridas essas etapas, iniciamos as análises propriamente ditas dos dados quantitativos do *corpus*. Neste estudo utilizamos duas ferramentas dos *WordSmith Tools*: *WordList* e *Concord*.

⁴³ Essas etapas foram elaboradas com base na leitura de Berber Sardinha (2000), que estabelece pré-requisitos para a formação de um *corpus* computadorizado.

⁴⁴ Neste momento não temos o objetivo de analisar a autoria das notícias, ou seja, observar se há diferenças entre notícias produzidas por homens ou mulheres.

4.1.1 Análise de dados com *WordList*

A ferramenta *WordList* foi empregada com intuito de se obter a lista das palavras mais frequentes no *corpus*. Assim, submetemos separadamente os textos dos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* à análise semiautomática e obtivemos os resultados de 1 a 100 ilustrados na “Tabela A - *WordList A Gazeta*” e na “Tabela B - *WordList A Tribuna*”, apresentadas no apêndice. Contudo, para efeito de análise, listamos, a seguir, essas tabelas com as palavras de conteúdo, ou seja, substantivos, adjetivos, etc. e eliminamos as palavras funcionais, como artigos, conjunções, etc. já que essas últimas não nos interessavam neste momento: Tabela 3 e Tabela 4.

Tabela 3 - Lista de palavras conteúdo com *WordList* – *A Gazeta*

N	Word	WordList A Gazeta		Texts	%
		Freq.	%		
7	FOI	839	1,51	171	96,61
18	MULHER	524	0,95	154	87,01
21	CASA	462	0,83	141	79,66
23	ANOS	422	0,76	166	93,79
24	POLÍCIA	322	0,58	144	81,36
25	VÍTIMA	319	0,58	136	76,84
26	MARIDO	271	0,49	102	57,63
29	ESTAVA	248	0,45	105	59,32
33	EX	226	0,41	72	40,68
35	DISSE	192	0,35	100	56,50
38	CRIME	179	0,32	74	41,81
40	QUANDO	165	0,30	101	57,06
43	TERIA	157	0,28	82	46,33
44	PRESO	147	0,27	88	49,72
45	CASAL	146	0,26	88	49,72
46	SUSPEITO	143	0,26	70	39,55
50	VITÓRIA	134	0,24	82	46,33
53	CONTOU	122	0,22	90	50,85
54	BAIRRO	120	0,22	89	50,28
55	HAVIA	119	0,21	69	38,98
56	FEIRA	116	0,21	85	48,02
61	LOCAL	112	0,20	74	41,81
64	NOITE	110	0,20	93	52,54
66	DOIS	107	0,19	65	36,72
68	FORAM	104	0,19	57	32,20
69	MÃE	103	0,19	40	22,60
70	AGREDIDA	102	0,18	60	33,90
71	HÁ	100	0,18	73	41,24
72	DONA	99	0,18	42	23,73
73	CONTRA	98	0,18	70	39,55
74	HOMEM	98	0,18	65	36,72
75	CHEGOU	96	0,17	70	39,55
77	JOVEM	95	0,17	43	24,29
79	MESES	93	0,17	60	33,90
82	DELEGACIA	88	0,16	63	35,59

83	MARIA	87	0,16	46	25,99
85	FILHO	85	0,15	44	24,86
86	ACONTECEU	84	0,15	65	36,72
87	ERA	83	0,15	45	25,42
88	SERRA	83	0,15	50	28,25
89	VIOLÊNCIA	81	0,15	34	19,21
90	SER	80	0,14	47	26,55
91	NAMORADO	79	0,14	33	18,64
92	FILHA	78	0,14	34	19,21
94	VILA	74	0,13	42	23,73
95	TER	73	0,13	56	31,64
96	POLICIAIS	72	0,13	51	28,81
98	RELACIONAMENTO	69	0,12	45	25,42
100	COMEÇOU	67	0,12	46	25,99

Tabela 4 - Lista de palavras conteúdo com *WordList – A Tribuna*.

N	Word	WordList A Tribuna		Texts	%
		Freq.	%		
9	FOI	1425	1,46	264	95,65
19	CASA	920	0,94	214	77,54
21	ANOS	846	0,87	269	97,46
23	MULHER	786	0,81	242	87,68
24	MARIDO	585	0,60	182	65,94
25	VÍTIMA	563	0,58	204	73,91
27	ESTAVA	487	0,50	175	63,41
28	POLÍCIA	486	0,50	202	73,19
29	DISSE	475	0,49	184	66,67
31	ACUSADO	439	0,45	167	60,51
33	EX	391	0,40	91	32,97
35	É	375	0,38	178	64,49
44	CONTOU	259	0,27	145	52,54
50	DONA	225	0,23	71	25,72
53	VITÓRIA	210	0,22	132	47,83
54	DOIS	208	0,21	113	40,94
55	CRIME	205	0,21	81	29,35
56	PRESO	205	0,21	114	41,30
57	CHEGOU	201	0,21	128	46,38
59	CASAL	199	0,20	114	41,30
60	FEIRA	193	0,20	138	50,00
62	FILHA	189	0,19	71	25,72
63	HÁ	179	0,18	117	42,39
66	TINHA	173	0,18	98	35,51
68	SER	168	0,17	88	31,88
69	BAIRRO	166	0,17	131	47,46
72	FORAM	158	0,16	94	34,06
74	NAMORADO	153	0,16	45	16,30
75	LOCAL	151	0,15	103	37,32
76	DEPOIMENTO	150	0,15	115	41,67
77	AGREDIDA	149	0,15	91	32,97
78	AFIRMOU	148	0,15	96	34,78
81	COMEÇOU	146	0,15	93	33,70
82	ESTÁ	146	0,15	89	32,25
84	PLANTÃO	142	0,15	131	47,46
85	AUTUADO	140	0,14	136	49,28
86	DELEGACIA	140	0,14	104	37,68
89	HORAS	132	0,14	106	38,41

90	TER	131	0,13	88	31,88
92	MÃE	126	0,13	53	19,20
93	DEU	125	0,13	93	33,70
94	FILHO	124	0,13	57	20,65
95	ACONTECEU	123	0,13	97	35,14
96	ERA	123	0,13	62	22,46
97	PEDREIRO	122	0,12	41	14,86
98	POLICIAIS	121	0,12	82	29,71
99	AGRESSÃO	120	0,12	73	26,45
100	ESPECIALIZADO	119	0,12	114	41,30

A partir das palavras listadas nas Tabelas 3 e 4, podemos inferir o tema ou a macroestrutura dos textos, que aponta para a violência de gênero. É interessante destacar que há uma grande semelhança entre os itens lexicais mais usados no jornal *A Gazeta* com os do jornal *A Tribuna*. Por exemplo, a palavra “mulher” tem uma porcentagem de frequência de 87,01% em *A Gazeta* e 87,68% em *A Tribuna*. Enquanto “marido” possui uma frequência de 57,63% em *A Gazeta* e 65,94% em *A Tribuna*.

A frequência de uso desses itens lexicais nos ajuda na seleção dos vocábulos ou termos a serem pesquisados utilizando a ferramenta *Concord*, uma vez que nos interessa saber o co-texto de uso dessas palavras ou termos. Assim, a partir da listagem acima, elencamos alguns itens lexicais a serem utilizados nas análises com a ferramenta *Concord*. Esses itens são:

- estereótipo de agressor (marido; homem; suspeito; ex-; namorado; acusado).
- estereótipo de vítima (mulher; vítima; ex-mulher).
- crime passional (ciúme; relacionamento).
- léxicos que justifiquem a violência de gênero decorrente de algum vício ou doença (drogas, bebida, doente, etc.).

As análises com a ferramenta *Concord* ou concordância serão feitas no capítulo 5 junto com a análise das categorias sociocognitivas. Para entendermos como essa ferramenta funciona, apresentamos, a seguir, um exemplo com a busca da palavra “polícia”.

Figura 3 – Exemplo de lista de concordância com a palavra “polícia”

N	Concordance	Word #	Sent. Pos.	File
1	tendo na vítima e acionaram a <u>Polícia</u> militar. Quando os	156	96,00%	Gazeta-08-11-Arquiteta é txt
2	feriram na briga e chamaram a <u>polícia</u> . O suspeito foi preso,	68	100,00%	Gazeta-08-11-Arquiteta é.txt
3	rua, falei que iria chamar a <u>polícia</u> , e ele saiu daqui. O q	395	73,33%	Gazeta-21-10-Mãe e filhos.txt
4	detido pela polícia. Segundo a <u>Polícia</u> Militar, Sinara Pereira	85	10,81%	Gazeta-09-02-mulher é morta.txt
5	a vendedora não procurou a <u>polícia</u> para denunciar a	310	85,19%	Gazeta-21-09-Marido colocar.txt
6	da residência, e, segundo a <u>polícia</u> , havia muito sangue e	146	53,85%	Gazeta-22-08-Acusado de matar.txt
7	está caindo. De acordo com a <u>Polícia</u> Militar, Arnaldo já te	290	37,50%	Gazeta-08-05-Ex-marido queima.txt
8	ao local do crime, até que a <u>Polícia</u> Militar e uma	282	70,00%	Gazeta-08-11-Ajudante depedreiro.txt
9	então eu falei para chamar a <u>polícia</u> . Acredito que ela deve	547	100,00%	Gazeta-08-11-Ajudante depedreiro.txt

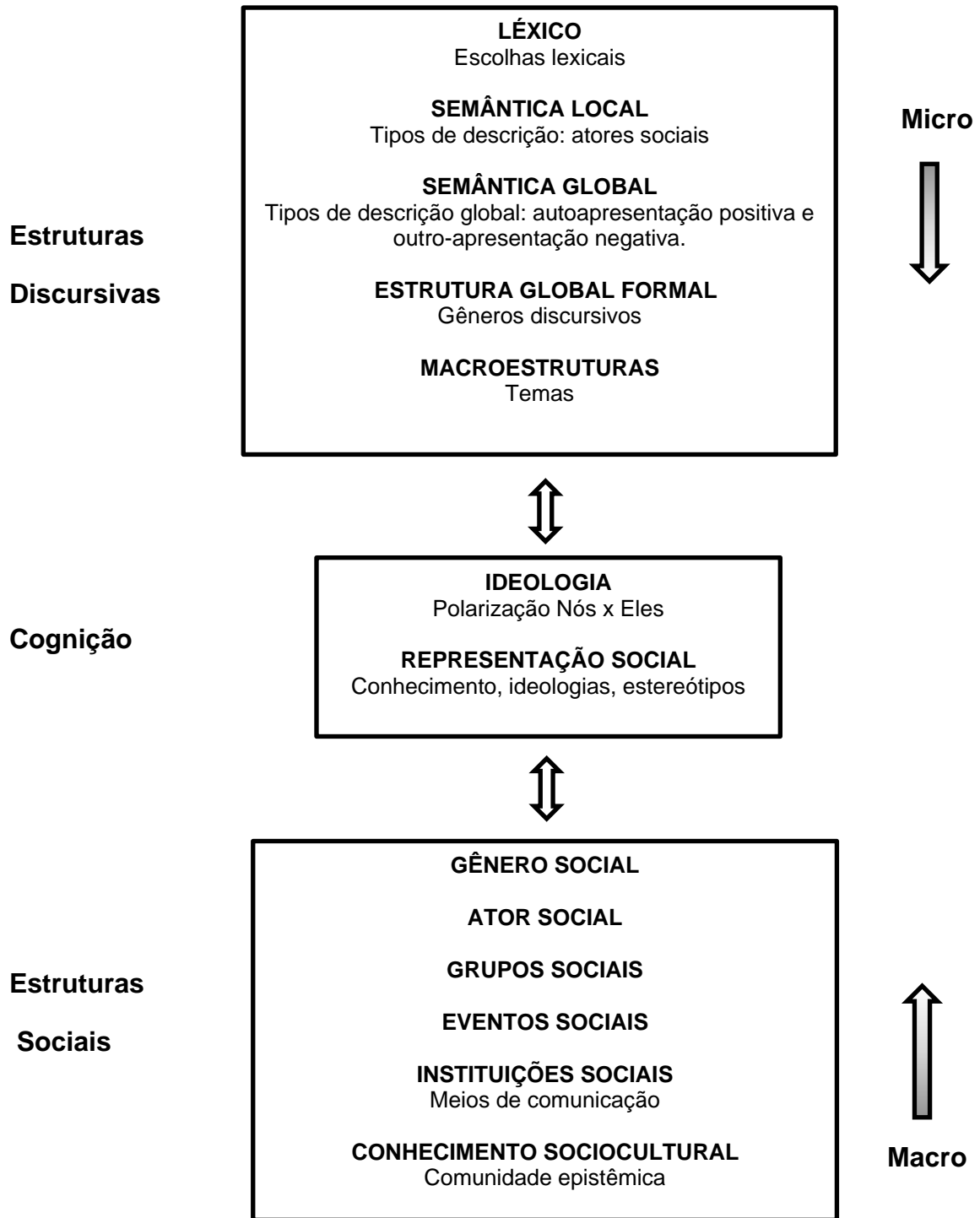
Nesse quadro, observamos que a ferramenta nos forneceu uma lista com as concordâncias da palavra “polícia”. Para construir essa listagem, a ferramenta *Concord* busca nos textos do *corpus* todas as sentenças em que a palavra “polícia” aparece e faz uma lista dessas sentenças apresentando o vocábulo centralizado e ladeado por porções de texto. O conceito de concordância não deve ser confundido com o significado do termo em relação a concordâncias gramaticais verbais ou nominais.

No próximo item, elencamos as categorias para análise qualitativa.

4.2 CATEGORIAS PARA ANÁLISE SOCIOCOGNITIVA

As categorias para análise qualitativa foram definidas com base na proposta sociocognitiva de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b), apresentada no capítulo anterior. Com intuito de delimitar as categorias utilizadas nesta pesquisa, propomos a seguir uma figura que sistematiza os elementos a serem empregados:

Figura 4 – Categorias para análise Sociocognitiva



Fonte: Figura elaborada pela autora a partir da leitura de van Dijk (1999a; 2011a; 2012; 2014b).

As categorias destacadas na Figura 4 vão desde um nível micro das estruturas discursivas, incluindo elementos lexicais, semânticos, sintáticos e de estilo, até o nível macro das estruturas discursivas, como a estrutura global e a macroestrutura. O estudo do discurso das notícias em um nível local ou micro de análise é proeminente, porque nos permite explicitar pressupostos sociais que podem ser importantes elementos de ideologias subjacentes. Assim, a partir da análise das estratégias discursivas das notícias é possível investigar as estratégias que atuam no nível cognitivo, como a polarização Nós X Eles e a construção de estereótipos sociais, ou seja, como se dá a representação positiva ou negativa de grupos sociais. A análise dos grupos sociais, por sua vez, está relacionada às estruturas sociais, que inclui gênero, atores e grupos sociais, eventos, instituições e conhecimento sociocultural.

No próximo capítulo, procedemos às análises das notícias, utilizando as categorias descritas anteriormente e as análises com a ferramenta de concordância.

5 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Neste capítulo são apresentados e interpretados os resultados obtidos para cada uma das questões que norteiam o nosso trabalho.

É importante ressaltar que, neste momento, faremos as análises das notícias sobre violência de gênero empregando as categorias de análise sociocognitiva, descritas na Figura 4, em consonância com as listagens de concordâncias obtidas pela ferramenta *Concord*, do programa *WordSmith Tools*, apresentadas nas Tabelas 3 e 4.

Nessa perspectiva, este capítulo está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, realizamos as análises dos itens lexicais utilizados nas notícias para se referir ao agressor e à vítima. Em seguida, discutimos como esses atores sociais são representados em relação as suas profissões. No próximo momento, o terceiro, analisamos as estruturas discursivas, como a agentividade, empregadas pelos jornais nas notícias. Depois, apresentamos as estratégias de polarização verificadas nos discursos das notícias, bem como as ideologias presentes nessas estratégias. Por último, fazemos uma discussão sobre a classificação dos crimes de violência de gênero como crimes passionais.

5.1 DESCRIÇÃO DE ATORES SOCIAIS: ANÁLISE LEXICAL

De modo geral, as notícias se referem aos atores sociais (vítima e agressor) das seguintes maneiras:

- a) Pelo grupo social: homem, mulher, etc.
- b) Pela relação afetiva: esposa, marido, ex-mulher, ex-marido, etc.
- c) Pelo nome: nome completo, primeiro nome, etc.
- d) Pela profissão: dona de casa, mestre de obras, vendedora, advogada, aposentada, aposentado, etc.

Para que possamos analisar como a vítima e o agressor são descritos nas notícias do nosso *corpus*, investigaremos, separadamente, como se representa cada ator social (vítima e agressor). Assim, no próximo tópico, pesquisaremos a representação do agressor para, em seguida, nos determos no estudo da representação da vítima.

5.1.1 Representação do agressor nas notícias

Para verificar se as notícias apresentam estereótipos de agressor, selecionamos os itens lexicais⁴⁵ que representam esse ator social a partir das listas de frequências de palavras geradas pelo *WordList* (Tabelas 3 e 4). Separamos de cada jornal analisado os quatro (4) itens lexicais (que se referem ao agressor) com maior frequência listados pelo *WordList*. Assim, temos os seguintes itens e suas respectivas porcentagens, conforme os resultados das Tabelas 3 e 4.

Tabela 5 - Itens lexicais que representam o agressor nas notícias de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013

<i>A Gazeta</i>	<i>A Tribuna</i>
Marido (57,63%)	Marido (65,94%)
Ex- (40,68%)	Acusado (60,51%)
Suspeito (39,55%)	Ex- (32,97%)
Homem (36,72%)	Namorado (16,30%)

Os vocábulos descritos na Tabela 5 apontam para alguns pontos relevantes acerca da violência de gênero que, para nós, precisam ser discutidos. O primeiro aspecto de relevância, já mostrado antes nas Tabelas 3 e 4, é o fato de as palavras presentes na Tabela 6 (marido, ex-, acusado, suspeito, homem e namorado) estarem entre os cem itens lexicais mais frequentes do nosso *corpus*. Isso reflete a macroestrutura/tema de nosso objeto de análise, que é a representação social da violência de gênero nas notícias. O segundo aspecto é que os vocábulos

⁴⁵ Nesta pesquisa, utilizamos os termos “item lexical”, “vocábulo” e “palavra” como sinônimos para unidades linguísticas com um significado.

encontrados apontam para os perpetradores dessa violência que, na maioria das vezes, são o marido, o ex., o homem (gênero social) e o namorado. Ou seja, esses itens lexicais direcionam para o fato de a violência ter sido cometida por um companheiro (marido, namorado) ou ex-companheiro (ex-marido, ex-namorado). A alta frequência desses itens em nosso *corpus* poderia ser explicada pelo alto índice de violência perpetrada por cônjuges ou ex-cônjuges, que corresponde a 25,9% das agressões contra as mulheres no Brasil, conforme dados apresentados pela CMPIVCM, discutidos no capítulo 2. Contudo, se ponderarmos o fato de que das seiscentas e quatro (604) notícias sobre violência de gênero coletadas no ano de 2013, quatrocentas e cinquenta e oito (458) tratam de violências cometidas por companheiros e ex-companheiros, temos, então, um índice muito maior dessas agressões do que a média nacional, que corresponde a 25,9%. Ou seja, se calcularmos esse índice a partir das notícias de nosso *corpus*, o percentual de violência perpetrada por esses agressores no Espírito Santo é de 75,99%.

É óbvio que esse cálculo é feito apenas a partir de notícias jornalísticas, sem que tenhamos feito um levantamento de boletins de ocorrências ou inquéritos policiais em DEAMs. Entretanto, se considerarmos que muitas notícias são produzidas a partir das ocorrências feitas nas delegacias e, além disso, representam os acontecimentos sociais, então, podemos inferir que esses dados nos dizem alguma coisa a respeito da violência de gênero no ES. Noutros termos, esses dados sinalizam o “perfil” desses agressores, que não são, em sua maioria, homens estranhos, mas pessoas com quem a vítima estabelece ou estabeleceu uma relação afetiva, isto é, companheiros e/ou ex-companheiros.

Para uma melhor distribuição das análises, iremos desdobrar os vocábulos descritos na Tabela 5 em vários subitens de acordo com o tipo de agressor estudado.

5.1.1.1 O “Marido” agressor

A seguir, apresentamos uma tabela com as vinte (20) primeiras ocorrências com a palavra “marido”, gerada pela ferramenta de concordância a partir das notícias de *A Gazeta* e *A Tribuna*, respectivamente.

Tabela 6 - Linhas de concordância do item lexical “marido” em *A Gazeta*

N	Concordance
1	Antônio Soares da Paixão, 44, <u>marido</u> da vítima. Ele foi preso
2	JARDIM AMÉRICA <u>Marido</u> aponta arma para a mulher
3	a visto o megahair e pediu ao <u>marido</u> para pagar. No entanto,
4	e lá, a vendedora assistiu ao <u>marido</u> quebrar a janela da sala
5	ARIBIRI <u>Marido</u> esfaqueia a mão da mulher
6	CACHOEIRO <u>Marido</u> tenta estuprar mulher
7	CARIACICA <u>Marido</u> espanca mulher grávida de quatro meses
8	CARIACICA <u>Marido</u> é preso por tentar enforcar diarista
9	trancada por dois anos em casa <u>Marido</u> deixava a vítima de 56
10	polícia que estava junto com <u>marido</u> na casa de uma vizinha
11	com mais ninguém”, contou. <u>Marido</u> deixou carta relatando
12	para ela”, frisou a delegada. <u>Marido</u> diz que “trata a mulher
13	sete meses apanha e denuncia <u>marido</u> A mulher exhibe faca com
14	o depender financeiramente do <u>marido</u> , Lúcia começou a trabalhar
15	as ameaças que sofria do <u>marido</u> . Quando voltou para casa
16	um copo de vidro na cabeça do <u>marido</u> , que ficou ferido. Dani
17	contou. Diante da atitude do <u>marido</u> , a balconista então voltou
18	faculdade”, contou. Com medo do <u>marido</u> , a universitária foi para
19	os gerais entrou na frente do <u>marido</u> e foi agredida com chutes
20	a terceira vez que apanhou do <u>marido</u> e que ele sempre fica a

Tabela 7 - Linhas de concordância do item lexical “marido” em *A Tribuna*

N	Concordance
1	<u>Marido</u> bate na mulher por causa
2	<u>Marido</u> reclama da demora do jantar
3	<u>Marido</u> atira contra mulher e mata gato
4	<u>Marido</u> bate na mulher e é ameaçado
5	<u>Marido</u> briga com a mulher e mata cadela
6	<u>Marido</u> bate na mulher grávida por ciúmes
7	<u>Marido</u> dá cadeirada em grávida
8	<u>Marido</u> termina com mulher e atira
9	<u>Marido</u> joga a mulher do 2º andar
10	<u>Marido</u> bate na mulher e é preso
11	<u>Marido</u> flagra mulher com amigo
12	<u>Marido</u> bate na mulher a caminho
13	<u>Marido</u> preso tem fiança paga por amigos da outra
14	<u>Marido</u> põe fogo na casa em Jacaraípe
15	<u>Marido</u> corta luz e tenta enforcar mulher
16	<u>Marido</u> é preso acusado de matar
17	<u>Marido</u> espanca mulher, ataca policial
18	<u>Marido</u> tenta afogar mulher na piscina
19	<u>Marido</u> põe fogo na casa e bate na mulher
20	<u>Marido</u> vê torpedo no celular e espanca mulher

Nas Tabelas 6 e 7, verificamos as ocorrências com a palavra “marido” nos dois jornais estudados. Essas listagens nos permitem evidenciar a descrição do ator social ou a semântica local sobre o item lexical “marido”. A maioria das linhas apresenta um perfil de “marido” agressivo, que é sinônimo de medo para as mulheres. Isso pode ser visto a partir do emprego de verbos que relatam agressões ou atentados na voz ativa, por exemplo: marido aponta arma; marido quebra a janela, marido esfaqueia, marido bate na mulher, marido dá cadeirada em grávida, marido espanca mulher, etc. Essas expressões acionam um tipo de conhecimento compartilhado em nossa sociedade acerca desse ator social, que se trata de um indivíduo que assume um papel de marido violento, fato que pode abonar a leitura de uma ideologia ainda patriarcal e dominante do homem sobre a mulher.

Ademais, em algumas notícias das quais foram listadas as concordâncias acima (Tabelas 6 e 7), as agressões cometidas pelo marido são “justificadas” com algum vício. Vejamos alguns trechos⁴⁶ dessas notícias.

- (1) *Segundo a dona de casa, ela saiu junto com a cunhada, o filho de dois anos – fruto de outro relacionamento – e um amigo da criança, para lanchar. Ela diz que pegou R\$ 50 e ficou de trazer comida para o marido. Quando chegou em casa, C. estava embriagado e bastante alterado. (Linha 7 - Tabela 7: A Gazeta -15-09-13: Marido espanca mulher grávida de 4 meses).*
- (2) *A balconista de 27 anos também foi espancada pelo marido, que estava alcoolizado. (Linha 16 – Tabela 7: A Gazeta-14-05-13: Marceneiro preso por atear fogo nas roupas da mulher).*
- (3) *A vítima disse que essa foi a terceira vez que apanhou do marido e que ele sempre fica agressivo quando bebe. (Linha 20 – Tabela 7: A Gazeta-06-02-13: Rapaz espanca mulher e leva tiro).*
- (4) *A vendedora disse, em depoimento à polícia, que o marido chegou em casa embriagado e a acusou de traição. (Linha 5 – Tabela 8: A Tribuna-29-10-13: Marido briga por mulher e mata cadela por vingança).*

Nesses fragmentos, observamos que as agressões são justificadas pelo vício do marido, que estava sob o efeito de bebida alcoólica. Já nos próximos trechos, a

⁴⁶ Todos os fragmentos de notícias citados neste capítulo serão enumerados para facilitar a localização dos mesmos durante as análises.

agressão foi motivada pelo fato de o marido ser usuário de drogas ou, ao mesmo tempo, de bebida alcoólica e drogas.

- (5) *Em seu depoimento, a faxineira diz que o marido é usuário de drogas e que já foi preso por bater na ex-mulher.* (Linha 13 - Tabela 7: A Gazeta-19-03-13: Grávida de 7 meses apanha e denuncia marido.
- (6) *Quando cheguei em casa, vi que o meu marido estava sentado no sofá assistindo televisão. Percebi logo que ele estava bêbado e drogado, pois ele usa cocaína.* (Linha 3 – Tabela 8: A Tribuna-24-09-13: Marido atira contra a mulher e mata gato).
- (7) *Há anos que a gente enfrenta brigas e ele sempre alterado por causa das drogas e do álcool.* (Linha 9 – Tabela 8: A Tribuna-02-04-13: Marido joga a mulher do 2º andar).

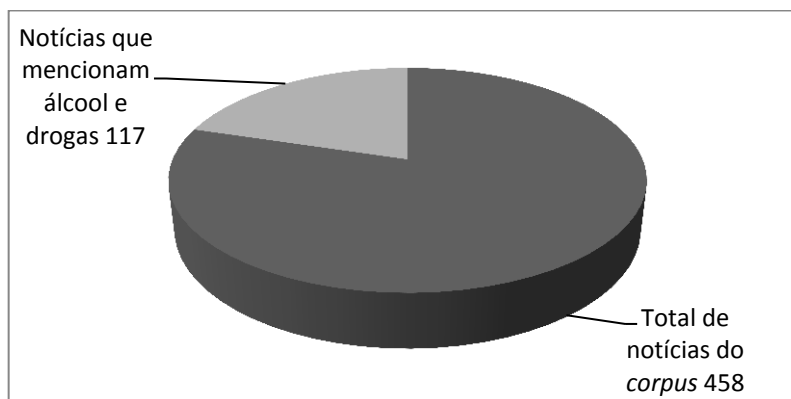
Torna-se relevante destacar que os motivos das agressões mostrados nos fragmentos dessas notícias sempre são apresentados na voz da vítima, com o uso dos verbos introdutórios de opinião, e aparecem ora em discurso indireto, como: “A faxineira disse...”; “A vendedora diz...”; “A vítima disse”, ora em discurso direto, como: “Percebi logo que ele estava bêbado...”; “e ele sempre alterado por causa das drogas...”. Tais “justificativas” transferem a responsabilidade das atitudes do marido para o vício e isso é ratificado não só pelo jornal, mas pela própria vítima.

Essa dinâmica narrativa tem dois desdobramentos: primeiro, que a violência de gênero é ocultada em detrimento da violência ocasionada pelo álcool e pelas drogas. Isso desvia o foco do leitor em relação ao problema que temos em nossa sociedade, que é a violência contra a mulher, e ajuda a construir uma representação social estereotipada acerca desse assunto, já que os modelos mentais dos indivíduos são construídos a partir da informação: os vícios são responsáveis pelos atos agressivos; segundo, que essa construção discursiva nos faz refletir acerca da verdadeira “influência” que as drogas e o álcool exercem nos casos de violência de gênero e, a partir disso, poderíamos questionar: afinal, o álcool e a droga são elementos motivadores ou desencadeadores da violência de gênero?

De antemão, defendemos que o álcool e a droga são elementos desencadeadores e não motivadores dessa violência. As justificativas para essa tese serão elencadas no decorrer deste capítulo. Contudo, mesmo verificando que esses vícios “atuam” apenas como desencadeadores, cabe ressaltar, que eles estão presentes em muitos

casos de violência relatados nas notícias do nosso *corpus*, já que das quatrocentas e cinquenta e oito (458) notícias analisadas, cento e dezessete (117) notícias relacionam os casos de agressão ou homicídio de mulheres com o álcool e as drogas (cocaína, crack, etc.). Essa representatividade é ilustrada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Índice de notícias que relacionam a violência de gênero ao álcool e às drogas.



Dessa forma, observamos que há uma relação próxima entre esses casos de agressão, as drogas e o álcool, entretanto, esse fator não é predominante em nosso *corpus*, uma vez que temos outros dados mais proeminentes do que esse. Como argumentado anteriormente, essa discussão será retomada em nossas análises durante este capítulo.

Podemos observar que a escolha do item lexical “marido” é decorrente do tipo de relação afetiva estabelecida com a vítima e que, semanticamente, essa palavra denota uma relação positiva, já que esse termo também significa esposo ou cônjuge. Entretanto, quando o marido comete alguma agressão, não lhe é atribuído um sentido negativo, já que a responsabilidade da ação é transferida para o vício. Isto é, ocorre uma terceirização da culpa, na qual a narrativa deixa pressupor que o problema maior é o vício do agressor. Essa prática discursiva relativiza o viés criminal e coloca no cenário da violência uma terceirização do dolo. Um estudo mais detalhado acerca dessa estratégia é feito no artigo “Marcadores discursivos e modos de operação da ideologia em autos de prisão sobre violência conjugal” (TOMAZI; NATALE; EFFGEN, 2015).

Além disso, verifica-se na Tabela 7 (notícias de *A Tribuna*), que o item lexical “marido” é empregado no início de todas as vinte (20) primeiras frases relacionadas pela ferramenta Concordância, do programa *WordSmith Tools*. Já na Tabela 6 (notícias de *A Gazeta*), isso não ocorre. Entendendo que a ferramenta de concordância apresenta a palavra procurada no centro dos sintagmas, podemos inferir que, na Tabela 7, as orações listadas referem-se às manchetes do jornal *A Tribuna*. Noutros termos, podemos afirmar, a partir das orações apresentadas nessas tabelas e nas análises qualitativas, que o jornal *A Tribuna* emprega em suas manchetes sobre casos de violência contra a mulher, o item lexical “marido” no início das orações com maior frequência do que o jornal *A Gazeta*.

A seguir, estudaremos como ocorre a representação do agressor a partir dos vocábulos “suspeito” e “acusado”.

5.1.1.2 O “Suspeito” e o “Acusado”

Os itens lexicais “suspeito” e “acusado” correspondem a um índice de frequência em nosso *corpus* de 39,55% (*A Gazeta*) e 60,51% (*A Tribuna*), respectivamente. Embora o nosso objetivo não seja comparar dados entre os dois jornais, é interessante ressaltar o emprego distinto dos dois vocábulos, que aparecem entre os cem (100) itens lexicais mais utilizados.

Tabela 8 - Linhas de concordância do item lexical “suspeito” em *A Gazeta*

N	Concordance
1	O adolescente de 17 anos <u>suspeito</u> de matar a namorada,
2	uma, uma estudante de 15 anos; <u>suspeito</u> está foragido Uma
3	lavrador Edson Rossi, 37 anos, <u>suspeito</u> de matar a enteada,
4	que era vizinho da aposentada. <u>SUSPEITO</u> Segundo a polícia o
5	O soldador aposentado, <u>suspeito</u> de manter a mulher de
6	Preso casal <u>suspeito</u> de matar grávida Joab
7	A vítima contou que vive como <u>suspeito</u> há 18 anos e é
8	aposentado pela Polícia Civil como <u>suspeito</u> de ter matado a aposentada
9	investigações apontaram Joab como <u>suspeito</u> do assassinato. Isso
10	procuram pistas de paradeiro de <u>suspeito</u> na casa de parentes
11	ex-marido Ela teria apanhado do <u>suspeito</u> em plantação de eucalipto
12	tentou ouvir a versão do <u>suspeito</u> , mas não obteve forma
13	policiais que fossem à casa do <u>suspeito</u> para solicitar a
14	são alvos da perseguição do <u>suspeito</u> . Somente entre as 19h

15 a foto e dados pessoais do suspeito, na tentativa de localizar
 16 demonstraria o desrespeito do suspeito ao sexo feminino. Ele
 17 A polícia foi até a casa do suspeito na madrugada de ontem
 18 e conversaram como tio do suspeito. Ele disse que o sobrou
 19 exame raio-x da face. A mãe do suspeito também precisou de
 20 para divulgar a foto do suspeito, agora lançou uma campanha

Tabela 9 - Linhas de concordância do item lexical “acusado” em *A Tribuna*

N	Concordance
1	<u>Acusado</u> de mandar matar mulher
2	preso em 21 de agosto de 2011, <u>acusado</u> de violência doméstica
3	L. P. B., 23, <u>acusado</u> pela polícia de ser o
4	autônomo A. P., 35, <u>acusado</u> do crime. Anderson
5	C. T. G., 38, <u>acusado</u> de tentativa de homicídio
6	provas O pedreiro de 41 anos, <u>acusado</u> pela polícia de matar
7	começou quando ela revelou ao <u>acusado</u> que a gestação era
8	à Mulher (DHPM), chegou ao <u>acusado</u> após denúncias anônima
9	nas costas no portão de casa. <u>Acusado</u> é ex-namorado da vítima
10	27 anos, o J. C., <u>acusado</u> pela polícia de matar
11	preparava para fazer cirurgia <u>Acusado</u> de espancar a mulher,
12	Comerciante <u>acusado</u> de atirar na mulher
13	de Triagem de Viana (CTV). <u>Acusado</u> ameaça se matar Depois
14	dele no crime”, disse. <u>Acusado</u> pode ficar com sequela
15	para divulgar as fotos do <u>acusado</u> . O crime ocorreu na madrugada
16	os filhos na casa do irmão do <u>acusado</u> . “Na casa do meu cunhado
17	após uma crise de ciúmes do <u>acusado</u> . A jovem levou chutes
18	mas acabaram apanhando do <u>acusado</u> . A mulher conseguiu
19	pressão e bateu na cabeça do <u>acusado</u> , que pegou a tampa da
20	desde maio, estava separada do <u>acusado</u> . Ela ainda disse que

Iniciaremos as nossas considerações a partir do vocábulo “suspeito” empregado nas notícias de *A Gazeta*.

Podemos verificar que a maioria das notícias listadas na Tabela 8 emprega o termo “suspeito” para se referir ao agressor. O vocábulo “suspeito” é geralmente usado para se referir a indivíduos que cometem crimes até que se prove que essas pessoas são realmente culpadas. Dessa forma, o uso do item lexical “suspeito” no lugar de “agressor” ou “culpado” tem um respaldo jurídico, uma vez que está previsto no Art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória”. Isto é, toda

pessoa é tida como suspeita até que se prove, mediante provas ou evidências cabais, que ela é a autora do ato criminoso.

Entretanto, verificamos que em alguns casos o uso da palavra “suspeito” é feito de maneira generalizada e mesmo quando, juridicamente, é evidenciada a culpa pela ação criminal, o perpetrador continua sendo nomeado apenas como “suspeito”. Vejamos, a seguir, trechos de algumas notícias listadas acima, na Tabela 8, que apresentam essa constatação.

(8) *O adolescente de 17 anos, suspeito de matar a namorada, a estudante L. L. de S., 22, apresentou-se, na tarde de ontem, na Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), em Vitória. Ele prestou depoimento e foi liberado em seguida (...). O rapaz, que é estudante do ensino médio e estagiário da Procuradoria-Geral do Estado, estava acompanhado dos pais e do advogado. (...) Em depoimento, o estudante disse que limpava a arma quando houve um disparo acidental, (...). (Linha 1 – Tabela 9: A Gazeta-29-08-13: Estudante diz que matou por acidente).*

(9) *Depois de ser brutalmente espancada, P. F. B., 29 anos, morreu no Hospital São Camilo, em Aracruz, na noite do último sábado. O principal suspeito do crime é o ex-marido dela, o assessor político E. P. dos R., 30, que chegou a ser preso, mas pagou fiança de R\$ 3 mil e foi liberado. (...) Antes disso, segundo o irmão da vítima, P. teria contado o que havia acontecido para uma enfermeira. “Ela falou que o ex-companheiro a levou para uma plantação de eucaliptos e a espancou”, disse P.. (Linha 11 - Tabela 9: A Gazeta-06-08-13: Mulher de 29 anos morre depois de ser espancada pelo ex-marido).*

Nesses dois fragmentos de notícias, temos a evidência de que o “suspeito” é o “agressor”, já que, no trecho (8), o agressor confessou o assassinato: “*Em depoimento, o estudante disse que limpava a arma quando houve um disparo acidental*” e, no trecho (9), o agressor foi preso e pagou fiança: “*O principal suspeito do crime é o ex-marido dela, o assessor político E. P. dos R., 30, que chegou a ser preso, mas pagou fiança de R\$ 3 mil e foi liberado*”. Contudo, mesmo após essas constatações, o assassino e o agressor continuam sendo referidos apenas como “suspeitos”.

Nessas circunstâncias, entendemos que, embora se tenha uma preocupação em seguir alguns padrões léxicos jurídico-legais ao nomear esses atores sociais,

apreendemos que nos dois casos relatados, trechos (8) e (9), há uma incoerência na escolha lexical utilizada para nomeá-los. Explicamos: como se tratam de crimes enquadrados na Lei Maria da Penha, área penal, quando o indivíduo é nomeado “suspeito” ou “indiciado” significa que contra ele ainda não foram reunidos indícios suficientemente sérios para ser considerado “arguido”, o que não é o caso dos homicidas nos fragmentos (8) e (9). Já o termo “arguido”, que é todo aquele contra quem corre determinado inquérito ou contra quem existe a suspeita fundada da prática de um crime no processo penal, que pode ter sido detido em flagrante ou não, poderia sim ser aplicado aos casos acima, já que tais casos ainda estão em fase de inquérito.

Essa descrição de ator social minimiza a ação criminosa do indivíduo, especialmente quando somada às informações de que, após prestar depoimento ou pagar fiança, os homicidas foram liberados ou soltos. Assim, esse tipo de descrição reforça o estereótipo de agressores impunes em nossa sociedade, porque, após cometer os crimes, os perpetradores continuam sendo apenas “suspeitos”.

É interessante ressaltar que, no trecho (8), a “anulação” da culpa do homicida é feita desde a manchete, que diz: “Estudante diz que matou por acidente”, na qual é posto em ênfase o fato de o homicídio ser doloso e não culposo. Essa atenuação da culpa é, então, reforçada no texto da notícia que, além de dizer que o disparo foi acidental, refere-se ao homicida, ao longo da narrativa, como “adolescente”, “rapaz” e “estudante”, que são itens lexicais que fazem referência a um “cidadão de bem”.

Cabe notar, ainda, que o termo “agressor” é citado dezenove vezes na Lei Maria da Penha para se referir aos perpetradores da violência contra a mulher, ao passo que os termos “suspeito” e “acusado” não são mencionados em nenhum momento. E, mesmo no Artigo 12, que se refere às medidas adotadas pela autoridade policial após o registro da ocorrência, ou seja, fase de inquérito, o termo “agressor” é utilizado reiteradamente.

Em seguida, procedemos à discussão do uso do vocábulo “acusado” pelo jornal *A Tribuna*, descrito na Tabela 9. A partir da lista de concordâncias, podemos destacar os seguintes trechos de notícias:

(10) *O pedreiro K. N. dos S., de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, no bairro Corsanto, em Laranjeiras Velha, na Serra, acusado de degolar a mulher, El. S. C., no dia 29 de dezembro. Ele confessou o crime à polícia, e disse que estava sendo ameaçado de morte pela vítima. Ele informou ainda que não está arrependido e que se tivesse que voltar no tempo faria tudo novamente.* (Linha 8 – Tabela 10: A Tribuna-06-01-13: Pedreiro confessa que degolou a mulher).

(11) *Uma dona de casa de 23 anos, que está grávida de quatro meses, foi espancada pelo ex-marido, um motorista de 28 anos, após ela ter ido até a casa de um amigo. (...) A dona de casa contou para polícia que ficou casada por um ano com o motorista C. V. O. e que já foi agredida várias vezes por ele, por ciúmes. Porém, desde maio, estava separada do acusado. Ela ainda disse que tinha uma medida protetiva de urgência contra o acusado. (...) Na delegacia, ele confessou que agrediu a ex-mulher por ciúmes e disse que cometeu a agressão após ingerir bebida alcoólica.* (Linha 20 – Tabela 10: A Tribuna-15-09-13: Grávida apanha do ex-marido por ciúmes).

Nesses fragmentos também verificamos o emprego do termo “acusado” em detrimento de “agressor”. Nos dois trechos (10) e (11), o homicida e o agressor confessaram o crime à polícia e, mesmo assim, foram nomeados como “acusados”. Nesses casos, os réus são de fato culpados. Ainda que justifiquem suas atitudes com alguma circunstância atenuante, como no trecho (10) em que o homicida alega que estava sendo ameaçado de morte pela vítima e no fragmento (11), no qual o agressor diz ter cometido a violência sob efeito de bebida alcoólica, a culpa pelos atos criminosos e violentos não deixa de existir. Nesses casos, somente a pena poderá ser atenuada se o juiz entender que tais circunstâncias, de fato, ajudaram a desencadear os crimes.

Além disso, também no trecho (11), a vítima, espancada pelo ex-marido, possuía uma medida protetiva de urgência contra o agressor. Isso é relatado na notícia e revela o estado de vulnerabilidade em que vivem as mulheres em situação de violência, já que mesmo com uma medida protetiva, a vítima foi espancada pelo ex-marido.

Além do reforço desse tipo de estereótipo contribuir para a perpetuação da imagem de agressor impune, ele também pode ajudar como um elemento desmotivador para realização de novas denúncias por mulheres em situação de violência. Isso porque, a partir desses discursos, adquirimos um conhecimento acerca desses atores sociais

e construímos uma representação social inteiramente relacionada à impunidade. Ou seja, a partir desses discursos, construímos modelos mentais sobre o ator social “agressor impune” e isso resulta em uma não denúncia.

A partir dessas análises, já verificamos a construção de representações sociais estereotipadas em dois níveis: no individual e no social. O individual está relacionado ao agressor, que comete a violência e transfere a responsabilidade do ato para algum vício ou “acidente”. E o social ao estado ou à instituição, que “falha” ao não conseguir proteger a vítima contra novas agressões.

5.1.1.3 O “Homem” e o “Namorado”

Neste tópico, investigaremos mais dois vocábulos que se referem ao “agressor”, que são: “homem” (36,72%) e “namorado” (16,30%) em *A Gazeta* e *A Tribuna*, respectivamente. Vejamos, a seguir, as linhas de concordâncias geradas a partir da busca desses dois itens lexicais em nosso *corpus*:

Tabela 10 - Linhas de concordância do item lexical “homem” em *A Gazeta*

N	Concordance
1	<u>Homem</u> é preso por ameaçar a ex-mulher
2	Atropelamento ocorreu após <u>homem</u> acelerar e derrubar moça
3	“Ele dizia que eu ia atrás de <u>homem</u> ”. As discussões eram na
4	de Vitória para Cachoeiro <u>homem</u> acusado de matar a ex-namorada
5	CARAPEBUS <u>Homem</u> ameaça colocar fogo em casa
6	CARIACICA <u>Homem</u> bate na mulher e tenta esganar
7	ontem em Colatina. Além desse <u>homem</u> , outro agressor também
8	de 30 anos, se separou do <u>homem</u> (um engenheiro) com o
9	morta Polícia não encontrou <u>homem</u> e espera que ele se
10	prisão preventiva, já que esse <u>homem</u> descumpriu a medida protetiva
11	JOÃO NEIVA <u>Homem</u> espanca mulher com tábua
12	reconhecido a vítima e atirado nela; <u>homem</u> foi baleado no joelho
13	Ao acessar as mensagens, o <u>homem</u> descobriu que estava sendo
14	a fez ter certeza de que o <u>homem</u> pretendia matá-la no
15	o são dependentes químicos. O <u>homem</u> a teria mandado sair de
16	De acordo com os policiais, o <u>homem</u> mora em Vila Velha, onde
17	O problema é cultural, onde o <u>homem</u> acha que a mulher é patrimônio
18	a usada para cortar carnes. O <u>homem</u> está foragido, e foi o
19	ir de casa. Não satisfeito, o <u>homem</u> então começou a acariciar
20	A mulher morreu no local e o <u>homem</u> foi socorrido por uma ambulância

Tabela 11 - Linhas de concordância do item lexical “namorado” em *A Tribuna*

N	Concordance
1	<u>Namorado</u> espanca e rouba carro
2	<u>Namorado</u> degolou cão A cadelinha
3	a para falar sobre o assunto. <u>Namorado</u> tentou sair sozinho a
4	quatro pneus do carro do atual <u>namorado</u> da ex, uma analista d
5	o veículo, pegou o celular do <u>namorado</u> e jogou no chão. Com
6	enfermeira vasculha celular do <u>namorado</u> e é espancada A madrugada
7	espera pela recuperação do <u>namorado</u> dela, o autônomo Ande
8	enfermeira pegou o celular do <u>namorado</u> e se deparou com uma
9	seguida, ela foi até a casa do <u>namorado</u> para pegar seus pertences
10	18 anos levou vassouradas do <u>namorado</u> , o auxiliar de elétrica
11	a no domingo, às 17 horas, do <u>namorado</u> , o repositor Raner
12	Jupiara estava na companhia do <u>namorado</u> , um empresário de 45
13	quebrado e sorrindo ao lado do <u>namorado</u> , o autônomo Anderson
14	depois que levou tijoladas do <u>namorado</u> , um pedreiro, em
15	empresária de 36 anos apanhou do <u>namorado</u> , de 19 anos. Ele ficou
16	degolou o animal. Com medo do <u>namorado</u> , a técnica de segurança
17	A vendedora se soltou do <u>namorado</u> e foi até a rua para
18	autônoma deu um tapa no rosto do <u>namorado</u> . Ele perdeu o controle
19	Quando ela foi até a casa do <u>namorado</u> , em Jardim Camburi,
20	Garota leva pauladas do <u>namorado</u> em Itapoã Darlan Ribeiro

Esses dois vocábulos (homem e namorado) aparecem em quarto lugar na Tabela 5, produzida a partir dos itens lexicais mais frequentes para se referir ao agressor em nosso *corpus*. Por uma questão metodológica, procederemos primeiro à análise do emprego de “homem” para depois analisarmos “namorado”.

Na Tabela 10, verificamos que as linhas de concordância mostram que a palavra “homem” é, na maioria das vezes, empregada para descrever o acusado e colocá-lo como atuante da agressão, como em:

(12) *Homem é preso por ameaçar ex-mulher. Um homem foi preso por agressão, ontem à tarde, após ameaçar a ex-companheira em Vila Batista (...).* (Linha 1 - Tabela 11: A Gazeta-01-04-13: Homem é preso por ameaçar ex-mulher).

(13) *Uma cuidadora de idosos de 44 anos foi agredida e ameaçada de morte pelo marido, o pintor português C. dos S. F., 38, com quem convivia há quatro anos. O homem disse que explodiria a casa da família, em Balneário Carapebus, na Serra, cortando a mangueira de gás.* (Linha 5 - Tabela 11: A Gazeta-15-09-13: Homem ameaça colocar fogo em casa).

- (14) *Um homem foi preso depois de agredir a mulher e estuprá-la na tarde de terça-feira, na Serra. Uma filha do casal, de 12 anos, também foi abusada sexualmente pelo pai. O acusado ainda manteve toda família em cárcere privado.* (Linha 19 - Tabela 11: A Gazeta-14-02-13: Homem preso por estuprar a mulher e a filha).

Nesses três casos (trechos (12), (13) e (14)), a palavra “homem” se refere ao agressor “marido” ou “ex-marido”, ou seja, não estamos falando de um agressor desconhecido, mas de alguém familiar. Contudo, semanticamente, o emprego do vocábulo “homem” nos sugere alguém estranho, já que, em se tratando de violência de gênero, temos modelos mentais completamente diferentes para o ator social “marido” e para o ator social “homem”. Isto é: quando as notícias relatam que uma mulher foi violentada por um homem, logo imaginamos que a vítima pode ter sido abordada na rua ou em algum local fora de seu ambiente familiar e que tenha sido agredida por um estranho. Por isso, raramente, relacionamos esse “homem” a alguém familiar à vítima, salvo quando a notícia utiliza esses termos como sinônimos, como nos exemplos acima.

Contudo, tratar esses atores sociais (marido e homem) como sinônimos resulta na falta de caracterização ou descrição específica do agressor, já que o emprego do item lexical “homem” nos ajuda a construir uma representação social de um agressor imprevisível e com ações inesperadas, uma vez que “homem” se refere a alguém desconhecido. O fragmento (14) reflete bem esse problema: na manchete, temos “Homem preso por estuprar a mulher e a filha”, nesse caso, inferimos que a palavra “homem” se refere aos papéis sociais “marido” e “pai” porque, em seguida, é dito que se trata da mulher e da filha. Contudo, para se referir ao agressor é utilizado o item lexical “homem” e não “marido”. Em seguida, evidenciamos a continuação do emprego da palavra “homem” no *lead* que depois é substituído por “pai”, “acusado” e “suspeito”. Vejamos: “Um homem foi preso depois de agredir a mulher e estuprá-la na tarde de terça-feira, na Serra. Uma filha do casal, de 12 anos, também foi abusada sexualmente pelo pai. O acusado ainda manteve toda família em cárcere privado. A mulher conseguiu fugir de casa e foi direto para a delegacia pedir ajuda aos policiais. Ela tem seis filhos com o suspeito”. Isto é, verificamos que, primeiro o

agressor é representado como “um estranho”, depois como “pai”, em seguida como “acusado” e, por fim, como “suspeito”. Noutros termos, em nenhum momento ele é tratado como o marido da vítima.

Já no fragmento (15), o emprego do item lexical “homem” assume outro efeito de sentido, pois é utilizado para se referir a “outro homem”, ou seja, ao possível amante da vítima. Vejamos:

(15) *As agressões começaram no início do casamento, quando ela tinha 28 anos. Sandra*, 62, lembra nitidamente. “Era uma violência psicológica com xingamentos, humilhação e indiferença”, conta. O marido, que era alcoólatra, não aceitava que ela frequentasse a igreja. “Ele dizia que eu ia atrás de homem”. As discussões eram na frente dos filhos. Há seis anos, após ser agredida fisicamente, ela resolveu ligar para disque-denúncia e procurar ajuda. Nunca mais voltou para casa e recomeçou a vida em outro bairro (Linha 3 - Tabela 11: A Gazeta-14-04-13: Violência doméstica: elas viram o amor se transformar em medo).*

Aqui, o vocábulo “homem” indica não um homem que possa ter cometido a agressão, mas “outro homem” com quem o agressor diz que a vítima mantém um relacionamento. Esse efeito de sentido é construído na própria voz da vítima que, usando um verbo introdutor de opinião, “ele dizia”, fala que foi agredida pelo marido por ele pensar que ela o traía. Entretanto, também nesse trecho (15), o item lexical “homem” não é empregado para se referir a alguém estranho à vítima, mas ao seu possível amante. Essa prática discursiva ajuda a “justificar” a ação agressiva do marido que, “motivado” por sentimentos causados pela infidelidade da mulher, não é mais visto como alguém que cometeu violência de gênero, mas sim, como uma pessoa que tentou manter sua “honra”.

Podemos também destacar a manchete da notícia desse trecho (15): “Violência doméstica: elas viram o amor se transformar em medo”. Do ponto de vista cognitivo-discursivo, a expressão “violência doméstica” é personificada, já que ela é apontada como o elemento motivador do sofrimento. Ao passo que a vítima é apresentada claramente pelo pronome “elas”. Isso ilustra que temos uma definição bem clara das vítimas de violência de gênero, mas não temos essa mesma definição em relação aos agressores, que, muitas vezes, são omitidos nas manchetes. No caso da manchete da notícia do trecho (15), é possível inferir, a partir do emprego da

expressão “elas viram o amor se transformar em medo”, que os agressores são indivíduos familiares às vítimas, ou seja, perpetradores conhecidos, uma vez que a transformação do “amor” em “medo” denota uma mudança na relação afetiva. Essa estrutura (des)enfatiza ou oculta os atores sociais (agressores) e os substituem por uma nominalização: a violência doméstica. Nesse sentido, violência doméstica passa a ser a “responsável” pelas ações e não o agressor. O resultado disso é a perpetuação de um estereótipo de vítima passiva, que não possui ações ativas em relação à violência e de um agressor não identificado pela sociedade.

Ainda no trecho (15), podemos destacar o subtítulo da notícia, que diz: “A cada quinze segundos, uma mulher é agredida no Brasil. A cada duas horas, uma é morta. O Espírito Santo é o estado que mais mata no país”. Nas duas primeiras orações do subtítulo, verificamos o emprego da estrutura passiva, em que há a omissão do agente, isto é, do agressor. Já na terceira oração, evidencia-se, novamente, uma personificação ao dizer que o “Espírito Santo” é o estado que mais mata mulheres no Brasil.

A partir disso, lançamos, aqui, alguns questionamentos: por que não definir ou descrever esses agressores? Qual a importância em descrever o perfil dos perpetradores de violência de gênero contra a mulher no ES?

No próximo tópico, analisaremos as palavras que possuem morfema prefixal “Ex-”, como ex-marido, ex-namorado, ex-noivo, ex-companheiro, etc. Durante essa análise, discutiremos os questionamentos levantados no parágrafo anterior com intuito de chegarmos a algumas conclusões.

5.1.1.4 O “Ex-” agressor

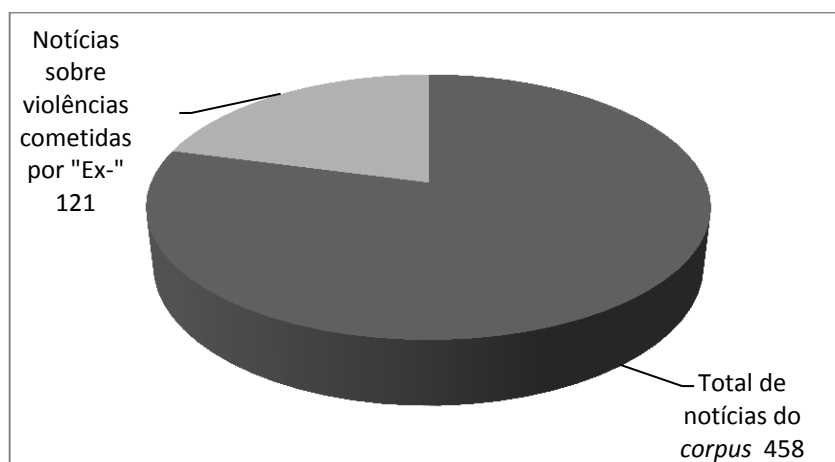
Conforme já argumentado no tópico 5.1.1 deste capítulo, verificamos uma quantidade expressiva de violências cometidas por companheiros e ex-companheiros no momento da construção do nosso *corpus*, já que das seiscentas e quatro (604) notícias coletadas, quatrocentas e cinquenta e oito (458) tratam de violências cometidas por esses perpetradores.

Contudo, ao analisar apenas os casos de violências cometidas por “Ex-” (ex-marido, ex-namorado, ex-noivo, ex-companheiro, etc.) temos, de acordo com a Tabela 5, um percentual de 40,68% em *A Gazeta* e 32,97% em *A Tribuna*.

Se analisarmos as quatrocentas e cinquenta e oito (458) notícias que tratam de violências cometidas por companheiros e ex-companheiros e calcularmos a representatividade de violências cometidas apenas por “Ex-”, teremos o seguinte resultado: cinquenta e três (53) notícias (*A Gazeta*) e sessenta e oito (68) notícias (*A Tribuna*). Nesse caso, o total cento e vinte e um (121) casos de agressões cometidos por “Ex-”.

O gráfico, a seguir, ilustra esses dados:

Gráfico 2 - Índice de notícias que relatam casos de violência cometidos por “Ex-”.



É importante discutir que o prefixo “Ex-”, empregado nas palavras marido, namorado, noivo, companheiro, etc., carrega consigo significado do fim de um relacionamento, portanto, inferimos que houve uma ruptura de uma ligação afetiva. Contudo, na maioria das vezes em que as notícias relatam agressões cometidas por agentes com o morfema prefixal “Ex-”, o agressor é apresentado como alguém que está em situação de abandono e, por esse motivo, age violentamente. Vejamos alguns exemplos:

- (16) *A estilista C. F. C. R., 28 anos, foi morta a tiros na madrugada de ontem, em Baixo Guandu, Noroeste do Estado. (...) Segundo a Polícia Militar, o principal suspeito do assassinato é o ex-namorado da jovem, J. F. F., 27, conhecido por J. C., que não estaria aceitando o fim do relacionamento. (Gazeta-15-08-13: Estilista é morta em Baixo Guandu, suspeito é ex-namorado).*
- (17) *O motorista J. G. dos S., 33 anos, é acusado de esfaquear várias vezes a ex-mulher, A. P. X. R., 27, e, depois, golpear o próprio peito com a arma do crime. (...) J. não estaria aceitando o fim do relacionamento e foi à casa de A. P. na noite de domingo. (Gazeta-19-02-13: Motorista esfaqueia ex-mulher).*
- (18) *Por não aceitar o fim do relacionamento de um ano e três meses, um eletricista de 43 anos espancou a ex-mulher, um atendente de 30 anos, no Bairro das Laranjeiras, em Jacaraípe, na Serra. (Tribuna-02-11-13: Eletricista dá socos e chutes na ex-mulher).*

Esse estereótipo dominante, de homem abandonado, parece atenuar as agressões que o “Ex-” pratica em relação à esposa, namorada, etc. e transforma a atitude agressiva em uma ação “amorosa”. Entretanto, o que é apresentado como amor ou uma ação desesperada para se “resgatar” o amor, não é nada mais do que uma intolerância em relação à situação de término do relacionamento.

Outro problema identificado em nossas análises, como nos trechos (16) e (17), especialmente quando os agressores são o “ex-marido”, o “ex-namorado”, é o fato de as notícias citarem o nome completo desses agressores e, às vezes, da vítima. Esse tipo de descrição de ator social pode ter consequências imprevisíveis, por exemplo, expor a vítima, a sua família e, ainda, sujeitá-la a uma situação de violência fatal, como ocorre nos casos de assassinatos motivados por vingança em que a vítima é morta por ter denunciado o agressor. Para exemplificar essa discussão, apresentamos, a seguir, alguns trechos de notícias que citam nomes completos. Para não incorrer no mesmo erro, cuidamos de mostrar apenas as iniciais dos nomes completos citados nas notícias.

- (19) *O marceneiro L. S. B., 35 anos, foi detido acusado de jogar a própria namorada do segundo andar da residência dela, no bairro Zumbi dos Palmares, em Vila Velha. (A Gazeta-01-0413: Marceneiro é preso por jogar a namorada do 2º andar).*

- (20) *Um caso de violência doméstica terminou em tiro e duas pessoas feridas na noite de segunda-feira, em Bela Aurora, Cariacica. C. S. S., 26 anos, foi preso acusado de espancar a mulher e tentar atingir um policial militar com uma faca. (A Gazeta-06-02-13: Rapaz espanca mulher e leva tiro).*
- (21) *O ajudante de pedreiro F. da S. A., de 34 anos, foi preso em flagrante após esfaquear a ex-mulher, uma auxiliar de serviços gerais, 22, no início da tarde de ontem, no bairro Tabuazeiro, em Vitória. (A Gazeta-08-11-13: Ajudante de pedreiro esfaqueia ex-mulher na rua).*
- (22) *Uma dona de casa de 18 anos, grávida de cinco meses, foi espancada pelo marido, o vendedor ambulante E. A. M., 20, às 23 horas de quinta-feira, após pedir a separação. (A Tribuna-06-04-13: Grávida pede separação e acaba sendo agredida).*
- (23) *Uma vendedora de 26 anos apanhou do marido, o conferente M. N. da S., que tem a mesma idade, às 20h30 de sábado, em Marcílio de Noronha, Viana, após acusá-lo de infidelidade. (A Tribuna-08-07-13: Vendedora apanha por dizer que marido é infiel).*
- (24) *Uma desavença entre o casal A. A. F., 49 anos, e S. R. dos S. S. O., 44 anos, proprietários de um bar, quase terminou em tragédia na madrugada de ontem, no litoral de Linhares. (A Tribuna-17-02-13: Comerciante acusado de atirar na mulher).*

Esses fragmentos elucidam como a identidade dos envolvidos em casos de violência de gênero é exposta em algumas notícias. Cabe ressaltar que, além de essa prática revelar a identidade da vítima, que na maioria das vezes reluta em denunciar a agressão por medo de escândalos, ela também revela a identidade do agressor, que pode sofrer represálias por suas ações ou, inclusive, ter sua identidade relacionada a um crime de maneira equivocada.

Em todo caso, é de extrema importância deixar claro quem é o agressor e quem é a vítima, mas sem que sejam revelados os seus nomes completos. Aliás, julgamos ser mais relevante definir quem é o agressor, como é o seu comportamento em ambientes sociais e na família, suas atitudes em relação à vítima, etc. Delinear o perfil do agressor ajudaria, por exemplo, a muitas mulheres tomarem consciência da situação de risco em que vivem e incentivá-las a efetuar uma denúncia.

Retomamos, aqui, as perguntas lançadas no tópico anterior, quando questionamos o porquê de as notícias não definirem com clareza o perfil dos agressores no ES. Mais uma vez, destacamos a importância e a necessidade de se definir esses atores sociais para que a sociedade e para que as próximas vítimas possam se prevenir e, até mesmo, reconhecerem-se como vítimas de algum tipo de violência de gênero.

Embora tenhamos elencado apenas alguns exemplos dessa prática discursiva, o índice de notícias que citam nomes completos em nosso *corpus* é muito grande. Das quatrocentas e cinquenta e oito (458) notícias analisadas, cinquenta (50) notícias citam nomes completos e, ainda que algumas delas revelem apenas o nome do agressor, isso já basta para expor a vítima e toda a família, uma vez que a identificação do perpetrador acarreta a identificação da vítima.

Contudo, torna-se importante destacar uma boa prática observada em algumas notícias, que é o fato de elas não apresentarem o nome dos envolvidos e reforçarem, no próprio texto, uma preocupação com a identidade da vítima. Nos fragmentos, abaixo, por exemplo, observa-se essa prática.

(25) *A dona de casa acionou a PM. O acusado fugiu, mas foi encontrado andando de bicicleta na rua. Ele foi levado ao Plantão Especializado da Mulher (PEM), onde confessou o crime. Ele foi autuado por ameaça, não pagou fiança de R\$ 2 mil e foi para o presídio. A reportagem não está divulgando o nome do acusado para preservar a identidade da vítima. (A Tribuna-23-10-13: Vou matar você como eu matei as galinhas).*

(26) *Um gari de 39 anos foi preso em flagrante na noite de domingo, acusado de torturar, ameaçar e manter em cárcere privado a esposa dele, de 22 anos. (...) O nome do agressor não está sendo divulgado para preservar a identidade da vítima. (A Gazeta-01-10-13: Gari preso por torturar a própria mulher).*

Nesses trechos (25) e (26), verificamos o uso das expressões: “A reportagem não está divulgando o nome do acusado para preservar a identidade da vítima” e “O nome do agressor não está sendo divulgado para preservar a identidade da vítima”. Tais construções discursivas constituem exemplos positivos de como a identidade dos envolvidos nos casos de violência de gênero pode ser preservada.

5.1.2 Representação da vítima nas notícias

Para examinar se as notícias apresentam estereótipos de vítima, selecionamos as palavras que representam esse ator social, a partir das listas de frequências de palavras geradas pelo *WordList* (Tabelas 3 e 4), igualmente feito com o agressor no tópico 5.1.1. Dessa forma, identificamos dois itens lexicais que se referem à vítima com maior frequência. Assim, temos os seguintes itens e suas respectivas porcentagens:

Tabela 12 - Itens lexicais que representam a vítima nas notícias de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013.

<i>A Gazeta</i>	<i>A Tribuna</i>
Mulher (87,01%)	Mulher (87,68%)
Vítima (76,84%)	Vítima (73,91%)

Na Tabela 12, verificamos que os itens lexicais utilizados para se referir à vítima são os mesmos em *A Gazeta* e *A Tribuna*. Além disso, há uma grande proximidade entre o percentual desses itens nos dois jornais, como o caso do vocábulo “mulher” que é de 87,01% em *A Gazeta* e 87,68% em *A Tribuna*.

Antes de iniciarmos as análises de cada item lexical apresentados na Tabela 12, é relevante refletir acerca dos vocábulos “mulher” e “marido”, que são os itens mais usados para representar vítima e agressor, respectivamente. A reflexão que propomos consiste em pensar que, se o termo “marido” refere-se a cônjuge ou esposo, por que o termo “esposa” não é utilizado com a mesma frequência ao invés de “mulher”?

Esses questionamentos podem ser respondidos se levarmos em conta questões culturais típicas de sociedades patriarcais. O uso da palavra “mulher” como sinônimo de “esposa” é bem comum em nossa sociedade, sendo algo conhecido e compartilhado por todos. Essa prática discursiva possui um viés cultural no qual a mulher/esposa é tomada como um patrimônio do cônjuge. Logo, quando observamos o emprego do vocábulo “mulher”, não estamos tratando de uma

definição de gênero, mas, geralmente, da pessoa do sexo feminino que é casada ou tem uma relação afetiva com outra pessoa. Por outro lado, isso não ocorre com o vocábulo “homem”, que, na maioria das vezes, é empregado para se referir à pessoa do sexo masculino e não a um cônjuge.

A seguir, discutiremos o emprego de cada item lexical listado na Tabela 12.

5.1.2.1 A vítima “Mulher”

Neste tópico, apresentamos duas tabelas com as vinte (20) primeiras ocorrências da palavra “mulher”, geradas pela ferramenta de concordância *WordList*, a partir das notícias de *A Gazeta* e *A Tribuna*, respectivamente.

Em um primeiro momento, faremos as análises das listagens de *A Gazeta* para, depois, procedermos às análises de *A Tribuna*.

Tabela 13 - Linhas de concordância do item lexical “mulher” em *A Gazeta*

N	Concordance
1	Mulher apanha porque saiu para fumar maconha
2	chegou em casa e teria visto a <u>mulher</u> indo embora com o filho
3	O delegado disse ainda que a <u>mulher</u> não tomou atitude algum
4	acusado de ter espancado a <u>mulher</u> , uma balconista, 27, e
5	não é verdade”. À polícia, a <u>mulher</u> contou que ele começou
6	manter um negócio. Ele e a <u>mulher</u> identificada como Jupiará
7	flagrante depois de agredir a <u>mulher</u> , uma doméstica de 34 anos
8	é casado, mas não conheciam a <u>mulher</u> que estava na companhia
9	2 mil, que estavam com ele. A <u>mulher</u> morreu no local e o homem
10	estiveram no local onde ele e a <u>mulher</u> foram baleados, conversaram
11	separou-se em 2009. Segundo a <u>mulher</u> , dois anos depois, o gerente
12	cultural, onde o homem acha que a <u>mulher</u> é patrimônio dele e pode
13	pesquisa “Violência contra a <u>mulher</u> : feminicídios no Brasil
14	disseram ainda que ouviram a <u>mulher</u> tentando pedir socorro
15	questão da violência contra a <u>mulher</u> . “Como preventivas, pode-se
16	ameaçado entrar na residência. A <u>mulher</u> advertiu o ex-marido
17	o porquê de ter assassinado a <u>mulher</u> dele, L. R. P.
18	“Passei tudo de ruim que a <u>mulher</u> pode passar na mão de
19	inúmeros os motivos que fazem a <u>mulher</u> não querer denunciar agressão
20	norueguês de 41 anos, e a <u>mulher</u> dele, uma pedagoga de

A Tabela 13 ilustra as vinte (20) primeiras linhas de concordâncias com a palavra “mulher” extraídas das notícias de *A Gazeta*. Em todos os casos, o vocábulo “mulher” é empregado para representar a esposa ou a pessoa do outro gênero (feminino) com o qual o homem/marido se relaciona. Assim, conforme já discutido, a palavra “mulher” é usada como sinônimo de “esposa”.

Vejamos alguns trechos das notícias listadas:

(27) *Um ajudante de carga de 31 anos foi preso em flagrante na madrugada de ontem, suspeito de espancar a própria mulher (...). O ajudante contou à polícia que agrediu a mulher porque ela saiu de casa para se drogar e deixou de amamentar o filho do casal, uma criança de 11 meses. (Linha 1 - Tabela 14: A Gazeta-20-06-13: Mulher apanha porque saiu para fumar maconha).*

(28) *Uma garçonete de 26 anos foi agredida pelo próprio marido na frente do filho dela, (...). A garçonete contou à reportagem que tudo começou por causa de uma crise de ciúmes, (...). “Ele chegou dizendo que eu o estava traindo, mas não é verdade”. À polícia, a mulher contou que ele começou a ficar agressivo depois que ela decidiu que ia se separar. (Linha 5 - Tabela 14: A Gazeta-14-07-13: Garçonete é agredida por marido na frente do filho).*

(29) *Ciúmes e desconfiança de que estava sendo traído. Esses foram os motivos apresentados pelo vigilante A. C. S. da P., 44 anos, para tentar dizer o porquê de ter assassinado a mulher dele, L. R. P., 54, no domingo à tarde, (...). (Linha 17 - Tabela 14: Gazeta-26-06-13: Marido diz que matou mulher porque foi traído).*

Os trechos, acima, são fragmentos de algumas das notícias e constituem exemplos importantes para nossa discussão. Nos três fragmentos, verificamos que as estruturas discursivas culpabilizam a mulher pela violência sofrida. No trecho (27), por exemplo, a notícia relata que a mulher foi espancada pelo marido, porque saiu para se drogar e não amamentou o seu filho. No trecho (28), a mulher foi agredida pelo marido, porque ele suspeitava de traição e porque ela queria se separar. Já no trecho (29), a mulher foi assassinada por motivos de desconfiança e ciúmes do marido. Dessa forma, em todos os casos, as notícias relatam os motivos da

violência, que é provocada pelas próprias mulheres, e, depois, descrevem a violência sofrida que, nesse momento, não tem mais importância, já que foi “justificada” pelo comportamento da mulher que é considerado “imoral” ou “inaceitável” pela nossa sociedade.

Essa ênfase no comportamento da mulher, considerado “ruim” em nossa sociedade, ganha também destaque nas manchetes. Na manchete da notícia do trecho (27), por exemplo, encontra-se: “Mulher apanha porque saiu para fumar maconha” e da (29): “Marido diz que matou mulher porque foi traído”. Nesses dois casos, há uma representação social negativa das mulheres que sofreram violência, já que suas atitudes são consideradas elementos motivadores da agressão e do homicídio. Somente na manchete da notícia (28), “Garçonete é agredida por marido na frente do filho”, é que não verificamos esse reforço negativo da imagem da mulher. Contudo, no desenvolvimento dessa notícia, observamos o relato de duas versões da violência na voz da mulher: uma à reportagem: “A garçonete contou à reportagem que tudo começou por causa de uma crise de ciúmes (...)”; e outro à polícia: “À polícia, a mulher contou que ele começou a ficar agressivo depois que ela decidiu que ia se separar”. A ênfase no fato de a mulher ter apresentado “duas” versões sobre o acontecimento a coloca em uma situação duvidosa e sua voz passa a não ter credibilidade para a sociedade, que pode considerá-la responsável pela agressão não só por apresentar versões diferentes, mas por ela desejar a separação e, portanto, ser responsável pelo fim de uma instituição ainda muito preservada em nossa sociedade, como o casamento e a família.

Essas estruturas discursivas ajudam na construção de uma representação social de mulher “provocadora”. Isso está muito relacionado à ideologia patriarcal dominante, que relaciona a violência de gênero ao comportamento “imoral” da mulher e não com a própria violência em si, já que não há motivos que justifiquem a violência de gênero.

A Tabela 14 ilustra as listas de concordância da palavra “mulher” no jornal *A Tribuna*.

Tabela 14 - Linhas de concordância do item lexical “mulher” em *A Tribuna*

N	Concordance
1	<u>Mulher</u> pede para dormir e é espancada
2	<u>Mulher</u> ameaçada de morte após separação
3	<u>Mulher</u> se recusa a ir embora de bar é arrastada
4	<u>Mulher</u> aciona botão do pânico e ex é preso
5	<u>Mulher</u> morde pescoço do marido para fugir
6	<u>Mulher</u> apanha e é esfaqueada em Bicanga
7	<u>Mulher</u> apanha por reclamar de bagunça
8	<u>Mulher</u> manda o marido ir embora
9	<u>Mulher</u> foi torturada e queimada
10	<u>Mulher</u> pede para marido tirar cães de casa e apanha
11	<u>Mulher</u> não faz sexo, demora com a comida e é espancada
12	<u>Mulher</u> chega tarde em casa e leva surra
13	<u>Mulher</u> apanha após descobrir doença
14	<u>Mulher</u> bate no marido em briga
15	<u>Mulher</u> apanha após mandar fotos pelada
16	<u>Mulher</u> é espancada e fica sem o aplique
17	<u>Mulher</u> não consegue ligar botão do pânico e leva surra
18	<u>Mulher</u> apanha do marido ao amamentar
19	<u>Mulher</u> tem <i>megahair</i> arrancado em briga
20	<u>Mulher</u> pede ao marido para não beber e apanha

Os trechos, a seguir, foram retirados da Tabela 14 e constituem alguns exemplos acerca do emprego do item lexical “mulher” em *A Tribuna*.

(30) *Segundo a vítima, o marido tinha exigido que ela fizesse sexo com ele, mas ela se negou. O marido também reclamou que a comida demorou a ficar pronta.* (Linha 11 - Tabela 15: A Tribuna-09-04-13: Mulher não faz sexo, demora com a comida e é espancada).

(31) *Uma dona de casa de 28 anos foi agredida pelo marido, o pedreiro S. da C., 28, por ter chegado tarde em casa, em Santa Marta, Vitória.* (Linha 12 - Tabela 15: A Tribuna-31-03-13: Mulher chega tarde em casa e leva surra).

(32) *Vigilante foi agredida, na Serra, após marido descobrir que ela havia enviado fotos dela nua pelo celular para outros homens. Ela falou que passou a noite de terça-feira bebendo com o marido e que, por volta das 23 horas, eles resolveram dormir. Porém, durante a madrugada, o ferramenteiro acordou a mulher. Ele estava com o aparelho celular dela nas mãos e disse que ele tinha lido mensagens que ela tinha mandado para outros homens.* (Linha 15 - Tabela 15: A Tribuna-14-11-13: Mulher apanha após mandar fotos pelada).

Nesses fragmentos, novamente verificamos a “culpabilização” da mulher pelas agressões sofridas. No trecho (30), a notícia relata que a mulher apanhou por se negar a fazer sexo e demorar com a comida. Já no trecho (31), a dona de casa foi agredida porque chegou tarde em casa. E, por último, no trecho (32), a mulher apanhou, porque enviou fotos nuas para outro homem. Todos esses casos retratam claramente a ideologia de uma sociedade machista e reforçam o estereótipo de mulher “provocadora” da violência.

Também nessas notícias, as manchetes colaboram com a construção de uma representação social negativa da mulher. Na manchete do trecho (30), está: “Mulher não faz sexo, demora com a comida e é espancada”. No trecho (31): “Mulher chega tarde em casa e leva surra”. E, no trecho (32): “Mulher apanha após mandar fotos pelada”. O destaque dessas ações, que são consideradas negativas, ajuda a perpetuar o estereótipo de mulher responsável pela violência que ela mesma sofre. Ademais, os motivos apresentados para as ações violentas dos homens são extremamente típicos de uma sociedade que ainda preserva valores de dominação dos homens sobre as mulheres, como: a mulher se negar a fazer sexo, demorar com a comida, chegar tarde em casa e enviar fotos nuas para outro homem. Nesse mesmo sentido, podemos citar também outros fragmentos da Tabela 14: “Mulher pede para dormir e é espancada” (Linha 1); “Mulher se recusa a ir embora de bar é arrastada” (Linha 3); “Mulher morde pescoço do marido para fugir” (Linha 5); “Mulher bate no marido em briga” (Linha 14). Nesses fragmentos, os verbos de ação (recusar, morder e bater) também são empregados como provocadores de uma reação, que é a agressão sofrida.

Podemos também evidenciar que, na Tabela 14 (notícias de *A Tribuna*), o item lexical “mulher” apareceu no início de todas as vinte (20) primeiras frases relacionadas pela ferramenta Concordância, do programa *WordSmith Tools*, ao passo que o mesmo não ocorreu na Tabela 13 (notícias de *A Gazeta*). Sabendo que a ferramenta de concordância coloca o item lexical buscado no centro dos sintagmas, podemos inferir que, na Tabela 14, as orações elencadas referem-se às manchetes do jornal. Noutros termos, podemos afirmar que o jornal *A Tribuna* inicia suas manchetes sobre casos de violência contra a mulher, empregando a palavra “mulher” no início das orações com maior frequência do que o jornal *A Gazeta*.

Além desses exemplos, podemos ainda citar excertos de outras notícias, não listadas nas Tabelas 13 e 14, que representam a mulher de maneira pejorativa. Destacamos: “Mulher apanha ao se negar fazer sexo com o marido” (A Gazeta-05-10-13) e “Garota de programa recusa sexo ao marido e leva surra” (A Tribuna-05-11-13). Nesses dois casos, fica subentendido que “fazer sexo” é uma obrigação da mulher, especialmente, se sua profissão for garota de programa. Além disso, a mulher é responsabilizada duas vezes pela agressão: primeiro, porque uma mulher/esposa não pode se negar a fazer sexo; segundo, porque, se ela faz sexo com outros homens (garota de programa), então, não pode se negar a fazer sexo com seu marido. É nessa perspectiva que as escolhas lexicais utilizadas para se referir à mulher nessas manchetes e nas notícias em geral podem contribuir sobremaneira para a “culpabilização” das vítimas.

É importante dizer que, na maioria das vezes, a mulher só é agente da ação quando ela atua como “provocadora” do ato violento, isto é, quando ela é responsável (culpada) pela própria agressão sofrida. Entretanto, em outros casos, ela é colocada em uma situação de passividade e, então, é vitimizada, ou seja, apenas receptora das ações.

No tópico seguinte, discutimos com mais clareza esse problema.

5.1.2.2 A “Vítima”

Neste tópico, apresentamos as listas de concordâncias para o item lexical “vítima” em *A Gazeta* e *A Tribuna* com o objetivo de analisar o emprego desse vocábulo nas notícias.

A seguir, apresentamos as Tabelas 15 e 16 com as listagens para depois examinarmos as notícias.

Tabela 15 - Linhas de concordância do item lexical “vítima” em *A Gazeta*

N	Concordance
1	uma hora antes do homicídio, a <u>vítima</u> acionou a Polícia Militar
2	Centro de Triagem de Viana. A <u>vítima</u> foi encaminhada para o

3 Porto Novo. De acordo com a vítima, ela e o marido começaram
4 Conforme o delegado, o suspeito e a vítima foram vistos por uma
5 não satisfeito, agrediu a vítima com uma vassoura. O objeto
6 de denunciá-lo”, afirmou a vítima. Mas conseguiu recupera
7 quebrou as chaves do carro. A vítima confirma que subiu no
8 braços, segundo a polícia. A vítima contou, em depoimento,
9 agressão, em Vitória. Segundo a vítima, ele teria a agredido
10 aconteceu por volta das 2 horas. A vítima contou em depoimento
11 domingo, em Vila Velha. Tanto a vítima como testemunhas contar
12 Bandidos teriam reconhecido a vítima e atirado nela; homem
13 Mas o suspeito, segundo a vítima, não permitiu que ela p
14 Região Serrana do Estado. A vítima, a enfermeira Elizete
15 para o Hospital São Lucas. A vítima foi atendida e recebeu
16 grávida de gêmeos. Na delegacia, a vítima descobriu que o seu ex-
17 drogas. Ele tentou enforcar a vítima, além de agredi-la com
18 frequentava a mesma igreja que a vítima. VISITA Segundo a vizinha
19 segundo a polícia, relatam que a vítima e o suspeito tinham com
20 Em depoimento à polícia, a vítima contou que vive com o

Tabela 16 - Linhas de concordância do item lexical “vítima” em *A Tribuna*

N	Concordance
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20	<p>pedi para ele parar”. Segundo a <u>vítima</u>, o soldador não gostou a Mulher (PEM), em Vitória. A <u>vítima</u> pediu medida protetiva. Santana, Cariacica. Segundo a <u>vítima</u>, o acusado chegou em casa . Disse também que conhecia a <u>vítima</u>, pois era cunhado dela. o com ele, que não aceitou. A <u>vítima</u> contou para a polícia que atendeu a ocorrência, a <u>vítima</u> foi convidada para ir a um eletricista de 42 anos. A <u>vítima</u>, que estava com a menina Torquato, Vila Velha, quando a <u>vítima</u> estava a caminho do cia de um telefone público. A <u>vítima</u> ficou escondida na rua contou o que havia acontecido. A <u>vítima</u> foi encaminhada para o Jacaraípe, na Serra. Segundo a <u>vítima</u>, ela e o marido estão sobrado ovos e açúcar refinado, a <u>vítima</u> decidiu fazer pudim Nova Palestina, em Vitória. A <u>vítima</u> disse que o marido chegou eu carro e a seguiu. Quando a <u>vítima</u> se preparava para entra se que, na verdade, era ele a <u>vítima</u> e que a mulher inventou 23h20 foi o horário que a <u>vítima</u> encontrou os PMs e pedi adolescente, que seguiu com a <u>vítima</u> até a delegacia para a discutir com o namorado. A <u>vítima</u> levou puxões de cabelos , nunca o havia denunciado. A <u>vítima</u> foi encaminhada para o final da tarde de domingo. A <u>vítima</u> não conseguiu usar o</p>

A palavra “vítima” refere-se a uma pessoa que morreu ou que foi maltratada por alguém. O emprego dessa palavra em nosso *corpus* nos remete a uma pessoa que

recebeu uma ação, nesse caso, a mulher que foi agredida ou assassinada pelo companheiro ou ex-companheiro.

Vejamos três exemplos:

- (33) *A estilista C. F. C. R., 28 anos, foi morta a tiros na madrugada de ontem, em Baixo Guandu, (...). O crime foi praticado no portão da casa da vítima, no Centro, por volta da 1h. (Linha 1 - Tabela 16: Gazeta-15-08-13: Estilista é morta em Baixo Guandu, suspeito é ex-namorado).*
- (34) *Uma cozinheira de 29 anos foi espancada e teve o carro roubado pelo namorado, um pedreiro de 21, no bairro Costa Dourada, Serra. A mulher foi agredida após descobrir que o rapaz era usuário de drogas. Ele tentou enforcar a vítima, além de agredi-la com socos e lajotadas na cabeça. (Linha 17 - Tabela 16: Gazeta-16-03-13: Usuário de drogas bate na namorada).*
- (35) *Uma auxiliar de serviços gerais de 30 anos e os seus filhos, um estudante de 15 e uma criança de 2 anos foram queimados com calda de açúcar derretido, que foi jogada em cima deles pelo marido da vítima, um electricista de 42 anos. (Linha 7 - Tabela 17: Tribuna-21-10-13: Eletricista queima mulher e dois filhos com calda de pudim).*

Nesses trechos, destacamos o lugar que o item lexical “vítima” ocupa no discurso. No fragmento (33), “A estilista C. F. C. R., 28 anos, foi morta a tiros na madrugada de ontem, em Baixo Guandu, (...)”, verificamos que a oração está na voz passiva. Nesse caso, “a estilista” é o sujeito que sofre a ação, ou seja, um sujeito paciente. No entanto, não temos o agente da passiva, já que há a omissão do ator social que comete a ação.

No trecho (34): “Uma cozinheira de 29 anos foi espancada e teve o carro roubado pelo namorado, (...)”, há a presença do sujeito ou o ator social que cometeu a ação, que é o namorado, contudo, ele aparece como agente da passiva e não como sujeito agente. Ou seja, o sujeito (sintaxe) que cometeu a ação é colocado na função semântica de agente da passiva e, assim, sua ação é atenuada. O mesmo acontece no fragmento (35): “Uma auxiliar de serviços gerais de 30 anos e os seus filhos, (...) foram queimados com calda de açúcar derretido, (...)”, no qual a mulher e seus filhos são queimados pelo marido.

Por outro lado, enfatizar negativamente uma reação da mulher diante de um ato violento faz com que ela renuncie a sua passividade e passe a ser responsável pela agressão. Vejamos:

(36) *A vítima contou, em depoimento, que o namorado tentou enforcá-la, durante uma discussão, (...). O acusado, (...) apresentou uma versão diferente da namorada, (...). Ele disse que a professora ficou aparentemente descontrolada após uma briga motivada por ciúmes. Ele apresentava lesão no braço em decorrência de mordida e arranhões nas costas, segundo a delegada. (Linha 7 - Tabela 16: Gazeta-14-08-13: Professora denuncia namorado).*

Nesse caso, quando a notícia relata que, após a denúncia de agressão da namorada, verificou-se que o namorado apresentava “lesão no braço em decorrência de mordida e arranhões nas costas”, há um destaque para uma possível reação da vítima em relação à violência sofrida. A notícia dá um destaque muito grande a isso, o que pode ocasionar a inversão dos papéis dos atores sociais: a vítima passar a ser agressora e o agressor a vítima.

Nesse tópico, discorreremos sobre as estruturas discursivas que colocam as mulheres como culpadas pela agressão, ou seja, numa posição ativa, e das estruturas discursivas que tratam as mulheres de maneira vitimizada, isto é, como atores sociais passivos. A partir dessas reflexões, poderíamos questionar: afinal, as mulheres devem ser representadas como vítimas ou culpadas? A resposta para esse questionamento é: nem uma, nem outra. Noutros termos, a mulher, em situação de violência, deve ser representada como um ator social, que é vítima de uma violência, porém não é um ser passivo, indefeso e incapaz de mudar essa realidade. Ela é vítima de uma violência, mas é capaz de realizar denúncias e mudar a realidade na qual se encontra. Por isso, a necessidade de os jornais apresentarem histórias de mulheres que foram vítimas e não são mais, mulheres que saíram de uma situação de violência e hoje vivem muito melhor e mulheres que tiveram coragem de denunciar as agressões sofridas.

Em nosso *corpus*, verificamos pouquíssimos exemplos de notícias que relatam o desfecho de casos de violência. Um exemplo é o caso de uma jovem, chamada Paola Souza Magnago, 20 anos, que foi assassinada pelo ex-namorado, Leonardo Possato Bento, 23 anos, em Linhares. Esse caso foi relatado pelo jornal *A Gazeta*

desde o seu início até o fim, começando em oito de fevereiro de 2013, com o feminicídio, e finalizado em dois de março do mesmo ano com a prisão do assassino. Outro exemplo, desta vez do jornal *A Tribuna*, foi a tentativa de feminicídio perpetrada por Marcel Castiglione Tristão Guerra, 38 anos, em relação a sua noiva. Esse caso também foi relatado desde o início, em três de janeiro de 2013, até o desfecho, em onze de janeiro de 2013.

Além dessas notícias, tivemos outras vinte e cinco que abordaram temas como, Botão do Pânico⁴⁷, mais policiais para defender mulheres vítimas de violência e divulgação de índices de medidas protetivas de violência no Espírito Santo. Em um *corpus* de quatrocentas e cinquenta e oito (458) notícias, isso pareceu-nos pouco representativo. Esses dados endossam nossa pesquisa e a urgência de se mudar a maneira de apresentar as notícias sobre violência de gênero nos jornais que são veiculados em um estado que lidera o ranking nacional de feminicídios.

5.1.2.3 Gravidez como fator de risco e vulnerabilidade para a violência de gênero

A violência contra as mulheres grávidas, perpetradas por companheiros e ex-companheiros, recebe um lugar de destaque nas notícias que, geralmente, trazem essa informação na manchete. Em nosso *corpus*, observamos um percentual de 10% de notícias que relatam casos de violência contra gestantes. Ademais, verificamos que essas mulheres são vítimas de violência de gênero por serem consideradas socialmente “indefesas” durante a gestação.

Para ilustrar como a vítima grávida é representada, exibimos a tabela, abaixo, com algumas manchetes de notícias veiculadas pelos jornais estudados.

⁴⁷ O Botão do Pânico (BP) é um Dispositivo de Segurança Preventivo (DSP). Trata-se de um microtransmissor com GPS que possui recursos para realizar o monitoramento de áudio e SOS, que estão interligados à Central de Monitoramento DSP. O objetivo do BP é promover mecanismos de prevenção para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, que possuem medidas protetivas. Ao ser acionado, o mecanismo envia um chamado a uma central de monitoramento, que comunica com uma das quatro radiopatrulhas da Guarda Municipal de Vitória, denominadas Patrulha Maria da Penha. Por sistema de monitoramento via satélite (GPS), o equipamento permite à central escutar a conversa entre a vítima e o agressor. Gravado, o áudio pode servir de prova. O projeto foi desenvolvido em convênio entre a Prefeitura de Vitória e o Tribunal de Justiça.

Tabela 17 - A vítima “grávida” nas manchetes de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013.

Manchetes A Gazeta	Manchetes A Tribuna
Grávida 6 meses é agredida pelo marido. (A Gazeta: 04-01-13).	Grávida pede pão ao marido e leva surra. (A Tribuna: 04-01-13).
Vendedora grávida recebe 600 ligações com ameaças. (A Gazeta: 08-03-13).	Esteticista é agredida para provar gravidez. (A Tribuna: 15-10-13).
Grávida tenta defender os filhos e é agredida (A Gazeta: 27-07-13).	Grávida apanha do ex-marido por ciúmes. (Tribuna: 15-09-13).
Grávida de gêmeos agredida por ex-marido. (A Gazeta: 15-10-13).	Grávida leva chute na barriga ao defender filhos. (A Tribuna: 27-07-13).
Grávida leva surra do marido por causa de 10 reais. (A Gazeta: 17-05-13).	Grávida é arrastada pela rua durante briga com ex-marido. (A Tribuna: 30-08-13).
Policiais flagram grávida sendo agredida dentro de casa. (A Gazeta: 30-08-13).	Dona de casa grávida é agredida pelo companheiro. (A Tribuna: 30-09-13).

Verificamos que, em algumas manchetes elencadas na Tabela 17, a “grávida” assume a função de sujeito paciente na estrutura sintática, por exemplo: “Grávida de 6 meses é agredida pelo marido” e “Dona de casa grávida é agredida pelo companheiro”. Nessas manchetes, a grávida assume a função de sujeito paciente e o agressor de agente da passiva. Assim, ainda que o agressor continue exercendo a ação, o fato de assumir a função sintática de agente da passiva faz com que essa ação seja (des)enfaticada.

Já em outra manchete, o agente da ação é omitido, por exemplo: “Esteticista é agredida para provar gravidez”. Nesse caso, evidenciamos a falta do agressor e, por isso, temos vítimas sem agressores, ou seja, a omissão dos agentes que cometeram a violência.

Embora o agente não apareça nessas manchetes, a violência foi perpetrada por um companheiro ou ex-companheiro, porém isso só foi mencionado no decorrer da notícia. Sabendo que a manchete reflete a macroestrutura semântica do texto, ou seja, o tema, num sentido global, ela será facilmente memorizada e recordada pelos leitores. Noutros termos, ela fará parte do modelo mental do leitor quando se tratar de violência de gênero. Logo, se entendemos que as representações sociais são construídas a partir desses sistemas cognitivos individuais, então, teremos representações sociais estereotipadas acerca desse assunto.

5.1.3 A profissão como forma de representação social

Além dos itens lexicais, já discutidos, utilizados para se referir ao agressor e à vítima, também a categoria que denominamos ocupação profissional constitui uma característica importante para a representação desses atores sociais nas notícias jornalísticas.

Comumente, as profissões apresentadas referem-se a ocupações simbólicas de classes sociais menos favorecidas, como: dona de casa, mestre de obras, aposentada, aposentado, pedreiro, etc. Em menor proporção, verificamos algumas profissões relacionadas às classes sociais de maior prestígio social, como arquiteta, advogado, estilista, etc.

Os dados quantitativos são claros e refletem em nosso *corpus* essa afirmação. O quadro, abaixo, foi proposto a partir da análise da frequência dos itens lexicais que se referem às profissões, encontrados em nossas análises:

Tabela 18 - Profissão como representação social da “vítima” e do “agressor” nas manchetes de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013

Vítima	Frequência	Agressor	Frequência
Dona de casa	324	Pedreiro	175
Vendedora	116	Motorista	73

Balconista	32	Advogado	22
Diarista	28	Gari	19
Estilista	19	Eletricista	16
Faxineira	17	Engenheiro	13
Cozinheira	12	Marceneiro	12
Advogada	8		
Arquiteta	5		

Esses dados nos fazem deduzir que, se os atores sociais são descritos de acordo com a profissão e a profissão reflete a classe social, então, a violência de gênero é mais comum em classes mais baixas, já que a frequência de citação de profissões relacionadas às classes menos favorecidas é bem maior. Entretanto, essa dedução não está correta, uma vez que sabemos que a violência de gênero está presente em todas as classes sociais, sem exceção. Essa violência é um problema social em todas as classes e aparece em várias etapas da vida, por isso, ela não é um problema próprio das classes menos prestigiadas e marginalizadas. Apenas temos essa percepção, porque são essas classes que, frequentemente, acionam a polícia e buscam assistência de serviços sociais.

Vejamos alguns trechos de notícias em que verificamos o uso dessas profissões:

- (37) *Uma cozinheira de 29 anos foi espancada e teve o carro roubado pelo namorado, um pedreiro de 21, no bairro Costa Dourada, Serra. (Gazeta-16-03-13: Usuário de drogas bate na namorada).*
- (38) *A estilista C. F. C. R., 28 anos, foi morta a tiros na madrugada de ontem, (...). (Gazeta-15-08-13: Estilista é morta em Baixo Guandu, suspeito é ex-namorado).*
- (39) *Vigilante foi agredida, na Serra, após marido descobrir que ela havia enviado fotos dela nua pelo celular para outros homens. (A Tribuna-14-11-13: Mulher apanha após mandar fotos pelada).*

- (40) *Uma dona de casa de 28 anos foi agredida pelo marido, o pedreiro S. da C., 28, por ter chegado tarde em casa, em Santa Marta, Vitória. (A Tribuna-31-03-13: Mulher chega tarde em casa e leva surra).*
- (41) *Uma vendedora de 26 anos apanhou do marido, o conferente M. N. da S., que tem a mesma idade, às 20h30 de sábado, em Marcílio de Noronha, Viana, após acusá-lo de infidelidade. (A Tribuna-08-07-13: Vendedora apanha por dizer que marido é infiel).*
- (42) *A balconista de 27 anos também foi espancada pelo marido, que estava alcoolizado. (A Gazeta-14-05-13: Marceneiro preso por atear fogo nas roupas da mulher).*
- (43) *Em seu depoimento, a faxineira diz que o marido é usuário de drogas e que já foi preso por bater na ex-mulher. (Gazeta-19-03-13: Grávida de 7 meses apanha e denuncia marido).*
- (44) *O pedreiro K. N. dos S., de 18 anos, foi preso na tarde de sexta-feira, (...), acusado de degolar a mulher, El. S. C., no dia 29 de dezembro. (A Tribuna-06-01-13: Pedreiro confessa que degolou a mulher).*
- (45) *Uma dona de casa de 23 anos, que está grávida de quatro meses, foi espancada pelo ex-marido, um motorista de 28 anos, após ela ter ido até a casa de um amigo. (A Tribuna-15-09-13: Grávida apanha do ex-marido por ciúmes).*
- (46) *Por não aceitar o fim do relacionamento de um ano e três meses, um eletricista de 43 anos espancou a ex-mulher, (...). (Tribuna-02-11-13: Eletricista dá socos e chutes na ex-mulher).*

É importante discutir sobre a alta frequência de uso da expressão “dona de casa”, que é de trezentas e vinte e quatro vezes (324), e do item lexical “pedreiro”, que é de cento e setenta e cinco vezes (175), em nosso *corpus*. Esses dados nos ajudam a concluir o porquê de a maioria da população pensar que a violência de gênero é mais comum nas classes sociais menos prestigiadas e isso pode ser atribuído, justamente, ao fato de essas profissões aparecem diariamente na mídia.

O mais interessante, ainda, é pensarmos que esses atores sociais, “dona de casa” e “pedreiro”, rotineiramente, só aparecerão nas páginas dos jornais quando o tema for violência de gênero. Noutros termos, dificilmente essas profissões, assim como “vendedora”, “balconista”, “diarista”, “faxineira”, “cozinheira”, “motorista”, “gari”, “eletricista” e “marceneiro”, farão parte de outras notícias.

Essa prática ilustra o problema da invisibilidade em que muitas mulheres vivem. Trata-se de uma ideologia que ajuda a manter as mulheres no espaço simbólico do ambiente “doméstico”. Isto é, quando as notícias se referem às mulheres que vivem em situação de violência, como “donas de casa”, e essas mulheres não são apresentadas em outras situações a não ser essa, a representação da vítima “dona de casa” passa a ser a predominante e, então, estereotipada. Por isso, não se trata apenas de dizer que essas mulheres são representadas, mas como são representadas no dia a dia.

5.1.4 Agentividade: estratégia discursiva na representação dos atores sociais

Conforme postula Fernández Díaz (2003), as estruturas discursivas podem incluir ou excluir atores sociais, segundo os interesses e propósitos de comunicação. Algumas exclusões podem, simplesmente, ofuscar a responsabilidade da ação do ator social, que é o caso da terceirização da culpa ou da transferência da responsabilidade da violência cometida pelo agressor, já discutido neste capítulo. Por outro lado, quando os atores são incluídos nos discursos, eles podem ser “ativados” ou “apassivados”, assumindo a função de sujeito da ação ou agente da passiva. De qualquer forma, essas estruturas revelam como os atores sociais são representados no discurso, isto é, o papel que eles desempenham, ou a eles atribuído, e a relação estabelecida entre eles.

Ademais, devemos lembrar que van Dijk (2000a) evidenciou que a agentividade pode manifestar-se não apenas na forma gramatical da oração na voz passiva ou voz ativa, mas também na posição dos atores sociais na oração. Ou seja, se a vítima aparece no início ou no final da oração, podemos dizer que a ênfase dada a esse ator social é diferente. Essas manobras discursivas podem enfatizar ou dissimular aspectos positivos sobre algum assunto, ator social ou grupo social.

Nas manchetes de nosso *corpus*, verificamos quatro formas de agentividade. Na primeira, o agressor, agente da ação, aparece no início da oração com um verbo ativo e, em seguida, a vítima é apresentada no fim da oração como receptora da

ação. Normalmente, a oração é estruturada da seguinte forma: agente da ação (agressor: sujeito que pratica a ação) + ação (agressão expressa pelo verbo) + paciente da ação (vítima: sofre o efeito da ação).

Marido joga mulher da escada de casa. (A Gazeta 05-01-13).

Motorista esfaqueia ex-mulher. (A Gazeta 19-02-13).

Pedreiro esfaqueia mulher. (A Gazeta 27-02-13).

Pedreiro tentar matar esposa. (A Gazeta 24-09-13).

Marido bate na mulher com muletas. (A Tribuna 20-02-13).

Marido joga a mulher do 2º andar. (A Tribuna 02-04-13).

Pedreiro tenta enforcar a mulher. (A Tribuna 18-10-13).

Nessa estrutura, a vítima é representada como apenas receptora da ação, isto é, colocada em uma posição passiva, incapaz de se reconhecer como ator social. Segundo o trabalho de Meyers (1997), essa prática contribui para que as mulheres sejam despojadas de sua importância na sociedade. Além disso, essa representação passiva da vítima ajuda a construir um estereótipo de mulher como um alvo fácil de assaltos e violências sexuais, como o estupro. É também a partir dessa estrutura sintática que é construída a ideia dicotômica a respeito da mulher, que gira em torno de dois grupos: mulheres com comportamentos morais duvidosos e mulheres excessivamente recatadas, conforme Fernández Díaz (2003). Esse último grupo é geralmente apresentado nas estruturas sintáticas passivas e, por isso, lhe é atribuído a característica de “vitimização”.

Já na segunda forma de agentividade, o agressor aparece como agente da ação, entretanto ocorre a transferência da culpa pela agressão para a própria vítima ou terceirização dessa culpa. Geralmente, a estrutura discursiva dessa forma de agentividade é formada por: agente da ação (agressor: sujeito que pratica a ação) + ação (agressão expressa pelo verbo) + paciente da ação (vítima: sofre o efeito da ação) + justificativa da violência (que é a causa alegada na notícia para justificar a ação do agressor). Por exemplo:

Segurança bate na esposa usuária de drogas. (A Gazeta 23-04-13).

Marido agride cabelereira após ler mensagem. (A Gazeta 20-06-13).

Marido diz que matou mulher porque foi traído. (A Gazeta 26-06-13).

Jovem agride namorada por causa de Facebook. (A Tribuna 30-01-13).

Marido bate na mulher por causa da sogra. (A Tribuna 15-03-13).

Nessas manchetes, as vítimas são “classificadas” como parte do grupo de comportamento moral duvidoso, segundo Fernández Díaz (2003).

Na terceira forma de agentividade, as orações estão na voz passiva e, comumente, temos a seguinte estrutura: sujeito paciente (vítima: sujeito que sofre o efeito da ação) + ação (agressão expressa pela locução verbal: verbo ser + participio passado) + agente da passiva (agressor: agente que pratica a ação). Por exemplo:

Mulher é agredida por companheiro em Transcol. (A Gazeta 24-09-13).

Nutricionista é espancada pelo ex-namorado. (A Gazeta 28-07-13).

Jovem é agredida pelo marido. (A Gazeta 24-07-13).

Nessa forma de agentividade, ocorre a mudança de perspectiva em relação ao agente que pratica a ação. Conforme já pontuado, essa estrutura discursiva enfatiza a vítima e (des)enfatiza o agressor.

Na quarta forma de agentividade, a oração também está na voz passiva, porém há a omissão do agressor. Na maioria das vezes, verifica-se a seguinte estrutura: sujeito paciente (vítima: sujeito que sofre o efeito da ação) + ação (agressão expressa pela locução verbal: verbo ser + participio passado). Por exemplo:

Mulher é agredida em festa. (A Gazeta 12-07-13).

Mulher é trancada por dois anos em casa. (A Gazeta 21-11-13).

Jovem é assassinada com 6 tiros. (A Tribuna 08-02-13).

A omissão do agente nessas manchetes destaca a ação criminosa e não quem a cometeu. Logo, essa estrutura apassivadora exclui os atores sociais que exercem a

ação na oração. Por consequência, também nossas representações sociais serão construídas sem a presença desses indivíduos, que são constantemente “apagados” nas manchetes. Esse apagamento do agressor pode estar relacionado com a necessidade de concisão das manchetes jornalísticas, contudo, ressaltamos, novamente, a importância de se representar esses agressores nas notícias e, especialmente, nas manchetes, para que as notícias sobre violência de gênero não reforcem uma representação social estereotipada em nossa sociedade.

Uma outra notícia que reforça a representação estereotipada dos atores sociais é a notícia veiculada pelo jornal *A Tribuna*, em 3 de abril de 2013, intitulada: “Invadir celular do marido vai ser crime”. A partir da leitura dessa manchete, logo imaginamos que o texto relatará uma punição dada, especialmente, às mulheres no caso de invasão de privacidade no celular do companheiro. Contudo, ao contrário, a notícia trata da Lei 12.737/2012, que dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos, ou seja, regulamenta a invasão de dispositivos informáticos alheios. Isto é, a pessoa que cometer delito informático, independente de ser homem ou mulher, será punida com uma detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

Contudo, a manchete da notícia distorce, completamente, o que realmente será discutido no texto. A informação de que a lei também serve para os homens só é apresentada no subtítulo, que diz: “Nova lei já está em vigor e invasora pode ser condenada a prisão de até 1 ano. A mesma regra vai valer para os homens”. Nota-se que, antes de mencionar o fato de que a lei também vale para os homens, é dito que a “invasora pode ser condenada a prisão de até 1 ano”.

Em termos de modelos mentais, essas estruturas discursivas predispõem a percepção dos leitores em relação ao papel que os atores sociais, vítima e agressor, desempenham nos casos de violência de gênero, de modo que a vítima passe a ser representada como responsável e motivadora das agressões sofridas, já que, hoje, temos muitos casos de agressões relacionados aos dispositivos informáticos, como celular, computador, *tablet*, etc.

Nas pesquisas desenvolvidas por van Dijk (1990), verificou-se que o discurso é organizado estrategicamente por um princípio de relevância, que deixa pressupor a ideologia de quem o produz. Essa estratégia é responsável por dar visibilidade aos

temas (macroestruturas) abordados nas notícias e também dar visibilidade ou não aos atores sociais, dependendo do papel desempenhado por eles no discurso.

Nessa perspectiva, a construção de modelos mentais acerca desse assunto seguirá a hierarquia das relevâncias dada aos atores sociais, que se faz visível por meio das escolhas lexicais e da posição que esses atores assumem no discurso, bem como do tipo de ação que protagonizam. Logo, essas estruturas discursivas poderão contribuir para a consolidação de um conhecimento compartilhado entre grupos sociais a respeito da violência de gênero. A consolidação desse conhecimento, por sua vez, ajudará a reforçar a ideologia patriarcal em nossa sociedade, que se fundamenta a partir de um conjunto de crenças avaliativas. Assim, uma crença avaliativa de que a mulher é responsável pela própria violência sofrida pode resultar em novas atitudes violentas e, então, colaborar para a perpetuação da violência de gênero em nossa sociedade.

No próximo tópico, discutiremos como as construções discursivas de agentividade colaboram para a consolidação da ideologia patriarcal e como as estruturas discursivas revelam a polarização entre os grupos sociais: vítima e agressor.

5.2 ESTRATÉGIAS DE POLARIZAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA ALTERIDADE

A macroestrutura, as escolhas lexicais, a descrição dos atores sociais e as estruturas sintáticas, discutidas acima, são estratégias e estruturas discursivas que refletem ideologias. Conforme já discutido, van Dijk (1999a) afirma que, se queremos saber a aparência de uma ideologia, necessitamos observar detalhadamente suas manifestações discursivas. É nessa perspectiva que discutiremos neste tópico, como a ideologia pode ser observada nas práticas discursivas analisadas.

Sabemos que a base de uma ideologia é a polarização entre grupos sociais, por isso, ao identificarmos polarização no discurso, conseguimos evidenciar se esse discurso é ideológico. A ideologia, por sua vez, funciona como a base axiomática

das representações sociais, por isso, também é primordial investigar a estratégia semântica da polarização entre grupos sociais (Nós x Eles) e como ocorre a autoapresentação positiva e a outro-apresentação negativa desses grupos, ou seja, como as notícias enfatizam ou (des)enfatizam as ações dos grupos sociais.

Nesta pesquisa, verificamos que há dois tipos de polarização nos discursos das notícias: primeiro, a polarização entre homens e mulheres, ou seja, agressores e vítimas; segundo, a polarização entre dois grupos de homens: os agressores e os não-agressores.

De início, discutiremos a polarização que ocorre entre o grupo de agressores e o grupo de vítimas. A tabela, a seguir, mostra como ocorre a autoapresentação positiva dos agressores e a outro-apresentação negativa das vítimas nas notícias de *A Gazeta* e *A Tribuna*.

Tabela 19 - Autoapresentação positiva e outro-apresentação negativa do “agressor” e da “vítima” nas notícias de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013

Autoapresentação positiva: Eles (agressores)	Outro-apresentação negativa: Elas (vítimas)
<ul style="list-style-type: none"> i. Não aceita o fim do relacionamento. ii. Não é violento, apenas age assim por causa do uso de drogas e bebidas alcóolicas. iii. Só age violentamente em resposta às traições ou infidelidades. iv. Age violentamente quando a companheira não cumpre seu papel de mãe. v. Comete violência motivada pela paixão, que provoca a perda de controle de suas ações. vi. Comete ações violentas quando sua companheira não cumpre com seu “papel” de esposa: não faz sexo, comida e chega tarde em casa. vii. Agride a companheira por causa das fotos nuas e das conversas no <i>Facebook</i>. viii. Agride a companheira porque ela é usuária de drogas. ix. Agride a companheira, que é garota de programa, e se recusa a fazer sexo. x. Agride porque tem a sua privacidade invadida. 	<ul style="list-style-type: none"> i. Põe fim no relacionamento. ii. Age provocando o companheiro ou ex-companheiro consciente de que ele é um doente (viciado). iii. Trai o companheiro ou ex-companheiro. iv. Não cumpre seu papel de mãe corretamente. v. Abandona o companheiro e não é fiel. vi. Não cumpre corretamente com seu papel de esposa: não faz sexo, comida e chega tarde em casa. vii. Envia mensagens nuas para outros homens ou conversa com outros homens pelo <i>Facebook</i>. viii. Usuária de drogas. ix. É garota de programa e se recusa a fazer sexo com seu companheiro. x. Vasculha o celular do namorado.

Essa tabela sumariza algumas informações das análises realizadas até o momento, elencando argumentos apresentados nas notícias para relatar os casos de violência de gênero.

Observamos que a autoapresentação positiva do agressor é construída quando a notícia enfatiza, por exemplo, a traição da mulher, a conduta “errada” da mulher, etc.

Ao fazer isso, o real motivo da agressão, a violência de gênero é minimizado e a vítima passa a ter um papel ativo na ação que resultou em sua própria agressão ou morte.

Entretanto, quando a mulher não age como provocadora, a ação violenta é justificada pelo vício do companheiro. Assim, se o agressor não tem nenhuma patologia, então a mulher é culpada. Essas estruturas discursivas refletem ideologias arraigadas em nossa sociedade, nas quais se observa claramente uma polarização entre Nós (homens) e Elas (mulheres) e a relação assimétrica de poder entre esses grupos sociais. Os estereótipos de homens e mulheres, representados pelos jornais, se convertem em instrumentos eficazes de controle, que são elementos fundamentais para naturalizar as ideologias sexistas, machistas, patriarcais, que sustentam a violência de gênero.

Além disso, essa prática confunde o problema da violência de gênero com problemas particulares, e o que deveria ser considerado como um problema social torna-se algo individual. Assim, ao invés de haver a busca por razões para o crime da violência contra a mulher, ocorre a busca por motivações no contexto imediato.

O quadro, abaixo, busca ilustrar a relação assimétrica entre os grupos sociais (homens e mulheres), reproduzida pelas notícias de *A Gazeta* e *A Tribuna*. Esse quadro constitui uma “releitura” do quadrado ideológico proposto por van Dijk (2003).

Quadro 3 – Quadrado ideológico da violência de gênero no Espírito Santo

- Enfatizar aspectos positivos sobre Eles (Homens-agressores)
- Enfatizar aspectos negativos sobre Elas (Mulheres-vítimas)
- (Des)enfatizar aspectos negativos sobre Eles (Homens-agressores)
- (Des)enfatizar aspectos positivos sobre Elas (Mulheres-vítimas)

No primeiro item, “Enfatizar aspectos positivos sobre Eles (Homens-agressores)”, destacamos os casos em que a violência é justificada (culpar a própria vítima) e a culpa terceirizada (álcool e drogas). No segundo item, “Enfatizar aspectos negativos sobre Elas (Mulheres-vítimas)”, destacamos os casos em que as vítimas aparecem como provocadoras das agressões. No terceiro item, “(Des)enfatizar aspectos negativos sobre Eles (Homens-agressores)”, citamos os casos em que o agressor aparece como agente da passiva ou é omitido no discurso. Por fim, no quarto item, “(Des)enfatizar aspectos positivos sobre Elas (Mulheres-vítimas)”, mencionamos o fato de as mulheres aparecem como sujeito paciente nas orações e, na maioria das vezes, não serem apresentadas as atitudes que essas vítimas têm tomados para sair da situação de violência em que vivem.

O segundo tipo de polarização verificado em nosso *corpus* é o que ocorre entre dois grupos de homens os quais nomeamos: agressores e não-agressores. Esse tipo de polarização, bastante comum nas notícias, contribui com a individualização da violência de gênero, já que os agressores são representados como “anormais”. Logo, o problema social da violência é entendido como algo que ocorre somente com um grupo específico de pessoas.

A seguir, propomos uma tabela que ilustra essa polarização.

Tabela 20 - Representação dos “agressores” e “não-agressores” nas notícias de *A Tribuna* e *A Gazeta* no ano de 2013

Autoapresentação positiva: Eles (não-agressores)	Outro-apresentação negativa: Eles (agressores)
<ul style="list-style-type: none"> i. Não possuem vícios. ii. Possuem equilíbrio emocional. iii. Participam ativamente da sociedade. iv. Moram em bairros mais nobres. 	<ul style="list-style-type: none"> i. Doentes: viciados em bebidas alcoólicas e drogas. ii. Cometem crimes por violenta comoção, por isso possuem um desequilíbrio emocional. iii. Não participam ativamente da sociedade. Não frequentam shoppings, igrejas, universidades, etc. iv. Moram na periferia.

Na Tabela 20, o agressor se inscreve como alguém excepcional, que não possui características “normais” dos seres humanos e, por isso, está propenso a cometer a violência de gênero. Uma vez “anormalizado”, esse agressor estará “autorizado” pela sociedade a cometer os atos violentos, já que se trata de uma pessoa com algum tipo de patologia (viciado em drogas, álcool, problemas psicológicos, etc.).

Esse tipo de representação social, evidenciado pelas estratégias discursivas nas notícias analisadas, pode acarretar consequências graves na sociedade, pois corremos o risco de continuar tratando a violência de gênero como um problema particular/individual e não social. Além disso, delinear o perfil de agressor “anormal” faz com que as mulheres pensem que só pessoas que vivem com companheiros “anormais” é que estão propícias à violência, quando, ao contrário, qualquer homem pode ser perpetrador desse tipo de violência.

Por isso, a reprodução do estereótipo de agressor “anormal” pode interferir nas nossas representações da realidade acerca da violência de gênero. Essas representações são construídas a partir do conhecimento compartilhado, que

atualiza nossos modelos mentais e opera nas avaliações e opiniões sobre esses eventos e grupos sociais. Dessa forma, esses estereótipos poderão fazer parte dos nossos modelos mentais e intervir em nossas opiniões e atitudes em relação à violência de gênero.

Entendendo que a ideologia é um sistema de crenças, podemos dizer que tais práticas discursivas têm a função ideológica de apresentar a violência de gênero como casos excepcionais. Isso contribui para a consolidação e disseminação de um estereótipo de agressor “anormal” e tranquiliza a sociedade que passa a ver o problema como algo isolado.

5.3 CRIME PASSIONAL: QUAIS SÃO OS MOTIVADORES E OS DESENCADEADORES DESSA VIOLÊNCIA?

Neste tópico, abordaremos as possíveis causas motivadoras e desencadeadoras dos crimes passionais, que não devem ser entendidos como violência de gênero, já que esse delito é incurso no artigo 121 do Código Penal Brasileiro. Contudo, o fato de esse crime apresentar a peculiaridade de ser cometido entre pessoas que possuem uma relação afetiva, faz com que haja uma “confusão” na classificação dos homicídios e, muitas vezes, os casos de violência de gênero sejam categorizados como crimes passionais.

Conforme já discutido no Capítulo dois (2), no Brasil e na maior parte dos países da América Latina, as leis para a violência de gênero não enquadram o feminicídio de maneira diferenciada. Assim, as mortes de mulheres são classificadas de acordo com o sistema penal de cada país, que inclui os crimes passionais. Logo, quando a violência de gênero é qualificada como um crime passional, ocorre a deturpação do real motivo do homicídio, que deveria ser enquadrado como feminicídio de acordo com a Lei 11.340/2006.

Nessa perspectiva, a discussão sobre os crimes passionais se faz pertinente neste trabalho, porque verificamos em nosso *corpus* um total de cento e cinquenta e

quatro (154) notícias que atribuem à paixão casos de agressão e feminicídio. Isso representa um percentual de 33,4% das notícias do *corpus*.

Sabemos que não se pode estabelecer uma relação causal direta entre os crimes passionais e a violência de gênero, já que, para esta última, não há justificativas. Contudo, podemos pensar que o grande aumento dos casos de violência de gênero pode estar relacionado à classificação errônea dos crimes passionais como casos de violência contra a mulher. Esse problema começa no momento da denúncia da violência, quando é feito o registro da ocorrência da agressão ou do homicídio nas delegacias.

De todas as complicações que isso pode causar, a pior delas é o fato de o autor do crime passional não representar um risco para a sociedade, uma vez que esse ator social é visto como “anormal” e a ele é atribuído o estereótipo ideológico de “homem abandonado”.

No levantamento feito pela CPMIVCM no ES, no que se refere à motivação dos homicídios de mulheres no ano de 2011, verificou-se que, dentre os homicídios interpessoais, 42,85% são considerados crimes passionais. Geralmente, as justificativas dadas pelas notícias para os crimes passionais são: término do relacionamento, ciúmes, amor ou ódio e infidelidade. A primeira delas, término do relacionamento, é a mais frequente seguida da segunda, que é o ciúme. Essas motivações funcionam como meios de “vitimização” do agressor, já que a violência é motivada pela paixão ou pelo amor. Nesse caso, a ação violenta é anulada, quase por completo, em favor de uma justificativa aceita por nossa sociedade, que é a violência cometida pelo agressor que está tomado de paixão. Os fragmentos, a seguir, ilustram essa discussão:

(47) *Por não aceitar um pedido de separação, um homem de 24 anos esfaqueou a mulher, de 24, às 19 horas de terça-feira, em Prolar I, Cariacica. (A Tribuna-14-11-13: Esfaqueada após pedir separação).*

(48) *Agressão aconteceu em Cariacica, após uma crise de ciúmes do acusado. A jovem levou chutes e socos na cabeça e barriga. (A Tribuna-15-09-13: Grávida apanha do ex-marido por ciúmes).*

(49) *Uma técnica em enfermagem de 34 anos foi agredida pelo marido por causa de ciúmes, na noite de quinta-feira, em Santana,*

Cariacica. Ele acusou a mulher de ter um caso amoroso com um médico do hospital onde ela trabalha. (A Gazeta-21-09-13: Com ciúmes de médico, marido agride a mulher).

(50) *Uma adolescente de 17 anos foi assassinada a tiros no meio da rua e na frente da irmã, de 10 anos, na noite de ontem, no bairro Vila Bethânia, Viana. O principal suspeito do crime é o ex-marido da jovem, que não teria aceitado o fim do casamento. (A Gazeta-22-04-13: Estudante de 17 anos é morta, e ex é o acusado).*

É importante ressaltar que, quando é atribuída a responsabilidade dessas atitudes a impulsos naturais e não ao exercício da razão, está se legitimando essas ações em nossa sociedade e, também, estereótipos de agressores “vitimizados”. Ou seja, novamente se atribui a causa da violência a outros “agentes”, como no caso das drogas e do álcool. Nesse momento, podemos retomar o questionamento levantado anteriormente, quando argumentamos que o álcool e as drogas configuram apenas desencadeadores da violência e não motivadores. Após as análises, verificamos que as agressões ou homicídios são motivados, em sua maioria, por questões culturais inerentes a uma estrutura social patriarcal que resulta na construção de relações de poder assimétricas entre marido e esposa. Logo, a esposa é vista como inferior e submissa ao marido. Por esse motivo, um caso de infidelidade por parte da esposa é motivo suficiente para que a mesma seja agredida ou assassinada. Nesse contexto, o álcool e as drogas são apenas elementos desencadeadores da violência, já que o agressor utiliza esses “recursos” para agir de maneira violenta.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação, por intermédio de suas notícias, têm apresentado a gravidade do problema da violência de gênero não só no Espírito Santo, mas em todo o país. Grande parte das pessoas só tem consciência dos altos índices de violência por meio dos veículos de comunicação, que funcionam, muitas vezes, como porta-vozes da população, já que quando problemas sociais chegam à mídia, o povo logo é ouvido pelos responsáveis, haja vista os casos de denúncia da falta de leitos nos hospitais, da falta de investimentos em bairros de periferia, etc.

Um dado que ilustra a importante função informativa de representação da violência de gênero pelos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* no ES, por exemplo, é o fato de as notícias jornalísticas de nosso *corpus* citarem o município de Linhares sessenta e nove vezes (69) no ano de 2013, ao passo que, o relatório da CPMIVCM evidenciou que não houve nenhum registro de medida protetiva em Linhares no ano de 2012. Isso pode ser observado no Quadro 1, no capítulo dois. Isto é, embora não tenha havido nenhum registro na DEAM de Linhares nesse período, a partir das notícias jornalísticas, conseguimos evidenciar que, provavelmente, as medidas protetivas existem, mas não estão sendo registradas. Conforme já discutido, isso pode estar relacionado ao fato de a delegacia não fazer o levantamento das medidas ou por não ter servidores para desempenharem essa atividade.

Contudo, temos evidenciado pouco espaço destinado às reivindicações feministas e as organizações que trabalham no combate à violência de gênero. É óbvio que, os meios de comunicação possuem seu posicionamento político e ideológico na sociedade, mas, entendendo que eles têm a função de informar e formar opinião verifica-se a necessidade de dar espaço ao combate da violência e não apenas aos relatos dos casos de agressão e feminicídios. Além disso, é necessário haver um equilíbrio maior entre a responsabilidade de informar e os interesses empresariais de oferecer um produto que seja consumido pelo público em geral, sem que para isso seja lançado mão de notícias sensacionalistas, especialmente quando o assunto for violência de gênero.

Compreender a importância do que a mídia está produzindo acerca da violência em nossa sociedade é fundamental, pois a mesma mídia que faz a denúncia sobre a violência é a que dissemina e reforça ideologias patriarcais e sexistas. É por meio dela que conhecemos os casos de agressão e é também por meio dela que distinguimos o que é a violência de gênero, quem é o agressor, quem é a vítima, onde denunciar e onde procurar ajuda.

É importante que as instituições de comunicação social, bem como os jornalistas, saibam que ao selecionar tópicos, itens lexicais, citações, construir estruturas apassivadoras, entre outros, está se atuando no processo de construção das representações mentais dos leitores sobre o assunto tratado.

Torna-se relevante dizer que o conceito de gênero com o qual buscamos uma aproximação neste estudo (SCOTT, 1986), foi pouco evidenciado nas notícias analisadas, que ainda refletem uma noção de gênero dicotômica, de bases sexistas e patriarcais. Ou seja, a vítima e o agressor são representados como atores sociais desiguais, em que predomina uma relação assimétrica de poder e eles são representados como superiores a elas.

A agentividade, por exemplo, é uma estrutura discursiva que revela uma estrutura invisível da realidade social: a relação de poder entre o homem e a mulher, que só é marcada no discurso. Nos tipos de agentividade verificados em nosso *corpus*, observamos que as mulheres não possuem apenas um papel de vítimas, mas, ao contrário, elas são representadas como responsáveis pelas agressões, ao passo que a responsabilidade do agressor é atenuada pela transferência da culpa para a própria vítima, pela terceirização da culpa e pela omissão do agressor na oração.

Essa representação social individualiza o problema social da violência de gênero e o conduz a debates muito pontuais, que ignoram o ciclo real dessa violência que não escolhe cor ou classe social. Aliás, não é essa a representação que temos da violência de gênero no ES, já que a maioria das notícias relata casos de agressões e feminicídios nas periferias e apresenta atores sociais de classes menos privilegiadas. Há também o problema de uma representação social muito pontual dos casos de violência que, salvo raríssimas exceções, não são apresentados até o seu desfecho.

Ademais, as representações sociais estão muito relacionadas à estratégia de polarização Nós X Eles ou Eles X Elas, conforme foi apresentado em nossas análises. Essa relação se deve ao fato de a polarização ser a base da ideologia e a ideologia, por sua vez, constituir a base axiomática das representações sociais. Logo, a demarcação discursiva entre os grupos sociais: homens x mulheres e homens não-agressores x homens agressores revela uma ideologia patriarcal e sexista nas notícias. Além, e, a partir disso, essas estratégias discursivas ajudam a construir estereótipos de agressores e vítimas em nossa sociedade. Acreditamos que as notícias devem apresentar as características dos agressores e das vítimas, de modo que esses gêneros sociais se percebam como diferentes, únicos, mas não socialmente desiguais. Isto é, que a alteridade possa ser apreendida sob qualquer ótica e que o respeito ao outro esteja acima de qualquer dessemelhança.

Não delinear o perfil dos agressores e transferir a responsabilidade das agressões para algum tipo de vício, distúrbio psicológico e crimes passionais, oculta as reais razões da violência de gênero e dificulta ainda mais o avanço e desenvolvimento de medidas e atitudes que possam mudar essa realidade. Necessitamos investigar as reais razões que motivam essa violência que se perpetua de geração em geração. No nível discursivo, trata-se de mudar a dinâmica narrativa de justificar agressões de um homem porque estava bêbado ou drogado ou “cego” de ciúmes e sim atribuir a esse ator social toda a responsabilidade por seus atos, assim como ocorre em outras situações de violência em nossa sociedade.

De fato, pretendemos com esta dissertação lançar um olhar crítico acerca da representação social da violência de gênero nos meios de comunicação capixaba, para que a sociedade, especialmente, a mídia, possa ter uma visão mais ampla sobre a violência de gênero e busque, por conseguinte, a transformação de suas práxis discursivas, sociais e políticas.

Finalmente, observamos que há muito ainda a ser explorado e estudado acerca da violência de gênero, sobretudo nos meios de comunicação. Aliás, evidenciamos, em nosso *corpus*, diversos casos de agressões relacionados às novas plataformas de comunicação e interação social e às novas mídias, tais como as redes sociais, aplicativos em celulares, entre outros. Isso reflete novas práticas discursivas e

sociais que precisam ser estudadas, discutidas e também regulamentadas, como já vem ocorrendo na jurisprudência com a implementação de leis que deem conta dos crimes que são perpetrados nesses ambientes.

7 CONSIDERAÇÕES PARA UMA MELHOR REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NAS NOTÍCIAS

Tendo em vista que um dos objetivos deste trabalho é discutir como os jornais podem contribuir para o enfrentamento do problema da violência de gênero no ES, apresentamos algumas considerações que pretendem colaborar para uma melhor construção discursiva acerca da representação social da violência de gênero na mídia capixaba.

Essas sugestões são propostas a partir das análises desenvolvidas nesta dissertação e também contam com as contribuições dos estudos sobre os meios de comunicação na Espanha, de Lopez Díez (2001) e Fagoaga (1994; 1999). Destacamos:

- Ampliar o campo de representação das mulheres em nossa sociedade, que não se reduza ao ambiente familiar e às situações em que ela apareça exclusivamente como vítima ou responsável pelas agressões ou objeto sexual em campanhas publicitárias. Isso ajudaria a construir um conhecimento social que permite visualizar as mulheres fora dos tradicionais estereótipos sexistas. Isto é, apresentá-las como protagonistas de suas vidas.
- Evitar relacionar os casos de violência de gênero aos crimes passionais.
- Não utilizar justificativas, como o uso de álcool e vícios para os casos de agressão ou feminicídios.
- Evitar o emprego da voz passiva para noticiar agressões cometidas por companheiros e ex-companheiros, especialmente, nas manchetes.
- Publicar notícias sobre os recursos públicos destinados à proteção, prevenção e erradicação da violência de gênero.
- Fazer uma escolha lexical mais cuidadosa quando for se referir à vítima. Por exemplo, não utilizar vocábulos como: prostituta, amante, etc. Além disso, não utilizar casos de infidelidades como “justificativas” para as agressões. Nenhum tipo de violência deve ser abonado.

- Dar segmento aos casos de violência relatados, por exemplo, mostrando se o agressor foi penalizado. Isso ajudaria a sociedade a perceber que o crime está sendo julgado e o agressor condenado por suas atitudes.
- Cuidar para que as notícias de violência de gênero não venham acompanhadas de propagandas que possam comprometer a seriedade do assunto. Em nosso *corpus*, verificamos na mesma página em que foram veiculadas notícias sobre a violência de gênero, resultados de loteria, propagandas de lojas de eletrodomésticos, propagandas de empresas de minério, agências de viagens, etc. Um exemplo que mostra claramente como essa associação pode ser ruim, é caso da notícia “Menos violência doméstica após “lei seca””, publicada pelo jornal *A Gazeta*, em 31 de julho de 2013, em que foi veiculada na mesma página com uma propaganda sobre uma coleção de livros chamada “O mundo da cerveja”.
- Delinear o perfil do agressor e da vítima, preservando as suas identidades.
- Promover a conscientização social com a publicação de notícias que tratam dos movimentos feministas, das lutas que têm sido travadas em nossa sociedade. Como, por exemplo, falar de como os movimentos feministas têm lutado para garantir o parto normal no Brasil e impedir que a violência no parto continue crescendo. Outro exemplo é o empenho dos movimentos feministas em relação ao direito da amamentação em público. Todas essas questões tratam de batalhas diárias que a mulher precisa enfrentar em nosso país, que possui uma estrutura social patriarcal bastante arraigada. A divulgação diária de fatos como esses ajudaria a sociedade a construir uma outra representação social acerca da mulher.

Esses tópicos constituem apenas algumas propostas que poderiam contribuir para uma melhor representação da violência de gênero na mídia no ES. Sabemos que essa é apenas uma das diversas medidas que deveriam ser adotadas em nosso estado, mas que, se adotada, poderá constituir o início de mudanças significativas sobre a representação da violência contra a mulher, especialmente se essa medida for somada ao conjunto de políticas públicas, que inclui: trabalhos de conscientização nas escolas, ampliação dos recursos humanos na jurisprudência, aumento de delegacias, varas especializadas, casas de abrigo, equipes de atendimento multidisciplinar.

8 REFERÊNCIAS

ACCESO a la justicia em las Americas. Comision Interamericana de Derechos Humanos. **Organización de los Estados Americanos**. OEA/Ser. L/V/II. Doc. 68, 20 enero 2007, Anexo C.

ALBERDI, I; MATAS, N. **La violencia doméstica**: Informe sobre los malos tratos a mujeres en España. Barcelona: Fundación “la Caixa”, 2002.

ALTHUSSER, L. **Essays on ideology**. Londres: Verso, 1984.

AZEVEDO, K. F. de. (Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social. **Tese de doutorado**. Departamento de linguística. Universidade Federal de Pernambuco, 2008, 682p.

BERBER SARDINHA, T. Linguística de corpus: histórico e problemática. In: **D.E.L.T.A.**, Vol. 16, N.º 2, 2000, p. 323-367.

_____. **Pesquisa em Linguística de Corpus com WordSmith Tools**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

BERBER SARDINHA, T.; BARBARA, L. Linguística de corpus e Análise de Discurso. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.; SCLiar-CABRAL, L. (Org.). **Desvendando discursos: conceitos básicos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 289-317.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Unicamp, 1991.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Brasília**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. **Brasília**: DF, 31 dez. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm>. Acesso em: 08 mar. 2014.

_____. Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 1 ago. 1996. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=122009>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra a Mulher. **Brasília**: DF, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=130748&tp=1>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

_____. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Brasília**: DF, 15 mar. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm>. Acesso em: 30 mar. 2015.

BUTLER, J. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, D. **Feminism and Linguistic Theory**. Londres: Macmillan, 1985.

_____. Theoretical debates in feminist linguistics: questions of sex and gender. In: WODAK, R. (ed.) **Gender and discourse**. London: Sage, 1997, p. 21-36.

CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2010.

CLARK, H. H. **Using Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

CONDOR, S.; ANTAKI, C. Cognición social y Discurso. In: VAN DIJK, T. A. (org.). **El Discurso como Estructura y Proceso: Estudios sobre el discurso I: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona, Gedisa Editorial, 2000, p.453-489.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAGOAGA, C. **Comunicando violencia contra las mujeres**. Estudio sobre el mensaje periodístico. Editorial Complutense, Madrid, 1994.

_____. **La violencia en medios de comunicación**. Madrid: Dirección General de la Mujer (CAM), 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. London: Longman, 1989.

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análisis crítico del discurso. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). El discurso como interacción social: estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2000, p. 367-404.

FERNÁNDEZ DÍAZ, N. **La violencia sexual y su representación en la prensa**. Barcelona: Anthropos, 2003.

_____. **Quando el feminismo dijo sí al poder**. Santiago de Chile: Ediciones Radio Universidad de Chile, 2013.

FOWLER, R. **Language in the News**. Discourse and Ideology in the Press. London: Routledge and Kegan Paul, 1991.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO/SESC. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

GALINA, D. Maria da lei. **Revista TPM**, São Paulo, n. 82, ano 7, p. 26-34, nov. 2008. Disponível em: <<http://revistatpm.uol.com.br/revista/82/paginas-vermelhas/maria-da-penha.html>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

GARCIA, L. P. et al. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf Acesso em: 15 ago. 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotic**. The Social Interpretation of Language and Meaning. London, Edward Arnold, 1978.

HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A.C.; FIGUEIREDO, D.C. **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

IZUMINO, W. P. Justiça para todos: os Juizados Especiais Criminais e a violência de gênero. **Tese de Doutorado**. Departamento de Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2003. 389 p.

_____. Delegacias de Defesa da Mulher e Juizados Especiais Criminais: mulheres, violência e acesso à justiça. XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, 26 a 28 de outubro de 2004. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down082.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.37, 2011, p. 219-246.

JESUS, D. de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais** na Lei n. 11.340/2006. São Paulo: Saraiva, 2010.

JOHNSON-LAIRD, P. N. **Mental Models**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. **Reading Images**. Geelong, Vic: Deakin University Press, 1990.

LAGARDE, M. Por la vida y la libertad de las mujeres, fin del Femicidio. **El Día V**, fevereiro, 2004. Disponível em: <<http://www.cimacnoticias.com/especiales/comision/diavlagarde.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LAZAR, M. M. Equalizing gender relations: a case of double-talk. In: **Discourse & Society**, 4: n 4, 1993, p. 443-465.

LAZAR, M. M. (Org.). **Feminist Critical Discourse Analysis: Gender, power and ideology in discourse**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

_____. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. In: **Critical Discourse Studies**, vol 4: n 2, 2007, p. 141-164.

LOPEZ DÍEZ, P. **Representación de género en los informativos de radio y televisión**. Madrid: RTVE e Instituto de la Mujer, 2001.

LOPEZ DÍEZ, P. La violencia contra las mujeres en los medios de comunicación. In: I Foro Nacional: **Mujer, violencia y medios de comunicación**. Madrid, Instituto Oficial de Radio y Televisión (RTVE) e Instituto de la Mujer (Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales), 2002, p. 21-40.

MAGALHÃES, I.; LEAL, M. C. D. (Org.). **Discurso, gênero e educação**. 1. ed. Brasília: Plano Editora/Oficina Editorial do Instituto de Letras da UnB, 2003.

MAGALHÃES, I. Interdiscursivity, gender identity and the politics of literacy in Brazil. In: Lazar, M. M. (Ed.) **Feminist critical discourse analysis: gender, power and ideology in discourse**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2005, p. 181-204.

MAGALHÃES, I. Gênero e discurso no Brasil. **Discurso y Sociedad**, v. 3, n. 4, 2009, 714-737.

MEYER, M. Entre la teoría, método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2001.

MEYERS, M. **News coverage of violence against women: engendering blame.** London: Sage Publications, 1997.

MENÉNDEZ, M. I. M. **Representación mediática de la violencia de género.** Illes Balears: Universitat de les Illes Balears, 2010.

MICHAY, L. et al. Prevention of violence against women and girls: lessons from practice. **The Lancet.** 21 de nov. 2014. Disponível em: <[http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(14\)61797-9/fulltext](http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(14)61797-9/fulltext)>. Acesso em: 22 nov. 2014.

MOITA LOPES, L. P. **Discurso de identidades:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PEDRO, E. R. O Discurso dos e nos Media. In: **Análise Crítica do Discurso. Uma perspectiva Sociopolítica e Funcional.** Lisboa, Caminho, 1997, p. 293-312.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica.** São Paulo: Contexto, 2006.

RUSSELL, D. E. H.; RADFORD, J. **Femicide: the politics of woman killing.** Buckingham: Open University Press, 1992.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista E.I.A.L Estudos interdisciplinarios de América Latina y El Caribe.** Universidade de Tel Aviv, 2005. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2014.

SANCHEZ, A. Definicion e historia de los corpus. In: A. SANCHEZ et al (org.). CUMBRE – **Corpus Linguistico de Espanol Contemporaneo.** Madrid: SGEL, 1995.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. In: **The American Historical Review,** v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dez. 1986. Disponível em: <[http://faculty.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Reading s/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf](http://faculty.morris.umn.edu/~deanej/UMM%20Home%20Page/2001/Reading%20s/Gender/Scott_Useful%20Category.pdf)> Acesso em: 10 ago. 2014.

SCOTT, M. **PC Analysis of key words – and key key words.** System, 1997.

SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

TOMAZI, M. M. **Articulação discursiva em depoimentos sobre violência doméstica** 2014a. Estágio Pós-doutoral em Linguística – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014a.

_____. Tolerância social à violência contra as mulheres: discurso, ideologia e contexto. In: LINS, M. DA P. P.; CAPISTRANO JR., R. (Orgs.). **Quadrinhos sob diferentes olhares teóricos**. Vitória: PPGEL/UFES, 2014b, p.187-205.

TOMAZI, M. M.; MARINHO, J. H. C. Discurso jurídico e relações de poder: gestão de faces e territórios. **Revista (Con)textos Linguísticos**. Vol 8, n 10.1. 2014, p. 245-278.

TOMAZI, M. M.; NATALE, R.; EFFGEN, Z. Marcadores discursivos e modos de operação da ideologia em autos de prisão sobre violência conjugal. Trabalho apresentado no congresso: **A sociologia do Direito em Movimento: Perspectivas da América Latina**. Canoas: Unilasalle, 2015.

VAN DIJK, T. A.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. Nueva York: Academic Press, 1983.

VAN DIJK, T. A. **Macrostructures: an interdisciplinary study of global structures in discourse, interaction and cognition**. Hillsdale. NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

_____. **Prejudice in Discourse: analysis of ethnic prejudice in cognition and conversation**. Amsterdam: Benjamins, 1984a.

_____. **Communicating Racism: ethnic prejudice in thought and talk**. Newbury Park, California, Sage Publications, 1987.

_____. **News analysis: a case study of international and national news and press**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

_____. **La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1990.

_____. **Racism and the Press**. London: Routledge, 1991.

_____. **Discourse and Elite Racism**. Londres: Sage, 1993.

_____. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 1999a.

_____. El análisis crítico del discurso. In: **Anthropos**. Barcelona. 1999b, p. 23-36.

_____. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **El discurso como estructura y proceso: estudios sobre el discurso I: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2000a, p. 21- 65.

_____. El Discurso como Interacción en la Sociedad. In: VAN DIJK, T. A. (Org.). **El discurso como interacción social: estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona: Gedisa, 2000b, p. 19-66.

_____. La multidisciplinarietà del análisis crítico del discurso: un alegato em favor de la diversidad. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2001.

_____. **Ideology and discourse: a multidisciplinary introduction**. Barcelona, Ariel, 2003.

_____. **Racism and Discourse in Spain and Latin America**. Espanha: John Benjamins, 2005.

_____. Discourse, Context and Cognition. In: **Discourse Studies**. Vol 8, p. 159-177. London, Sage, 2006.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Sociedad y discurso: cómo influyen los contextos sociales sobre el texto y la conversación**. Barcelona: Gedisa, 2011a.

_____. Discourse and ideology. In: **Discourse Studies: a multidisciplinary introduction**. van Dijk, T.A (Org.). 2 ed. London: Sage Publications, 2011b.

_____. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Notas de orientação**. Estágio técnico científico de mestrado/Fapes: Fevereiro e março de 2014. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, 2014a.

_____. **Discourse and Knowledge: a sociocognitive approach**. Barcelona: Cambridge University Press, 2014b.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. CEBELA. FLASCO/Brasil, 2012.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. Doing gender. In: **Gender & Society**, Vol 1, n 2. London: Sage, 1987, 125-151. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/1/2/125>> Acesso em: 10 set. 2014.

WEST, C.; LAZAR, M. M.; KRAMARAE, C. El género en el discurso. In: Van Dijk, T. (org.). **El Discurso como interacción social: Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria**. Barcelona, Gedisa Editorial, 2000, p.179-212.

WODAK, R. **Language behavior in therapy groups**. Los Angeles: Universtiy of California Press, 1986.

_____. **Language, power and ideology.** Amsterdam: Benjamins, 1989.

_____. (Org.) **Gender and discourse.** London: Sage, 1997.

_____. Gender mainstreaming and the European Union: Interdisciplinarity, gender studies and CDA. In M. M. Lazar (Ed.), **Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse.** London: Palgrave, 2005, p. 90–113.

ZWAAN, R. A.; RADVANSKY, G. A. **Situation models in language comprehension and memory.** Psychological Bulletin, 1998, p. 162-185.

ANEXOS

Notícia	Jornal	Data
"Vi gente chorando. Ouvia os pedidos de socorro dela".	A Gazeta	03-01-2013
Vendedora cai do 2º andar de prédio.	A Gazeta	03-01-2013
Grávida 6 meses agredida pelo marido.	A Gazeta	04-01-2013
Marido joga mulher da escada de casa.	A Gazeta	05-01-2013
Pedreiro é preso por bater na mulher e no enteado.	A Gazeta	05-01-2013
Vendedora que caiu do 2º andar diz que tentou fugir do noivo.	A Gazeta	05-01-2013
Preso por tentar matar ex-mulher.	A Gazeta	12-01-2013
Jovem é preso por deixar ex-namorada paraplégica.	A Gazeta	17-01-2013
Motorista é detido por estuprar ex-mulher.	A Gazeta	26-01-2013
Rapaz espanca mulher e leva tiro.	A Gazeta	06-02-2013
Pedreiro bate na mulher e ateia fogo na casa.	A Gazeta	07-02-2013
Preso casal suspeito de matar grávida.	A Gazeta	08-02-2013
Ameaçada de morte pelo ex-marido.	A Gazeta	08-02-2013
Após fim de namoro, jovem é morta a tiros.	A Gazeta	08-02-2013
Jovem sofria ameaças, afirma família.	A Gazeta	08-02-2013
Mulher é morta com golpes de canivete na frente do filho.	A Gazeta	09-02-2013
Homem preso por estuprar a mulher e a filha.	A Gazeta	14-02-2013
Dois acusados de agressão na Grande Vitória.	A Gazeta	16-02-2013
Marido atira na mulher e em uma funcionária após discussão.	A Gazeta	17-02-2013
Em Cachoeiro, mulher é ferida com canivete.	A Gazeta	19-02-2013
Motorista esfaqueia ex-mulher.	A Gazeta	19-02-2013
Vendedora é agredida pelo marido na Serra.	A Gazeta	20-02-2013
Pedreiro esfaqueia mulher.	A Gazeta	27-02-2013
Jovem acusado de matar ex-namorada é preso.	A Gazeta	28-02-2013
"Eu não sinto ódio, sinto pena".	A Gazeta	01-03-2013
Assassino pode alegar problemas psicológicos.	A Gazeta	02-03-2013
Vendedora grávida recebe 600 ligações com ameaças.	A Gazeta	08-03-2013
Mulheres começam a ser escolhidas.	A Gazeta	12-03-2013
Em Colatina, quatro casos de violência em um dia.	A Gazeta	12-03-2013
Preso no telhado de igreja após agredir ex-mulher.	A Gazeta	12-03-2013
Sargento que ateou fogo no corpo morre	A Gazeta	12-03-2013
Secretária leva sete facadas e ex-namorado é suspeito.	A Gazeta	13-03-2013
Marido é preso por tentar enforcar diarista.	A Gazeta	15-03-2013
Usuário de droga bate em namorada.	A Gazeta	16-03-2013
Grávida de 7 meses apanha e denuncia marido.	A Gazeta	19-03-2013
Grávida agredida pelo marido na rua.	A Gazeta	21-03-2013
Estudante apanha de vassoura de namorado	A Gazeta	23-03-2013
Marido espanca mulher na frente do filho de 12 anos	A Gazeta	24-03-2013
Lavrador mata adolescente de 13 anos por causa da ex-mulher	A Gazeta	25-03-2013
Lavrador que matou enteada não se entrega.	A Gazeta	26-03-2013
Justiça determina a prisão de padrasto.	A Gazeta	27-03-2013
Semana teve mais dois casos.	A Gazeta	29-03-2013
Vendedora é agredida com garrafa quebrada.	A Gazeta	29-03-2013
Marceneiro é preso por jogar a namorada do 2º andar.	A Gazeta	01-04-2013
Homem é preso por ameaçar ex-mulher.	A Gazeta	01-04-2013
Marido espanca mulher na frente dos cinco filhos.	A Gazeta	01-04-2013
Grávida de 5 meses é espancada pelo marido.	A Gazeta	06-04-2013
Marido agride mulher na frente de criança de 3 anos.	A Gazeta	12-04-2013
Violência doméstica: elas viram o amor se transformar em medo.	A Gazeta	14-04-2013
Comerciante agride a mulher e vai preso.	A Gazeta	16-04-2013
Ex-mulher leva soco de mecânico.	A Gazeta	16-04-2013
Socorro em até 10 minutos.	A Gazeta	16-04-2013
Adolescente é baleada pelo ex-namorado.	A Gazeta	17-04-2013
Após assassinato, declaração na internet.	A Gazeta	17-04-2013

Representante comercial tenta afogar mulher e é preso.	A Gazeta	17-04-2013
Em Cariacica, esposa é agredida por tomar anticoncepcional.	A Gazeta	19-04-2013
Marido ameaça “colar” órgão sexual de mulher.	A Gazeta	19-04-2013
Namorado corta cabelo de estudante.	A Gazeta	20-04-2013
Taxista obrigava mulher a filmar orgias e a ameaçava pela internet.	A Gazeta	20-04-2013
Estudante de 17 anos é morta, e ex é o acusado.	A Gazeta	22-04-2013
Faxineira leva facada após recusar reconciliação.	A Gazeta	23-04-2013
Marido tenta estuprar mulher com garrafa.	A Gazeta	23-04-2013
Segurança bate na esposa usuária de drogas.	A Gazeta	23-04-2013
Preso por colocar fogo na casa da ex.	A Gazeta	27-04-2013
Traficante espanca a mulher.	A Gazeta	27-04-2013
Juíza pode pedir prisão de agressor.	A Gazeta	07-05-2013
Mecânico ameaça ex-mulher e acaba morto com um tiro na perna.	A Gazeta	07-05-2013
Por ciúme, vendedor atira na casa da ex.	A Gazeta	07-05-2013
Jovem é morta a facadas. Ex-namorado é suspeito.	A Gazeta	07-05-2013
Preso por agredir mulher grávida diante da polícia.	A Gazeta	07-05-2013
Agredida pelo marido por estar na faculdade.	A Gazeta	08-05-2013
Vigilante agride atendente.	A Gazeta	08-05-2013
Em Vitória, cabelereiro é preso por agressão.	A Gazeta	08-05-2013
Ex-marido queima casa com mulher e filho.	A Gazeta	08-05-2013
Marceneiro preso por atear fogo nas roupas da mulher.	A Gazeta	14-05-2013
Eletricista invade a casa e agride mulher.	A Gazeta	17-05-2013
Grávida leva surra do marido por causa de 10 reais.	A Gazeta	17-05-2013
Soldado da PM faz escândalo na frente da casa da ex.	A Gazeta	17-05-2013
Linhares: três mulheres são agredidas por dia.	A Gazeta	22-05-2013
Morte no Horto: suspeito teria estuprado ex-namorada.	A Gazeta	23-05-2013
Pedreiro espanca ex-mulher com capacete.	A Gazeta	29-05-2013
Jovem de 20 anos é morta e ex-namorado é suspeito.	A Gazeta	30-05-2013
Mulher agredida até por causa de número em celular.	A Gazeta	09-06-2013
Ex-assessora acusa vereador de agressão.	A Gazeta	11-06-2013
Montador ameaça ex-mulher e agride PMs.	A Gazeta	11-06-2013
Bombeiro é preso por ameaçar ex-mulher.	A Gazeta	12-06-2013
Pedagoga acusa engenheiro de agressão.	A Gazeta	15-06-2013
Dona de casa recusa sexo e sofre ameaça.	A Gazeta	20-06-2013
Marido agride cabelereira após ler mensagem.	A Gazeta	20-06-2013
Mulher apanha porque saiu para fumar maconha.	A Gazeta	20-06-2013
Aposentada é assassinada pelo marido com 9 facadas.	A Gazeta	25-06-2013
Locutor é preso após bater e apanhar da ex.	A Gazeta	26-06-2013
Marido diz que matou mulher porque foi traído.	A Gazeta	26-06-2013
Botão de pânico é acionado.	A Gazeta	28-07-2013
Mulher vai comprar remédio e é agredida.	A Gazeta	04-07-2013
Briga por causa de cão faz carpinteiro agredir mulher.	A Gazeta	12-07-2013
Mulher acusa ex de invadir a casa e levar os filhos.	A Gazeta	12-07-2013
Mulher é agredida em festa.	A Gazeta	12-07-2013
Mulher e bebê agredidos.	A Gazeta	12-07-2013
Garçonete é agredida por marido na frente do filho.	A Gazeta	14-07-2013
Policial aposentado dá coronhada na mulher.	A Gazeta	19-07-2013
Idosa é morta a golpes de martelo dentro de casa.	A Gazeta	23-07-2013
Jovem é agredida pelo marido.	A Gazeta	24-07-2013
Preso homem que matou aposentada.	A Gazeta	25-07-2013
Comerciária aciona o botão do pânico, e ex-marido é preso.	A Gazeta	26-07-2013
Grávida tenta defender os filhos e é agredida.	A Gazeta	27-07-2013
Nutricionista é espancada pelo ex-namorado.	A Gazeta	28-07-2013
Menos violência doméstica após lei seca.	A Gazeta	31-07-2013
Marido aponta arma para mulher.	A Gazeta	31-07-2013
Pintor agride mulher.	A Gazeta	02-08-2013
Mulher de 29 anos morre depois de ser espancada pelo ex-marido.	A Gazeta	06-08-2013
Ex-marido tenta estrangular grávida.	A Gazeta	09-08-2013
Armado com faca, vigilante faz namorada refém por uma hora.	A Gazeta	10-08-2013
Professora denuncia namorado.	A Gazeta	14-08-2013

Estilista é morta a tiros em Baixo Guandu; ex-namorado é suspeito.	A Gazeta	15-08-2013
Mau uso do botão do pânico põe em risco vítimas de violência.	A Gazeta	21-08-2013
Acusado de matar a mulher grávida de 4 meses a facadas.	A Gazeta	22-08-2013
Mulheres em risco: 17 agressões por dia na Grande Vitória (1).	A Gazeta	28-08-2013
Mulheres em risco: 17 agressões por dia na Grande Vitória (2).	A Gazeta	28-08-2013
Estudante diz que matou por acidente.	A Gazeta	29-08-2013
Policiais flagram grávida sendo agredida em casa.	A Gazeta	30-08-2013
Empregada doméstica tem o corpo queimado pelo namorado.	A Gazeta	02-09-2013
Motorista de ônibus mata mulher e comete suicídio.	A Gazeta	03-09-2013
Estudante de 15 anos foi morta por causa de fofoca, diz polícia.	A Gazeta	04-09-2013
Mãe coloca bebê para dormir e apanha.	A Gazeta	10-09-2013
Motorista agride namorada e é detido.	A Gazeta	10-09-2013
Mulher apanha ao sair da faculdade.	A Gazeta	11-09-2013
Homem ameaça colocar fogo em casa.	A Gazeta	15-09-2013
Marido espanca mulher grávida de 4 meses.	A Gazeta	15-09-2013
Psicóloga ameaçada de morte por empresário.	A Gazeta	15-09-2013
Marido esfaqueia a mão da mulher.	A Gazeta	17-09-2013
Com ciúmes de médico, marido agride mulher.	A Gazeta	21-09-2013
Marido coloca fogo na casa e vendedora escapa de morte.	A Gazeta	21-09-2013
Após discussão, gesseiro passa com o carro em cima da namorada.	A Gazeta	24-09-2013
Caseiro assassina esposa e foge.	A Gazeta	24-09-2013
Pedreiro tentar matar esposa.	A Gazeta	24-09-2013
Mulher é agredida por companheiro em Transcol.	A Gazeta	24-09-2013
Violência: mulher de até 29 anos é a principal vítima.	A Gazeta	26-09-2013
Gari preso por torturar a própria mulher.	A Gazeta	01-10-2013
Mulheres são vítimas de tiros dentro de bar.	A Gazeta	01-10-2013
Mulher apanha ao se negar fazer sexo com o marido.	A Gazeta	05-10-2013
Preso por agredir a esposa com copo e facão.	A Gazeta	05-10-2013
Balconista leva facadas do ex-marido.	A Gazeta	06-10-2013
Dona de casa leva duas facadas do companheiro.	A Gazeta	08-10-2013
Empresário preso por estuprar ex-mulher.	A Gazeta	15-10-2013
Grávida de gêmeos agredida por ex-marido.	A Gazeta	15-10-2013
Domador preso por matar mulher e amiga.	A Gazeta	19-10-2013
Homem espanca mulher com tábua de carne.	A Gazeta	21-10-2013
Mãe e filhos são queimados.	A Gazeta	21-10-2013
4 horas presa em um quarto com filho.	A Gazeta	22-10-2013
Matou mulher a facadas.	A Gazeta	22-10-2013
Mecânico preso por ameaçar cabelereira.	A Gazeta	23-10-2013
Dona de salão de beleza apanha do ex-marido na Praia do Canto.	A Gazeta	24-10-2013
Assassino de babá é preso no Sul.	A Gazeta	29-10-2013
Grávida de 6 meses espancada por marido.	A Gazeta	29-10-2013
Embalador bate na mulher por causa de beijo.	A Gazeta	30-10-2013
Mulher apanha ao impedir namorado de usar drogas.	A Gazeta	01-11-2013
Garota de programa recusa sexo e apanha.	A Gazeta	05-11-2013
Senha de facebook é motivo de agressão.	A Gazeta	05-11-2013
Ajudante de pedreiro esfaqueia ex-mulher na rua.	A Gazeta	08-11-2013
Arquiteta é espancada pelo namorado na Praia do Suá.	A Gazeta	08-11-2013
No mês passado, jovem leva facada em lanchonete.	A Gazeta	08-11-2013
Casal é sequestrado em Vila Velha e mulher é assassinada.	A Gazeta	14-11-2013
Vigilante manda foto nua para homem e apanha de namorado.	A Gazeta	14-11-2013
Empresário some após assalto em que companheira foi morta.	A Gazeta	15-11-2013
Homem bate na mulher e tenta esganar a filha.	A Gazeta	18-11-2013
Marido lutador espanca empresária.	A Gazeta	19-11-2013
Mulher é trancada por dois anos em casa.	A Gazeta	21-11-2013
Empresário mata namorada em motel.	A Gazeta	26-11-2013
Protesto faz escadaria sangrar.	A Gazeta	26-11-2013
Agressão com pedradas na rua.	A Gazeta	26-11-2013
Babá agredida pelo namorado.	A Gazeta	26-11-2013
Mulher apanha após bebê chorar.	A Gazeta	26-11-2013
Surra por não fazer serviço doméstico.	A Gazeta	26-11-2013

Ex agride empresária na Praia do Canto.	A Gazeta	03-12-2013
Vendedora leva facada do marido.	A Gazeta	22-12-2013
Morte em Jardim Camburi: 5 dias antes, juíza negou proteção à vítima.	A Gazeta	26-12-2013
Recepcionista é morta por causa de ciúmes.	A Gazeta	26-12-2013
Jovem esfaqueada pelo ex-namorado.	A Gazeta	31-12-2013
Acusado de jogar noiva de prédio.	A Tribuna	03-01-2013
Vinte e oito presos por ameaças.	A Tribuna	03-01-2013
Grávida pede pão ao marido e leva surra.	A Tribuna	04-01-2013
Vendedora que caiu de prédio está internada na UTI.	A Tribuna	04-01-2013
“Intenção era matar”, diz irmã sobre briga de casal.	A Tribuna	05-01-2013
Ex-namorado é investigado por morte de policial civil.	A Tribuna	05-01-2013
Marido põe fogo na casa e bate na mulher, filha e enteado.	A Tribuna	05-01-2013
Pedreiro confessa que degolou a mulher.	A Tribuna	06-01-2013
Vendedora pulou de prédio para fugir.	A Tribuna	11-01-2013
Marido bebe e espanca a mulher e a cunhada.	A Tribuna	15-01-2013
Mulher demora fazer almoço e é espancada.	A Tribuna	17-01-2013
Preso acusado de deixar ex-namorada paraplégica.	A Tribuna	17-01-2013
Traumatismo craniano após apanhar do ex.	A Tribuna	19-01-2013
Marido bebe e espanca a mulher em Vitória.	A Tribuna	22-01-2013
Chegou do trabalho e foi recebida a socos.	A Tribuna	24-01-2013
Ex-marido acusado de cortar o rosto da mulher é preso.	A Tribuna	24-01-2013
Mulher atrasa no trânsito e apanha ao chegar em casa.	A Tribuna	25-01-2013
PM bate na mulher e manda conferir se a filha é virgem.	A Tribuna	25-01-2013
Homem tenta colocar fogo em casa na Serra.	A Tribuna	26-01-2013
Jovem agride namorada por causa de Facebook.	A Tribuna	30-01-2013
Cabelereira leva surra nos 15 anos da filha.	A Tribuna	31-01-2013
Marido espanca mulher ataca policial e leva tiro.	A Tribuna	06-02-2013
Mulher usa relógio novo e é espancada pelo marido.	A Tribuna	07-02-2013
Jovem assassinada com 6 tiros.	A Tribuna	08-02-2013
Marido espanca cabelereira grávida em Jardim Camburi.	A Tribuna	14-02-2013
Dona de casa apanha e mata o marido.	A Tribuna	15-02-2013
Esfaqueada por ciúmes.	A Tribuna	15-02-2013
Pai faz apelo para prisão de acusado de matar Paola.	A Tribuna	15-02-2013
Marido flagra mulher com amigo e dá facada.	A Tribuna	16-02-2013
Comerciante acusado de atirar na mulher.	A Tribuna	17-02-2013
Caminhoneiro esfaqueia ex-mulher e tenta se matar.	A Tribuna	19-02-2013
Pedreiro é espancado após ataque.	A Tribuna	19-02-2013
Marido bate na mulher com muletas.	A Tribuna	20-02-2013
Mais policiais para defender mulheres vítimas de violência.	A Tribuna	24-02-2013
Três irmãs espancadas em briga.	A Tribuna	24-02-2013
Preso debaixo da cama após esfaquear mulher.	A Tribuna	25-02-2013
Xingou marido e levou facada.	A Tribuna	27-02-2013
Grávida recebe 611 ligações com ameaça de morte do ex.	A Tribuna	04-03-2013
Policial civil é assassinada.	A Tribuna	04-03-2013
Marido bate em mulher e é preso em igreja.	A Tribuna	12-03-2013
Marido flagra traição de mulher e mata pedreiro.	A Tribuna	14-03-2013
Tolerância zero contra espancador.	A Tribuna	14-03-2013
Bombeiro ameaça mulher em Vitória.	A Tribuna	15-03-2013
Marido bate na mulher por causa da sogra.	A Tribuna	15-03-2013
Marido bate em mulher a caminho da igreja.	A Tribuna	16-03-2013
Namorado espanca e roupa carro.	A Tribuna	16-03-2013
Marido bate na mulher grávida por ciúmes.	A Tribuna	19-03-2013
Crimes contra mulheres são 667 mil.	A Tribuna	20-03-2013
Garota de programa apanha por causa de separação.	A Tribuna	20-03-2013
Botão do pânico é apresentado à ministra.	A Tribuna	21-03-2013
Casal é preso por morte de doméstica.	A Tribuna	22-03-2013
Mulher foi torturada e queimada por vingança.	A Tribuna	22-03-2013
Estudante é agredida a vassouradas em briga.	A Tribuna	23-03-2013
Ex-marido dá surra na mulher no meio da rua.	A Tribuna	24-03-2013
Mais de 13 mil com medida protetiva no estado.	A Tribuna	24-03-2013

Polícia e justiça têm motivos diferentes.	A Tribuna	24-03-2013
Vitória tem três vezes mais assassinatos de mulheres.	A Tribuna	24-03-2013
Mulher flagra mensagem de outra e é espancada.	A Tribuna	28-03-2013
Ferida a garrafas de cerveja.	A Tribuna	29-03-2013
Mulher bate no marido em briga na Mata da Praia.	A Tribuna	29-03-2013
Agredida a chutes pelo namorado na Praia do Canto.	A Tribuna	30-03-2013
Mulher morde o pescoço do marido para tentar fugir da agressão.	A Tribuna	30-03-2013
Mulher chega tarde me casa e leva surra.	A Tribuna	31-03-2013
Marido joga a mulher do 2º andar.	A Tribuna	02-04-2013
Denúncia após 18 anos de violência.	A Tribuna	03-04-2013
Rapaz ataca mulher e agride PMs.	A Tribuna	03-04-2013
Homem tenta fazer sexo com a ex e acaba preso.	A Tribuna	03-04-2013
Invadir celular do marido vai ser crime.	A Tribuna	03-04-2013
Marido preso tem fiança paga por amigos da outra.	A Tribuna	04-04-2013
Grávida pede separação e acaba sendo agredida.	A Tribuna	06-04-2013
Mulher não faz sexo, demora com a comida e é espancada.	A Tribuna	09-04-2013
Condenado por dar golpe na namorada.	A Tribuna	13-04-2013
Mulher se recusa a ir embora de bar e é arrastada.	A Tribuna	13-04-2013
Ministra vai entregar primeiro botão do pânico.	A Tribuna	15-04-2013
Acordada com socos.	A Tribuna	16-04-2013
Marido corta luz e tenta enforcar mulher.	A Tribuna	16-04-2013
Universitária tem botão do pânico.	A Tribuna	16-04-2013
Garota baleada no rosto pelo ex.	A Tribuna	17-04-2013
Marido tenta afogar mulher na piscina em Linhares.	A Tribuna	17-04-2013
Mulher assassinada por causa de fofoca.	A Tribuna	17-04-2013
Comerciante ameaça colar partes íntimas da mulher.	A Tribuna	19-04-2013
Estudante leva surra por tomar anticoncepcional.	A Tribuna	19-04-2013
Adolescente tem cabelo cortado.	A Tribuna	20-04-2013
Enfermeira vasculha celular de namorado e é espancada.	A Tribuna	20-04-2013
Esfaqueada após querer separação.	A Tribuna	23-04-2013
Garota ameaçada após ter o cabelo cortado.	A Tribuna	23-04-2013
Marido bate na mulher dentro da igreja.	A Tribuna	23-04-2013
Casal bebe e marido tenta esfaquear mulher	A Tribuna	24-04-2013
Marido reclama da demora do jantar e bate na mulher.	A Tribuna	24-04-2013
Mulher acusa ex-marido de agressão.	A Tribuna	24-04-2013
Mulher é espancada por ter camisinha na bolsa.	A Tribuna	24-04-2013
Marido põe fogo na casa em Jacaraípe.	A Tribuna	27-04-2013
Agredida por ir à praça.	A Tribuna	28-04-2013
Designer de moda é ameaçada e chama PM.	A Tribuna	28-04-2013
Manicure morde marido e leva surra.	A Tribuna	28-04-2013
Manicure é agredida com taco de sinuca.	A Tribuna	30-04-2013
Botão do pânico completa 15 dias e ainda não é acionado.	A Tribuna	01-05-2013
Mulher é espancada e fica sem o aplique.	A Tribuna	02-05-2013
Surra para segurar marido.	A Tribuna	02-05-2013
Dona de casa pega R\$10 para comprar doce e leva surra.	A Tribuna	04-05-2013
Preso no supermercado por tentar matar ex.	A Tribuna	04-05-2013
Vendedora atende celular e é espancada.	A Tribuna	04-05-2013
Mulher apanha por reclamar de bagunça.	A Tribuna	05-05-2013
Grávida é agredida pelo marido em Barramares.	A Tribuna	06-05-2013
Pedreiro ameaça a ex-mulher com facão.	A Tribuna	06-05-2013
Recepcionista é espancada pelo namorado em Vitória.	A Tribuna	06-05-2013
Assassinada a facadas.	A Tribuna	07-05-2013
Briga por ciúmes termina em morte.	A Tribuna	07-05-2013
Cortou mulher com copo e se desculpou.	A Tribuna	07-05-2013
Dona de casa apanha por fazer faculdade.	A Tribuna	07-05-2013
Marido dá cadeirada em grávida de 8 meses	A Tribuna	07-05-2013
Mecânico é morto em briga com ex.	A Tribuna	07-05-2013
Proteção para 13.665.	A Tribuna	07-05-2013
Tiros para assustar a ex em Vila Velha.	A Tribuna	07-05-2013
Marido espanca mulher após terapia de casal.	A Tribuna	08-05-2013

Presidiário tenta matar a ex e o filho.	A Tribuna	08-05-2013
Espancada por ir ao bar com amiga.	A Tribuna	09-05-2013
Marido bate em mulher e foge da PM.	A Tribuna	10-05-2013
Preso após torturar e espancar mulher.	A Tribuna	10-05-2013
Marido tenta explodir a casa por ciúmes.	A Tribuna	14-05-2013
Comerciante joga o carro da ex-namorada em valão.	A Tribuna	15-05-2013
Grávida apanha ao cobrar pensão e ex-marido é preso.	A Tribuna	18-05-2013
Pedreiro é preso por agredir mulher e filha.	A Tribuna	21-05-2013
Adolescente mata rapaz por ciúmes da ex-namorada.	A Tribuna	23-05-2013
Assassinada a tiros por ciúmes.	A Tribuna	30-05-2013
Estudante leva paulada de ex em Cariacica.	A Tribuna	30-05-2013
Mulher tem megahair arrancado em briga.	A Tribuna	31-05-2013
Arrastada pelos cabelos em avenida.	A Tribuna	01-06-2013
Deu facada e fez juras de amor.	A Tribuna	08-06-2013
Espancada na praia do Suá.	A Tribuna	08-06-2013
Manicure pede para marido largar as drogas e apanha.	A Tribuna	09-06-2013
Mulher apanha do marido ao amamentar.	A Tribuna	09-06-2013
Montador ameaça ex e bate em dois policiais.	A Tribuna	11-06-2013
Norueguês bate em mulher por causa de megahair.	A Tribuna	15-06-2013
Suspeito de matar mulher a machadadas.	A Tribuna	18-06-2013
Ameaça após negar sexo.	A Tribuna	20-06-2013
Chineladas.	A Tribuna	20-06-2013
Marido vê torpedo no celular e espanca mulher.	A Tribuna	20-06-2013
Dona de casa apanha após separação.	A Tribuna	22-06-2013
Dona de casa escapa e chama a PM.	A Tribuna	23-06-2013
Motorista mata a mulher a facadas dentro de casa.	A Tribuna	25-06-2013
Comerciante dá martelada em ex-marido após agressão.	A Tribuna	26-06-2013
Cabelereira vê mensagem no celular do marido e apanha.	A Tribuna	27-06-2013
Espancada ao pedir a separação.	A Tribuna	27-06-2013
Mais de 500 mulheres são agredidas na Grande Vitória.	A Tribuna	27-06-2013
Vassouradas por fechar a porta.	A Tribuna	27-06-2013
Mulher pede para dormir e é espancada.	A Tribuna	28-06-2013
Mais de 70 casos esse ano.	A Tribuna	29-06-2013
Preso por assassinar a ex-mulher.	A Tribuna	29-06-2013
Pedreiro culpa mulher por impotência e a espanca.	A Tribuna	02-07-2013
Mulher apanha após descobrir doença.	A Tribuna	03-07-2013
Vendedora apanha por dizer que marido é infiel.	A Tribuna	08-07-2013
Casal briga em bar e rola no chão.	A Tribuna	09-07-2013
Marido invade a Igreja para matar a mulher e é preso.	A Tribuna	09-07-2013
Pedagoga apanha com a filha no colo.	A Tribuna	12-07-2013
Socos.	A Tribuna	12-07-2013
Garrafada na cabeça após visitar namorado.	A Tribuna	13-07-2013
Mulher pede para marido tirar cães de casa e apanha.	A Tribuna	13-07-2013
Morta a marteladas dentro de casa.	A Tribuna	23-07-2013
Rapaz invade casa e leva filha a força.	A Tribuna	25-07-2013
“Você é um monstro”, diz filha ao matador da mãe.	A Tribuna	25-07-2013
Mulher aciona botão do pânico e ex é preso.	A Tribuna	26-07-2013
Comerciante é agredida após descobrir traição.	A Tribuna	27-07-2013
Grávida leva chute na barriga ao defender filhos.	A Tribuna	27-07-2013
Jovem apanha dentro de hospital.	A Tribuna	28-07-2013
Segunda prisão pelo botão do Pânico em dois dias	A Tribuna	28-07-2013
Motorista tem crise de ciúmes, bate na mulher e acaba preso.	A Tribuna	31-07-2013
Mulher reclama da bagunça do marido e é espancada em Vitória.	A Tribuna	31-07-2013
Acusado de matar mulher é preso.	A Tribuna	06-08-2013
Vigilante faz a namorada refém (1).	A Tribuna	10-08-2013
Mãe chora e passa mal na delegacia (2).	A Tribuna	10-08-2013
Estilista é assassinada com 3 tiros.	A Tribuna	15-08-2013
Decretada a prisão do matador da estilista.	A Tribuna	16-08-2013
“Já perdoei o que ele fez comigo”.	A Tribuna	16-08-2013
Professora é espancada e tem dedo quebrado.	A Tribuna	18-08-2013

Marido bate na mulher, chama PM para a briga e acaba preso.	A Tribuna	20-08-2013
Mulher não consegue ligar botão do pânico e leva surra.	A Tribuna	20-08-2013
Espancadas por irem à igreja ou atrasar o jantar.	A Tribuna	21-08-2013
Grávida de dois meses é agredida.	A Tribuna	21-08-2013
Presidiário sai para trabalhar, bate na mulher e volta à cadeia.	A Tribuna	21-08-2013
Assassinada ao ir ver o namorado.	A Tribuna	27-08-2013
Jovem morre após ser baleada em Vitória.	A Tribuna	27-08-2013
Adolescente diz que morte da namorada foi acidental.	A Tribuna	29-08-2013
Ameaçada por dizer que não ama o marido.	A Tribuna	29-08-2013
Grávida é arrastada pela rua durante briga com ex-marido.	A Tribuna	30-08-2013
Marido oferece a mulher para amigo e depois briga.	A Tribuna	01-09-2013
Marido mata a mulher e se suicida.	A Tribuna	03-09-2013
Tatuador acusa mulher de traição e joga copo de cerveja.	A Tribuna	03-09-2013
Espancada na saída da faculdade.	A Tribuna	11-09-2013
Ônibus para vítimas de violência.	A Tribuna	11-09-2013
Grávida apanha do ex-marido por ciúmes.	A Tribuna	15-09-2013
Pintor ameaça colocar fogo na casa e acaba preso.	A Tribuna	15-09-2013
Atacada e roubada pelo ex na Serra.	A Tribuna	17-09-2013
Mulher é expulsa de casa e leva facada.	A Tribuna	17-09-2013
Mulher ameaçada de morte após separação.	A Tribuna	18-09-2013
Agricultor atira em mulher e se mata.	A Tribuna	19-09-2013
Preso em hospital por agredir mulher.	A Tribuna	20-09-2013
Marido coloca fogo na casa e tenta matar mulher.	A Tribuna	21-09-2013
Técnica de enfermagem é espancada em Cariacica.	A Tribuna	21-09-2013
Marido atira contra a mulher e mata gato.	A Tribuna	24-09-2013
Promotora de eventos leva socos.	A Tribuna	26-09-2013
Dona de casa apanha por não conversar.	A Tribuna	28-09-2013
Dona de casa grávida é agredida pelo companheiro.	A Tribuna	30-09-2013
Marido é preso ao espancar e cortar cabelos da mulher.	A Tribuna	30-09-2013
Marido é preso acusado de torturar e ameaçar mulher.	A Tribuna	01-10-2013
Vendedora apanha do ex-marido em Vitória.	A Tribuna	02-10-2013
Esteticista é arrastada e espancada na Serra.	A Tribuna	04-10-2013
Vendedora esfaqueada pelo ex em lanchonete.	A Tribuna	06-10-2013
Vendedora apanha por recusar sexo.	A Tribuna	08-10-2013
Estuprada para ver o filho.	A Tribuna	09-10-2013
Policial é acusado de baleiar ex-mulher por causa de filho.	A Tribuna	09-10-2013
Rapaz tenta matar ex-namorada.	A Tribuna	10-10-2013
Ex-marido come chip e leva surra.	A Tribuna	11-10-2013
Pedreiro coloca fogo na casa da ex.	A Tribuna	11-10-2013
Mulher manda o marido ir embora e é espancada.	A Tribuna	12-10-2013
Ex-marido tenta enforcar vendedora em Goiabeiras.	A Tribuna	13-10-2013
Esteticista é agredida para provar gravidez.	A Tribuna	15-10-2013
Professora é estuprada pelo ex-marido.	A Tribuna	15-10-2013
Agredida por dormir na casa da avó.	A Tribuna	18-10-2013
Marido bate na mulher e é ameaçado por traficantes.	A Tribuna	18-10-2013
Pedreiro tenta enforcar a mulher.	A Tribuna	18-10-2013
Domador de cavalos é preso por matar duas mulheres.	A Tribuna	19-10-2013
Eletricista queima mulher e dois filhos com calda de pudim.	A Tribuna	21-10-2013
Enfermeira é assassinada pelo marido.	A Tribuna	22-10-2013
Moradora de Vila Velha é mantida em cárcere privado.	A Tribuna	22-10-2013
“Vou matar você como eu matei as galinhas”.	A Tribuna	23-10-2013
Briga em salão na praia do Canto.	A Tribuna	24-10-2013
Cabeleireira sai no tapa com ex-marido por causa de carro.	A Tribuna	24-10-2013
“Prepara megahair que vou raspar sua cabeça”.	A Tribuna	24-10-2013
Grávida espancada por causa de som.	A Tribuna	29-10-2013
Marido briga por mulher e mata cadela por vingança.	A Tribuna	29-10-2013
Marido termina com mulher e atira.	A Tribuna	29-10-2013
Matador de babá é preso após saquear ônibus na 101.	A Tribuna	29-10-2013
Namorado degolou cão.	A Tribuna	29-10-2013
Eletricista dá socos e chutes na ex-mulher.	A Tribuna	02-11-2013

Garota de programa recusa sexo ao marido e leva surra.	A Tribuna	05-11-2013
Agente de saúde é espancada.	A Tribuna	10-11-2013
Mulher é agredida por causa de fofoca.	A Tribuna	10-11-2013
Mulher é feita refém em jardim da penha.	A Tribuna	10-11-2013
Surra após ganhar beijo de vizinho.	A Tribuna	10-11-2013
Surra ao contar que estar grávida de outro.	A Tribuna	12-11-2013
Radialista ameaça incendiar casa com a mulher.	A Tribuna	13-11-2013
Servidora leva soco do ex dentro de prefeitura.	A Tribuna	13-11-2013
Assassinada durante assalto.	A Tribuna	14-11-2013
Esfaqueada após pedir separação.	A Tribuna	14-11-2013
Grávida é humilhada e leva chute.	A Tribuna	14-11-2013
Mulher apanha após mandar fotos pelada	A Tribuna	14-11-2013
Vigilante bate na mulher por causa do ventilador.	A Tribuna	14-11-2013
Família de dona de casa não acredita em assalto.	A Tribuna	15-11-2013
Mulher pede ao marido para não beber e apanha.	A Tribuna	16-11-2013
Marido é preso acusado de matar dona de casa a tiro.	A Tribuna	17-11-2013
Mulher apanha e é esfaqueada em Bicanga.	A Tribuna	17-11-2013
Surra em defesa da filha cega.	A Tribuna	18-11-2013
Lutador espanca mulher dentro do carro.	A Tribuna	19-11-2013
Dona de casa avisa polícia e ex acaba preso com facão.	A Tribuna	20-11-2013
Dona de casa é mantida em cárcere privado.	A Tribuna	21-11-2013
Marido reclama do jantar e agride mulher.	A Tribuna	23-11-2013
Advogada é espancada na Ilha do Boi.	A Tribuna	25-11-2013
Diarista é esfaqueada pelo ex.	A Tribuna	25-11-2013
Porteiro obriga ex-mulher a colocar corda no pescoço.	A Tribuna	25-11-2013
Mistério e morte na suíte de motel.	A Tribuna	26-11-2013
Aposentado agride comerciante.	A Tribuna	27-11-2013
Ex-marido bate em dona de casa e é esfaqueado.	A Tribuna	27-11-2013
Delegado espera matador se recuperar para elucidar o crime.	A Tribuna	28-11-2013
Descartado assalto na morte de dona de casa.	A Tribuna	28-11-2013
Balconista conhece chileno pela internet e é assassinada.	A Tribuna	29-11-2013
Jovem exhibe cabeça raspada e dente quebrado em foto.	A Tribuna	29-11-2013
Pedreiro corta testa de mulher com facão durante briga.	A Tribuna	29-11-2013
Garota leva pauladas do namorado em Itapoã.	A Tribuna	01-12-2013
Empresária leva soco de ex na Praia do Canto.	A Tribuna	03-12-2013
Garota leva vassouradas.	A Tribuna	06-12-2013
Lavrador tenta matar companheira e o sogro.	A Tribuna	10-12-2013
Marido agride a mulher e põe fodo em roupas.	A Tribuna	10-12-2013
Assassino tem ficha de 21 páginas.	A Tribuna	11-12-2013
Esfaqueada por se recusar ao sair.	A Tribuna	22-12-2013
Cabelereira é assassinada a tiro.	A Tribuna	24-12-2013
Irmão salva estudante de ser estrangulada pelo ex.	A Tribuna	25-12-2013
Matador de cabeleireira foragido.	A Tribuna	25-12-2013
Assassinada a tiros por ciúmes.	A Tribuna	26-12-2013
Vendedor põe fogo na mulher.	A Tribuna	28-12-2013

APÊNDICES

Tabela A - WordList A Gazeta

WordList A Gazeta						
N	Word	Freq.	%	Texts	%	
1	DE	2546	4,59	177	100,00	
2	A	2465	4,45	177	100,00	
3	O	2008	3,62	177	100,00	
4	QUE	1519	2,74	170	96,05	
5	E	1468	2,65	174	98,31	
6	#	899	1,62	174	98,31	
7	FOI	839	1,51	171	96,61	
8	DA	819	1,48	167	94,35	
9	NA	774	1,40	173	97,74	
10	EM	754	1,36	172	97,18	
11	DO	696	1,26	153	86,44	
12	ELE	687	1,24	160	90,40	
13	PARA	677	1,22	153	86,44	
14	COM	651	1,17	157	88,70	
15	NO	583	1,05	157	88,70	
16	UM	545	0,98	158	89,27	
17	UMA	533	0,96	171	96,61	
18	MULHER	524	0,95	154	87,01	
19	NÃO	505	0,91	141	79,66	
20	POR	473	0,85	158	89,27	
21	CASA	462	0,83	141	79,66	
22	ELA	426	0,77	134	75,71	
23	ANOS	422	0,76	166	93,79	
24	POLÍCIA	322	0,58	144	81,36	
25	VÍTIMA	319	0,58	136	76,84	
26	MARIDO	271	0,49	102	57,63	
27	SE	264	0,48	108	61,02	
28	À	263	0,47	127	71,75	
29	ESTAVA	248	0,45	105	59,32	
30	OS	247	0,45	109	61,58	
31	É	231	0,42	101	57,06	
32	MAS	230	0,41	116	65,54	
33	EX	226	0,41	72	40,68	
34	PELO	199	0,36	111	62,71	
35	DISSE	192	0,35	100	56,50	
36	AS	191	0,34	96	54,24	
37	AO	190	0,34	109	61,58	
38	CRIME	179	0,32	74	41,81	
39	SEGUNDO	170	0,31	97	54,80	
40	QUANDO	165	0,30	101	57,06	
41	DELA	163	0,29	90	50,85	
42	ACUSADO	161	0,29	76	42,94	
43	TERIA	157	0,28	82	46,33	
44	PRESO	147	0,27	88	49,72	
45	CASAL	146	0,26	88	49,72	
46	SUSPEITO	143	0,26	70	39,55	
47	DEPOIS	142	0,26	77	43,50	
48	COMO	140	0,25	73	41,24	
49	JÁ	135	0,24	72	40,68	
50	VITÓRIA	134	0,24	82	46,33	
51	APÓS	126	0,23	82	46,33	
52	ATÉ	123	0,22	76	42,94	
53	CONTOU	122	0,22	90	50,85	

54	BAIRRO	120	0,22	89	50,28
55	HAVIA	119	0,21	69	38,98
56	FEIRA	116	0,21	85	48,02
57	DELE	115	0,21	64	36,16
58	ONTEM	114	0,21	70	39,55
59	PELA	113	0,20	70	39,55
60	DAS	112	0,20	77	43,50
61	LOCAL	112	0,20	74	41,81
62	AINDA	110	0,20	76	42,94
63	EU	110	0,20	43	24,29
64	NOITE	110	0,20	93	52,54
65	ONDE	108	0,19	70	39,55
66	DOIS	107	0,19	65	36,72
67	MAIS	107	0,19	65	36,72
68	FORAM	104	0,19	57	32,20
69	MÃE	103	0,19	40	22,60
70	AGREDIDA	102	0,18	60	33,90
71	HÁ	100	0,18	73	41,24
72	DONA	99	0,18	42	23,73
73	CONTRA	98	0,18	70	39,55
74	HOMEM	98	0,18	65	36,72
75	CHEGOU	96	0,17	70	39,55
76	ME	96	0,17	39	22,03
77	JOVEM	95	0,17	43	24,29
78	TAMBÉM	95	0,17	63	35,59
79	MESES	93	0,17	60	33,90
80	DOS	91	0,16	57	32,20
81	LA	91	0,16	67	37,85
82	DELEGACIA	88	0,16	63	35,59
83	MARIA	87	0,16	46	25,99
84	PORQUE	87	0,16	60	33,90
85	FILHO	85	0,15	44	24,86
86	ACONTECEU	84	0,15	65	36,72
87	ERA	83	0,15	45	25,42
88	SERRA	83	0,15	50	28,25
89	VIOLÊNCIA	81	0,15	34	19,21
90	SER	80	0,14	47	26,55
91	NAMORADO	79	0,14	33	18,64
92	FILHA	78	0,14	34	19,21
93	MINHA	76	0,14	31	17,51
94	VILA	74	0,13	42	23,73
95	TER	73	0,13	56	31,64
96	POLICIAIS	72	0,13	51	28,81
97	DENTRO	70	0,13	45	25,42
98	RELACIONAMENTO	69	0,12	45	25,42
99	ISSO	68	0,12	41	23,16
100	COMEÇOU	67	0,12	46	25,99

Tabela B - WordList A Tribuna

WordList A Tribuna						
N	Word	Freq.	%	Texts	%	
1	A	4266	4,37	275	99,64	
2	DE	4024	4,12	276	100,00	
3	O	3279	3,36	273	98,91	
4	E	3061	3,14	274	99,28	
5	QUE	2911	2,98	267	96,74	
6	ELE	1601	1,64	240	86,96	
7	#	1548	1,59	276	100,00	
8	DA	1502	1,54	260	94,20	
9	FOI	1425	1,46	264	95,65	
10	PARA	1411	1,45	252	91,30	
11	EM	1365	1,40	269	97,46	
12	COM	1243	1,27	254	92,03	
13	NA	1233	1,26	255	92,39	
14	DO	1185	1,21	232	84,06	
15	NO	1044	1,07	248	89,86	
16	ELA	1030	1,06	225	81,52	
17	NÃO	1023	1,05	218	78,99	
18	UM	966	0,99	246	89,13	
19	CASA	920	0,94	214	77,54	
20	UMA	918	0,94	258	93,48	
21	ANOS	846	0,87	269	97,46	
22	POR	823	0,84	243	88,04	
23	MULHER	786	0,81	242	87,68	
24	MARIDO	585	0,60	182	65,94	
25	VÍTIMA	563	0,58	204	73,91	
26	MAS	557	0,57	202	73,19	
27	ESTAVA	487	0,50	175	63,41	
28	POLÍCIA	486	0,50	202	73,19	
29	DISSE	475	0,49	184	66,67	
30	SE	451	0,46	174	63,04	
31	ACUSADO	439	0,45	167	60,51	
32	OS	432	0,44	175	63,41	
33	EX	391	0,40	91	32,97	
34	QUANDO	382	0,39	176	63,77	
35	É	375	0,38	178	64,49	
36	EU	375	0,38	84	30,43	
37	ME	365	0,37	82	29,71	
38	AO	359	0,37	174	63,04	
39	AS	318	0,33	138	50,00	
40	PELO	308	0,32	170	61,59	
41	À	306	0,31	144	52,17	
42	DELA	276	0,28	149	53,99	
43	SEGUNDO	267	0,27	144	52,17	
44	CONTOU	259	0,27	145	52,54	
45	APÓS	257	0,26	150	54,35	
46	JÁ	256	0,26	140	50,72	
47	AINDA	250	0,26	139	50,36	
48	DEPOIS	244	0,25	136	49,28	
49	COMO	233	0,24	115	41,67	
50	DONA	225	0,23	71	25,72	
51	DELE	223	0,23	108	39,13	
52	ATÉ	217	0,22	132	47,83	

53	VITÓRIA	210	0,22	132	47,83
54	DOIS	208	0,21	113	40,94
55	CRIME	205	0,21	81	29,35
56	PRESO	205	0,21	114	41,30
57	CHEGOU	201	0,21	128	46,38
58	PELA	201	0,21	114	41,30
59	CASAL	199	0,20	114	41,30
60	FEIRA	193	0,20	138	50,00
61	MINHA	192	0,20	68	24,64
62	FILHA	189	0,19	71	25,72
63	HÁ	179	0,18	117	42,39
64	ONDE	179	0,18	119	43,12
65	ONTEM	178	0,18	110	39,86
66	TINHA	173	0,18	98	35,51
67	DAS	171	0,18	111	40,22
68	SER	168	0,17	88	31,88
69	BAIRRO	166	0,17	131	47,46
70	MUITO	162	0,17	80	28,99
71	PORQUE	160	0,16	89	32,25
72	FORAM	158	0,16	94	34,06
73	MAIS	158	0,16	76	27,54
74	NAMORADO	153	0,16	45	16,30
75	LOCAL	151	0,15	103	37,32
76	DEPOIMENTO	150	0,15	115	41,67
77	AGREDIDA	149	0,15	91	32,97
78	AFIRMOU	148	0,15	96	34,78
79	ÀS	148	0,15	123	44,57
80	LA	147	0,15	102	36,96
81	COMEÇOU	146	0,15	93	33,70
82	ESTÁ	146	0,15	89	32,25
83	TAMBÉM	146	0,15	95	34,42
84	PLANTÃO	142	0,15	131	47,46
85	AUTUADO	140	0,14	136	49,28
86	DELEGACIA	140	0,14	104	37,68
87	CONTRA	139	0,14	96	34,78
88	MEU	134	0,14	56	20,29
89	HORAS	132	0,14	106	38,41
90	TER	131	0,13	88	31,88
91	DOS	129	0,13	76	27,54
92	MÃE	126	0,13	53	19,20
93	DEU	125	0,13	93	33,70
94	FILHO	124	0,13	57	20,65
95	ACONTECEU	123	0,13	97	35,14
96	ERA	123	0,13	62	22,46
97	PEDREIRO	122	0,12	41	14,86
98	POLICIAIS	121	0,12	82	29,71
99	AGRESSÃO	120	0,12	73	26,45
100	ESPECIALIZADO	119	0,12	114	41,30